

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

GUTIELE GONÇALVES DOS SANTOS

**“SERTÕES INDÔMITOS”: COMÉRCIO, DOENÇAS E PRÁTICAS DE
CURA NA CAPITANIA DO PIAUÍ - SÉCULO XVIII**

Rio de Janeiro
2022

GUTIELE GONÇALVES DOS SANTOS

**“SERTÕES INDÔMITOS”: COMÉRCIO, DOENÇAS E PRÁTICAS DE
CURA NA CAPITANIA DO PIAUÍ - SÉCULO XVIII**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Dr^a Tânia Salgado Pimenta

**Rio de Janeiro
2022**

GUTIELE GONÇALVES DOS SANTOS

“SERTÕES INDÔMITOS”: COMÉRCIO, DOENÇAS E PRÁTICAS DE CURA NA CAPITANIA DO PIAUÍ - SÉCULO XVIII

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Tânia Salgado Pimenta (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz) – Orientadora

Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes (Universidade Federal do Rio de Janeiro) – Examinador Externo

Prof^a Dr^a. Kaori Kodama (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz) – Examinadora Interna

Prof. Dr. Benedito Carlos Costa Barbosa (Secretaria de Estado de Educação do Pará) – Examinador Externo

Suplentes

Prof. Dr. Agostinho Júnior Holanda Coe (Universidade Federal do Piauí – UFPI)

Prof^a. Dr^a. Gisele Porto Sanglard (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz)

Rio de Janeiro
2022

Ficha Catalográfica

S237s Santos, Gutiele Gonçalves dos.

“Sertões indômitos”: comércio, doenças e práticas de cura na Capitania do Piauí - Século XVIII / Gutiele Gonçalves dos Santos; orientado por Tânia Salgado Pimenta. – Rio de Janeiro : s.n., 2022.

144 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2022.

Bibliografia: 120-132f.

1. História Natural das Doenças. 2. Escravização. 3. História do Século XIX. 4. Brasil.

CDD 362.1

À Zélia Silva
Minha mãe e meu maior exemplo.

À Zilma Sales (*in memoriam*)
Minha tia, madrinha e segunda mãe.

AGRADECIMENTOS

Depois de dois anos de dedicação e superação para escrever a dissertação, chegou o momento de agradecer a todos que me ajudaram nesta caminhada e contribuíram para a finalização deste ciclo tão importante.

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por ser a fonte da minha força.

À minha orientadora, Tânia Pimenta, pela paciência e sensibilidade durante todo o processo de orientação e amadurecimento da pesquisa. Muito obrigada pela confiança que depositou em mim. Seus direcionamentos foram essenciais para conseguir desenvolver e concluir esta dissertação. Foi um prazer tê-la como orientadora e professora.

Aos professores Flávio Gomes e Benedito Barbosa que integraram a banca do exame de qualificação, cujos comentários e contribuições foram fundamentais e ajudaram a amadurecer muitas ideias. Agradeço imensamente a leitura atenta da dissertação, o interesse na minha pesquisa e pela oportunidade de tê-los novamente na minha banca de defesa, assim como a professora Kaori Kodama na qual gentilmente aceitou o convite e contribuiu com inúmeros apontamentos que me permitiram encontrar novas perspectivas em relação ao meu objeto de pesquisa.

Aos funcionários da secretaria do PPGHCS, a quem destaco: Sandro Hilário, Paulo Chagas, Maria Cláudia e Amanda Guterrez pela disponibilidade em ajudar sempre com muita gentileza.

Aos professores(as) e pesquisadores(as) da Casa de Oswaldo Cruz, em especial aos que tive contato por meio das disciplinas cursadas: Simone Kropf, Luiz Alves, Marcos Cueto, André Felipe e Gabriel Lopes. Agradeço igualmente aos professores(as) Tânia Pimenta, Flávio Gomes, Iamara Viana e Alexandre Neto que ministraram a disciplina eletiva “Da escravidão africana atlântica ao pós-emancipação”, a partir da parceria entre a COC e a UFRJ.

Aos colegas que conheci no mestrado da turma 2020 que devido ao contexto de Pandemia de Covid-19 não tivemos a oportunidade de vivenciar nossa trajetória acadêmica de forma presencial. A alegria de ter concluído o mestrado infelizmente está atrelada ao ressentimento de não ter vivenciado por completo todas as experiências que só o ensino presencial pode proporcionar. Apesar desse contexto, fiz excelentes amigos com os quais pude aprender e compartilhar boas conversas, especialmente Jacques Pinto, Carolina Valente, Letícia Mattos, Paula Fortini. Tâmis Caduda e Matheus Rodrigues.

Aos professores(as) do curso de graduação em História da Universidade Federal do Piauí que tiveram papel fundamental na minha formação e na minha trajetória enquanto

pesquisadora e historiadora. Destaco, em especial, Agostinho Coe, pelo incentivo para que eu participasse da seleção de mestrado no PPGHCS, nas leituras e no apoio em continuar a caminhada na pós-graduação, a nível de doutoramento, na própria COC. Nesse sentido estendo meus agradecimentos à professora Érica Lopo pelas conversas de incentivo, pelas aulas cheias de conhecimentos e por ter acompanhado de perto as seleções de intercâmbio, mestrado e doutorado.

À minha mãe Zélia Silva, meu maior exemplo e a mulher que mais admiro. Nunca mediu esforços para que eu sempre priorizasse os estudos e sempre esteve ao meu lado nos dias bons e ruins. Obrigada mãe, todas as minhas conquistas sempre serão frutos do seu amor, apoio e incentivo. Essa conquista é nossa.

À minha irmã Ludmila Santos, minha melhor amiga e parceira de todas as horas. Obrigada pelas conversas, por não me deixar desistir, por sempre procurar uma forma de me fazer sorrir e por me guiar nesses dois anos de mestrado, fazendo-me seguir à risca o cronograma de estudos.

Ao meu pai Ciro Santos pelas palavras de apoio durante minha caminhada nos estudos.

Ao meu companheiro Mairton por toda compreensão, amor e cuidado. Por sempre apoiar e incentivar os meus projetos profissionais e pessoais e por tornar os meus dias mais leves e felizes.

Aos meus amores de quatro patas: o Bobby, um cachorrinho serelepe no qual sempre me recebe com alegria quando preciso de alguns minutos de pausa entre uma lauda e outra. E a Grey (*in memoriam*), uma gatinha que adotei durante a pandemia de Covid-19, seguiu comigo e me acompanhou durante (quase) todo mestrado, foi minha companhia inseparável nas aulas e na escrita da dissertação. Um respiro quando precisava de momentos de descontração, meu xodozinho e minha eterna saudade.

Aos meus amigos que sempre estiveram/estão do meu lado, agradeço a torcida, por compreenderem minhas ausências e por fazerem parte da minha vida: Amanda Sales, Daniel Araújo, Charliane Sawanny, Bruna Alves, Débora Moura, Roberta Gomes, Gabriel Bonora, Bárbara Mendonça, Érica Carla, Julia Tejeda, Felipe Lauer, Ysla Karoline, Andressa Martins, Karla Mabel, Kássia Moura, Emily Karen, Thiago Barroso, Anderson Barão e Andressa Carvalho.

À tia Zilma (*in memoriam*), minha madrinha e segunda mãe que sempre esteve ao meu lado, dando os melhores conselhos e fazendo tudo que estava ao seu alcance para que nós tivéssemos condições de realizar os nossos sonhos. Agradeço por oportunizar meu ingresso em

um cursinho preparatório para o ENEM para que eu pudesse conquistar o meu sonho de ingressar numa Universidade Federal.

Agradeço à Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) pelo financiamento da pesquisa.

RESUMO

A dissertação tem como objetivo central analisar o comércio, as doenças e as práticas de cura na capitania do Piauí durante o século XVIII. Analisamos as vilas de Parnaíba (litoral) e Oeiras (sertão), como palco para observarmos os problemas em torno dos movimentos ocasionados principalmente pelo comércio, mas também pelos deslocamentos de indígenas, escravizados, libertos, contrabandistas, tangedores, condutores de gados, colonos, naturalistas, missionários etc. Para realizar a pesquisa foi necessário o cruzamento de diferentes fontes, tais como cartas, ofícios, requerimentos, rol de medicamentos, contratos, descrições, consultas e relatos. Ao partir desse conjunto de documentos, defendemos a ideia de que a capitania do Piauí não era um local isolado ou distante, muito pelo contrário, era essencial para o funcionamento da engrenagem econômica nos domínios ultramarinos. Para sustentar o argumento, no primeiro momento, a dissertação volta-se para as conquistas dos sertões indômitos da capitania do Piauí, os movimentos de sujeitos de variadas classificações sociais e os caminhos do gado. Com o encurtamento das distâncias, mediadas, em especial, pelo tráfico de escravizados, trânsito de autoridades coloniais e de negociantes, adentramos no segundo momento, a qual daremos ênfase às doenças, tanto as que penetraram os sertões, a partir da colonização, quanto às que sempre estiveram presentes naqueles territórios para, com isso, identificar as narrativas e os significados construídos pelos populares em torno das doenças e práticas de cura. Para concluir, buscamos compreender como era a medicina colonial dos sertões, quais os locais que eram utilizados para resguardar os doentes e a quem os enfermos recorriam para remediar os males causados pelas moléstias.

Palavras-chave: Escravidão; Doenças; Práticas de cura, Capitania do Piauí, Século XVIII.

ABSTRACT

The main objective of the dissertation is to analyze trade, diseases and healing practices in the captaincy of Piauí during the 18th century. We analyzed the villages of Parnaíba (coast) and Oeiras (sertão), as a stage to observe the problems around the movements caused mainly by commerce, but also by the displacements of indigenous people, enslaved, freedmen, smugglers, cattle drivers, settlers, naturalists, missionaries, etc. To carry out the research, it was necessary to cross different sources, such as letters, official letters, requirements, list of medicines, contracts, descriptions, consultations and reports. Based on this set of documents, we defend the idea that the captaincy of Piauí was not an isolated or distant place, on the contrary, it was essential for the functioning of the economic gear in the overseas domains. To support the argument, at first, the dissertation turns to the conquests of the indomitable hinterlands of the captaincy of Piauí, the movements of subjects of various social classifications and the cattle paths. With the shortening of distances, mediated, in particular, by the slave trade, transit of colonial authorities and traders, we enter the second moment, in which we will emphasize diseases, both those that penetrated the sertões, from colonization, as well as the that have always been present in those territories in order to identify the narratives and meanings constructed by the people around diseases and healing practices. To conclude, we seek to understand what colonial medicine was like in the sertões, which places were used to protect the sick and to whom the sick resorted to remedy the evils caused by the diseases.

Key words: Slavery; Diseases; Healing practices, Captaincy of Piauí, 18th century.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Delimitação dos Estados (1755-1778)	12
Mapa 2 – Mapa da região setentrional do Brasil - 1778.....	13
Mapa 3 - Mapa das cidades, vilas, lugares e freguesias das capitanias do Maranhão e Piauí - 1778	19
Mapa 4 - Mapa Geográfico da capitania do Piauí - 1760.....	22
Mapa 5 - Mapa geográfico da capitania do Piauí e partes do Maranhão e do Grão Pará.....	73

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sertanejo do Piauí Viajando	76
Figura 2 - Mulheres negras.....	85
Figura 3 - Interior de uma casa de baixo povo	86
Figura 4 - Quina do Piauí	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação das pessoas da cidade de Parnaíba e seu distrito (1772-1774).....	15
Tabela 2 - Relação das pessoas da cidade de Oeiras e seu distrito (1772-1773).....	15
Tabela 3 - Relação do número de fazendas da capitania do Piauí.....	41
Tabela 4 - Aumento populacional da capitania do Piauí.....	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tabuada das misturas	17
Quadro 2 - Nomenclatura das doenças na capitania do Piauí no século XVIII.....	61
Quadro 3 - Escravizados doentes.....	65
Quadro 4 - Plano Militar - número de mortes e doentes	69
Quadro 5 - Remédios que vão do Piauí para corte de Lisboa.....	134
Quadro 6 - Relação dos remédios simples e compostos que devem guarnecer a botica do Hospital da capitania do Piauí	138
Quadro 7 - Relação dos escravos das fazendas da Inspeção de Nossa Senhora de Nazaré....	140

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino

ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

APEPI - Arquivo Público do Estado do Piauí

BN - Biblioteca Nacional

CGCGPM - Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão

COC - Casa de Oswaldo Cruz

Cód. - Códice

Cx - Caixa

Doc. - Documento

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

NUPEDOCH - Núcleo de Pesquisa e Documentação em História

PPGHCS - Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

UFPI - Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – UM TERRITÓRIO EM (TRANS)FORMAÇÃO: CAMINHOS E CIRCULAÇÕES	11
1.1 Capitania do Piauí.....	12
1.2 Circulações, interações e caminhos	27
1.3 Movimentos do comércio	37
1.3.1 Introdução do Piauí na Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão	46
1.4 Crise econômica	52
CAPÍTULO 2 – “AS PIORES DOENÇAS DOS SERTÕES”: NARRATIVAS E SIGNIFICADOS	55
2.1 O comércio contamina as doenças.....	57
2.2 O movimento das doenças	67
2.2.1 “Sem médico, sem cirurgião, sem botica”.....	74
2.3 Clima e alimentação	79
2.4 Uma gravíssima epidemia na vila da Parnaíba.....	87
CAPÍTULO 3 - “COSTUMADAS E CASEIRAS MEDICINAS”: SABERES E PRÁTICAS DE CURA.....	92
3.1 Remédios da terra	93
3.2 Agentes da cura	98
3.3 Poderes extraordinários	102
3.4 Quina do Piauí	106
3.5 Relações afro-indígenas.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
FONTES E BIBLIOGRAFIA	120
Fontes manuscritas	120
Fontes impressas.....	125
Bibliografia.....	126
ANEXOS	133

INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata sobre o comércio, doenças e as práticas de cura na capitania do Piauí, no século XVIII. O intuito é perceber como as explorações e avanços pelos sertões propiciaram diferentes narrativas em torno dos trânsitos de pessoas e das enfermidades que atingiam a população. Esses deslocamentos eram realizados tanto pelos agentes coloniais ligados à Coroa portuguesa, como por sujeitos escravizados de diversas procedências étnicas e uma diversidade de povos indígenas que transitavam a partir de rotas marítimas, terrestres e fluviais.

As motivações desses deslocamentos eram múltiplas, tais como: comércio de escravizados, comércio do gado vacum e cavalariço e de mercadorias, missões, fugas, degredos, exploração da natureza, períodos de secas, descimentos indígenas e doenças. Dessa forma, o objetivo é analisar a relação entre essas interações, as narrativas sobre as enfermidades e os tratamentos utilizados pela população, buscando compreender os impactos que causaram na capitania do Piauí em âmbitos sociais, políticos, econômicos e sanitários. Nesse contexto, entre os impactos causados, destacamos a influência do clima e da pecuária na incidência de doenças, vulnerabilidade dos povos indígenas às enfermidades e os prejuízos no comércio.

A partir da tentativa de compreender as múltiplas dinâmicas desses espaços territoriais, ainda pouco explorados pela historiografia nacional sobre a história da saúde no contexto da escravidão na capitania Piauí no século XVIII, pretendemos problematizar o quanto a instituição escrava vigorou nas mais distantes e diferentes partes do Império ultramarino português, não só redefinindo hierarquias e relações de poderes, mas também remodelando os próprios projetos das autoridades coloniais portuguesas, que priorizavam, nos dizeres do ouvidor Durão, a constituição de “um só povo” em territórios compostos por “nações tão diversas”.¹

O recorte espacial será demarcado pela capitania do Piauí, porém escolhemos Parnaíba (litoral) e Oeiras (sertão) para ser o nosso foco de análise, com o intuito de compreender as duas

¹ Ofício do ouvidor do Piauí, António José de Moraes Durão, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre o envio de uma relação dos moradores, fazendas e sítios do Piauí, com as qualidades, sexo e idades, 15 de junho de 1772, Oeiras do Piauí. AHU – PIAUÍ, Cx. 10, doc. 17/AHU_ACL_CU_016, Cx.12, D. 864. O mesmo documento encontra-se transcrito em MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade*. 2a Ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2010. Intitulado “*Descrição da Capitania de São José do Piauí*” discorre a respeito de aspectos sociais, demográficos, econômicos, geográficos e criminais da cada povoação da capitania: Oeiras, Parnaguá, Jerumenha, Valença, Marvão, Campo Maior e Parnaíba. Além disso, faz um resumo sobre a conquista, colonização e sobre os costumes da população. É considerado um dos manuscritos do século XVIII mais completos e com informações detalhadas.

regiões com o maior fluxo comercial da capitania do Piauí. Tanto através do comércio com a Europa, principalmente Lisboa, consumidora de carne seca e couro, quanto a partir do comércio de escravizados em África. Além das inúmeras regiões abastecidas pelo gado vacum e cavalar como Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro etc. Essas vias de comunicação estreitadas sobretudo pelo comércio, visavam o conhecimento da região, a exploração de novas riquezas e o domínio de novos territórios.

Existem muitos trabalhos na historiografia da escravidão no Brasil que pensam seus objetos a partir de uma perspectiva da História Atlântica, analisando os movimentos de pessoas, mercadorias e ideias tendo o “mundo atlântico” como horizonte. Entretanto, na geografia demarcada pelos historiadores(as) “atlanticistas” não há espaços para os sertões, ou são no máximo, coadjuvantes da História (SCOTT e HÉBRARD, 2014; MARQUESE, 2019; RUSSELL-WOOD, 2009). A contribuição da presente pesquisa de mestrado é interligar os sertões – um espaço ainda pouco explorado na historiografia – ao Atlântico, não a partir de uma ligação geográfica, mas das conexões e circulação de pessoas, práticas e saberes heterogêneos.

Na mesma lógica do trânsito de mercadorias no atlântico, o comércio das carnes e dos couros por vias terrestres, estava conectado tanto com as praças e circuitos comerciais de África, quanto com os sertões do Brasil, alimentando as redes do tráfico e servindo de trocas nos empreendimentos marítimos (RODRIGUES, 2005). Dessa forma, a capitania do Piauí será pensada como um conjunto de conexões através dos movimentos realizados por europeus, indígenas e africanos, ou seja, por uma variedade de sujeitos que transitavam naquela região.²

O recorte temporal desta pesquisa compreende o período de um século, indo de 1700 a 1800 com o objetivo de analisar uma série de eventos que influenciaram toda a dinâmica de funcionamento da capitania. O marco inicial está relacionado ao período da estruturação das primeiras unidades domiciliares da capitania do Piauí. Temos conhecimento em detalhes dessa estrutura devido ao recenseamento realizado em 1697 pelo Padre Miguel de Carvalho que apresenta para além do quantitativo de fazendas, as principais características da região, clima, economia, os sujeitos que habitavam, seus costumes etc.

A economia do Piauí teve seu apogeu em meados do século XVIII com o envio de carne, couro e leite para diversas regiões do Brasil. A partir da colonização e povoação “o sertão passou a ter uma relação mais estreita com o litoral, justamente pelo desenvolvimento de “caminhos de gado”, rotas que conduziam as manadas para sua venda nos portos e feiras de Salvador, São Luís e Recife” (ARRAES, 2012: 4). Maria do Socorro Cabral, no livro *Caminhos*

² No período colonial, não existia a concepção de uma identidade nacional. Dessa forma, utilizamos os termos africanos e/ou europeus no texto apenas para fins didáticos.

do gado explica que havia uma forte relação da pecuária com a expansão açucareira, pois foram os colonizadores da Bahia e do Pernambuco, principais centros açucareiros, que ocuparam a região do Maranhão e Piauí estabelecendo currais de gados (CABRAL, 2008).

Decidimos analisar todo o século XVIII para conseguirmos perceber as transformações sofridas ao longo do tempo. Dessa forma, partimos desde o momento da estruturação da capitania do Piauí até o período de crise na economia no final do século XVIII que é associado principalmente a problemas climáticos e de logística do abastecimento do gado, aliado a um cenário de competitividade da pecuária em outras regiões do Brasil. Durante este percurso iremos ressaltar o ponto alto da economia do Piauí, com intensas movimentações de pessoas e de gado *vacum* e cavalar, dado que a partir da segunda metade do século XVIII houve um aumento significativo no número de fazendas e escravizados (CAETANO, 2020).

A conquista e povoação dos sertões indômitos da capitania do Piauí, ao longo dos séculos XVII e XVIII, fazia parte do projeto político português de expandir o poder real, evitar as invasões, além de ser um mediador essencial na constituição de uma rede de relações políticas e econômicas tecidas localmente, mas amplamente conectadas. A palavra “indômito” era utilizada pelos agentes coloniais para descrever aqueles territórios onde havia dificuldade de impor uma colonização bem-sucedida, sobretudo em relação a resistência indígena.

No dicionário de Rafael Bluteau, “indômito” significava “não-domado, indomado, não-amansado”.³ Logo, os sertões indômitos eram cobiçados, mas difíceis de serem colonizados. Nas narrativas coloniais, era comum caracterizar o Piauí como: bárbaro, pouco cristianizado, com muitas terras devolutas e que havia constantes ataques de índios e animais selvagens. Assim, fica claro que existia uma oposição entre a visão dos colonizadores e a visão dos povos indígenas em relação aos sertões do Piauí. As dificuldades encontradas pelas autoridades coloniais, não eram um problema ou até mesmo inexistiam para os nativos daquela região. Portanto, afirmar que o Piauí era um local isolado, de difícil acesso e que ninguém tinha interesse em habitá-lo é corroborar com as narrativas das autoridades coloniais da época sem a devida problematização histórica.

Nesse sentido, a Coroa portuguesa tinha o interesse em converter os sertões indômitos em territórios obedientes e submissos, embora tenha encontrado muitos obstáculos durante a ação colonizadora que impedia tal objetivo, como a resistência dos povos indígenas e africanos, as doenças, os impasses da natureza etc. Mesmo assim, o território piauiense exerceu um papel

³ BLUTEAU, Rafael. *Dicionário Língua Portuguesa. Século XVIII*, p. 714.

de destaque no funcionamento da economia colonial e atraiu os homens mais influentes da corte para atuarem nos cargos administrativos da capitania.

De acordo com Manuel Hespanha, o império ultramarino adotou diferentes modelos de organização e administração política nos territórios conquistados, isso porque nos locais mais distantes e isolados não tiveram uma ação tão efetiva do poder real, o que não foi o caso da capitania do Piauí, pois esta teve uma estrutura político-administrativa nos moldes do projeto colonial português (HESPANHA, 2010). O rei tinha a superioridade e não a exclusividade do poder, portanto essa limitação interferiu no alcance de um modelo uniforme de administração, possibilitando em muitos casos a autonomia dos poderes locais.

A capitania do Piauí apesar de ter sido um território inserido ativamente dentro do projeto colonial português, teve sua autonomia política, assim como ocorreu na maioria dos locais dos domínios ultramarinos.

O império português constituiu o exemplo mais característico de um império marcado, ao mesmo tempo, pela descontinuidade espacial, pela economia de meios e por coexistências de modelos institucionais...O império português não se estrutura sobre um modelo único de administração, antes fazendo conviver instituições muito variadas (HESPANHA e SANTOS, 1998: 351-353).

Para a Coroa portuguesa, os “indígenas civilizados” tinham um importante papel político no funcionamento do empreendimento colonial português, tendo em vista que não eram inimigos, poderiam servir como mão de obra e ajudar na defesa e conhecimento do território. Já os “indígenas indômitos” ou o “gentil bravo” geravam um efeito contrário, visto que impediam o avanço da colonização seja através de conflitos, negociações ou por não aderirem aos preceitos impostos pelo cristianismo.

As narrativas sobre os sertões indômitos foram durante muito tempo interpretadas como um local isolado e selvagem, onde o tráfico de escravizados não era uma cena comum, pois era um território com poucos recursos e que não tinha influência no desenvolvimento econômico. As discussões propostas nesta dissertação buscam ir na contramão desses argumentos, apresentando-os a partir dos documentos coloniais a relevância da capitania do Piauí, pois nunca esteve estagnado, muito pelo contrário, o movimento era a sua característica principal.

O trânsito de pessoas e, em especial, a circulação de doenças davam a dimensão dessa integração dos sertões a outros circuitos comerciais, não só do Estado do Brasil e do Maranhão, mas também de outras praças comerciais para além do atlântico. Nesses contatos, inevitavelmente, as doenças eram vistas como demarcadoras das instabilidades, fonte de dizimação dos sujeitos e principal vetor das retrações econômicas. Mas pretendemos ir além dessa explicação, quando elegemos as doenças como objeto da pesquisa, pois os sertões eram

constituídos de enfermidades próprias daqueles territórios e o avanço do comércio na região contamina os significados e as narrativas em torno das doenças.

Os perigos dos sertões, como os ataques de animais peçonhentos e selvagens, as fugas, os conflitos e maus tratos poderiam acarretar ou serem configurados como doenças. Isso significa dizer que muito antes do tráfico e da intensificação do comércio no Novo Mundo, a população das Américas, assim como em África já lidavam com o adoecimento e atribuíam significados e modos de tratamentos próprios das suas culturas.

Quando os colonizadores chegavam em um novo território, iniciava-se um processo de exploração do que até então, para eles, era algo desconhecido. Portanto, tinham o dever de reportar e escrever ao rei tudo que fosse visto e realizado. Os portugueses que desembarcavam nos territórios considerados domínios do ultramar, geralmente recebiam algum título ou cargo concedido pelo rei, além da posse de terras que, na maioria dos casos, significava usufruir dos muitos benefícios, tais como um território vasto, cheio de possibilidades e de riquezas, porém já habitado por inúmeros grupos indígenas. A colonização, não foi de forma alguma, sem conflitos ou tensões, muito pelo contrário, a relação dos povos indígenas – com os que hoje chamamos de europeus e africanos – foi extremamente marcada por disputas e negociações.

Os documentos enviados à corte nos ajudam a compreender o funcionamento daquela sociedade, visto que era solicitado com frequência, diversas informações acerca dos territórios conquistados, sobre a economia, as riquezas encontradas, a fauna, a flora, os povos indígenas, os escravizados, os conflitos que surgiam, entre diversos outros assuntos. Essas fontes históricas nos permitem conhecer o contexto político-administrativo da expansão portuguesa no Novo Mundo, inclusive a capitania do Piauí. Assim podemos entender o processo de ocupação de terras, o comércio de escravizados africanos e nascidos no Brasil, a exploração de mão de obra indígena e as relações estabelecidas entre colonos, missionários, indígenas e escravizados e as inúmeras doenças que grassavam naquela região.

As discussões que focalizam a escravidão, comércio e doenças no século XVIII fora dos limites urbanos e dos considerados grandes centros ainda são escassas. A contribuição desta pesquisa é fazer um estudo sobre uma localidade pouco estudada na historiografia no contexto da escravidão no século XVIII. Ao pesquisar essa temática pretendo ampliar as possibilidades de debates e compreender a história dos sertões a partir de um complexo conjunto de interconexões entre escravidão, comércio, doenças e práticas de cura.

Compartilhamos a ideia de que as circulações e conexões estabelecidas entre as localidades e os sujeitos eram bastante complexas e estavam em constante movimentação, mas

sobretudo se transformavam a partir do contato e da interação, como as trocas, negociações, conflitos, tensões, misturas e redes de atores múltiplos (RAJ, 2007).

O estudo baseia-se em documentos manuscritos coloniais do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – Projeto Resgate, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Digitalq), Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Biblioteca Nacional Digital (BN), Arquivo Público do Piauí (APEPI), Núcleo de Pesquisa e Documentação em História (NUPEDOCH) e documentos impressos que estão disponíveis no formato digital, além das obras raras. As fontes utilizadas na pesquisa são as mais diversas como: ofícios, requerimentos, cartas, relações, rol de medicamentos, contratos, descrições, registro de batismos, testamento, consultas e relatos. Esses documentos serão cruzados e colocados em diálogo na tentativa de interpretar a sociedade colonial piauiense analisando como a escravidão, as doenças e as práticas de curas eram percebidas e controladas pela população.

O interesse nos estudos sobre escravidão no Piauí do século XVIII, surgiu ainda na graduação quando ingressei no NUPEDOCH - Núcleo de Pesquisa e Documentação em História da Universidade Federal do Piauí, em 2015. Uma das responsabilidades que tinha como participante voluntária no Núcleo era a digitalização de fontes eclesiásticas da primeira igreja do Piauí, Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, na vila da Moucha, posteriormente elevada à Cidade de Oeiras, primeira capital do Piauí.

Entre os registros de batismos e de casamentos dos escravizados e indígenas encontrei o meu tema de pesquisa. A documentação era inédita e encarei o desafio de pesquisar um tema pouco estudado na historiografia local, tendo em vista que não havia trabalhos dedicados à presença de africanos, mestiçagens, família e escravidão no século XVIII na capitania do Piauí, foco de análise da minha monografia.

Os trabalhos que discutem escravidão no Piauí são quase exclusivamente do século XIX. Nesses trabalhos podemos encontrar apenas algumas poucas referências aos setecentos. As pesquisas realizadas por Tânia Brandão, Luiz Mott, Vanice Melo e Mairton Celestino da Silva são as raras exceções que tenho conhecimento que tratam sobre essa temática no período anterior ao século XIX (BRANDÃO, 1999; MOTT, 2010; MELO, 2011; SILVA, 2016). Os historiadores Flávio Gomes e Keith Barbosa afirmam que “na historiografia brasileira não são numerosas as abordagens relacionando doenças, escravidão e medicina coloniais e pós-coloniais” (GOMES e BARBOSA, 2016: 273). No que tange à relação entre história da escravidão e história das doenças no Piauí do século XVIII, não temos conhecimento de nenhuma pesquisa que trate sobre o tema.

Ainda na graduação tive a oportunidade de pesquisar no Arquivo Público do Piauí onde me deparei com alguns documentos sobre escravizados doentes, cirurgiões atuando nas fazendas, bem como sobre os “remédios da terra” usados no tratamento de diferentes moléstias. O acesso a esses documentos, aliado a produção historiográfica que tive acesso na época, especificamente: *Cidade Febril* do Sidney Chalhoub e *Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil* organizado pelo Flávio Gomes e Tânia Pimenta, além de alguns artigos científicos que apesar de tratarem sobre outras regiões do Brasil, despertaram meu interesse em conhecer mais sobre o tema para tentar entender a relação entre escravidão e doenças no Piauí setecentista (CHALHOUB, 1996; GOMES e PIMENTA, 2016).

Nos períodos finais da minha graduação, concomitante à minha pesquisa de PIBIC⁴, do desenvolvimento da monografia⁵ e do intercâmbio acadêmico na Universidade de Coimbra⁶, busquei voltar o meu olhar para as fontes que eu tinha até o momento, para tentar encontrar uma possibilidade de relacionar o tema sobre escravidão, com a história da saúde e das doenças. Ao lançar novas questões para essas mesmas fontes, principalmente a partir da orientação imprescindível da professora Dr^a Tânia Salgado Pimenta, encontrei outras perspectivas que me permitiram construir essa pesquisa de dissertação.

No mesmo sentido, o Curso em *Estudos Afro-latino-americanos*, realizado no formato online pela Universidade de Harvard no período de setembro de 2020 a março de 2021, com professores e alunos de diversas partes do mundo, a quem destaco do quadro docente: Cristina Wissenbach, Hebe Mattos, Peter Wade, Tatiana Seijas, foram essenciais para ampliar meus horizontes de pesquisa, permitindo compreender, sobretudo, a importância de inserir as relações afro-indígenas na presente dissertação.

Devido ao contexto de pandemia da COVID-19 na qual a pesquisa de mestrado foi desenvolvida, infelizmente não foi possível realizar as atividades de modo presencial, como assistir as aulas das disciplinas (executadas no formato remoto), além de não ter sido possível frequentar Arquivos Públicos e Bibliotecas como estava previsto no cronograma inicial. O não cumprimento dessa etapa da pesquisa impossibilita um conhecimento mais aprofundado sobre os caminhos do comércio, doenças e práticas de cura nos sertões do Piauí, além de eventuais documentos que o ato da pesquisa em arquivos nos proporciona encontrar. Apesar desse

⁴ Entre 2017 e 2018, fui bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/UFPI, intitulado: *Africanos e comunidades indígenas na Capitania de São José do Piauí, séculos XVII e XVIII*.

⁵ O Trabalho de Conclusão de Curso foi defendido em 2019 e tem como título: “*Um só povo de nações tão diversas*”: escravidão e mestiçagens no Estado do Maranhão e Piauí, 1751 – 1800.

⁶ Intercâmbio acadêmico realizado na Universidade de Coimbra no período de fevereiro de 2019 à julho de 2019 como bolsista do Programa do Santander Universidades em parceria com a Universidade Federal do Piauí.

infortúnio, os arquivos digitais, juntamente com as pesquisas que realizei no Arquivo Público do Piauí no período da graduação, foram satisfatórios para dar prosseguimento à pesquisa.

A dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo intitulado *Um território em (trans)formação: caminhos e circulações* apresento o contexto político-administrativo da capitania do Piauí, explicando os primeiros anos da colonização, sob a governança das capitanias vizinhas e como essa situação foi ganhando outros contornos à medida que a capitania do Piauí conquistava sua autonomia. Conhecemos as reconfigurações geográficas e a formação do território piauiense durante os setecentos e como influenciaram na nos caminhos do comércio.

Em Oeiras, sertão do Piauí, os caminhos eram realizados por vias terrestres e fluviais. Em Parnaíba, no litoral, para além das rotas por terra e pelos rios, acrescentava-se a via marítima. Tanto Oeiras, quanto Parnaíba se caracterizavam como as regiões com o maior fluxo comercial da capitania do Piauí e por esse motivo servem como foco de análise da pesquisa. Mas, as outras localidades não são excluídas do estudo, considerando que as sete vilas existentes no Piauí no século XVIII estavam todas interligadas.

Com a intenção de entender qual o papel do Piauí na economia colonial, apresento a sua inserção na Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão e as relações comerciais estabelecidas entre Bahia, Maranhão, Pará, Pernambuco, Minas Gerais. No final do século XVIII, a capitania do Piauí passou por um momento de crise econômica devido a questões climáticas como a seca, aliado ao surgimento de novas vias de comunicação que interligavam outras regiões do Brasil, possibilitando competitividade a um comércio que até então era protagonizado pelo Piauí.

No segundo capítulo, *“As piores doenças dos sertões”*: narrativas e significados partimos dos fragmentos que remontam os aspectos cotidianos dos colonos, escravizados, libertos e indígenas para perceber como as doenças afetavam os sujeitos. Apesar de não haver ainda nenhum trabalho que discuta sobre as doenças no Piauí durante os setecentos, irremediavelmente algumas obras historiográficas trazem breves referências sobre situações de adoecimentos, práticas de cura, condições de saúde e *causa mortis*.

Portanto, será imprescindível recuperar essas narrativas para que sejam sistematizadas neste trabalho com o intuito de (re)construir uma parte de uma história que ainda precisamos conhecer. Aliado à produção historiográfica, as fontes primárias e obras raras nos ajudarão a ter acesso aos discursos da época sobre as doenças, epidemias, clima, alimentação etc. Esses documentos serão analisados considerando o contexto de escravidão no cotidiano desses habitantes, numa perspectiva similar a Sheila de Castro Faria que busca compreender os

movimentos dos diversos grupos sociais na colônia descortinando o cotidiano social desses sujeitos (FARIA, 1998).

As fontes a que tivemos acesso no decorrer da pesquisa nos apresentam pistas que nos permitem compreender quais eram as doenças que faziam parte do dia a dia da população na capitania do Piauí. Na maioria dos casos as informações são breves, sem muitos detalhes, algumas fazem menção a escravos ou indígenas que pereciam de alguma enfermidade e não serviam mais para o trabalho. Em outras situações eram as autoridades coloniais que necessitavam de socorro.

Pode ser que apenas um documento isolado sobre as enfermidades não revele detalhes para compreender a sociedade da época. Entretanto, como nos alertam Carlos Ginzburg, Natalie Davis, E. P. Thompson e tantos outros historiadores, da *História vista de baixo* à *Micro-história*, um único documento podem nos revelar fragmentos de vidas que servem como frestas nas janelas para compreendermos aqueles passados (GINZBURG, 1987; DAVIS, 1987; THOMPSON, 1998). Reunir, sistematizar e dar sentido a tais documentos é a tarefa do historiador e tentaremos fazer olhando com atenção para aqueles que se referem aos adoecimentos e assim buscar constituir histórias que nos revelem aspectos importantes daquela sociedade do século XVIII.

Podemos acompanhar o drama do deslocamento do governador da capitania do Piauí pelas estradas públicas, gravemente doente dentro de uma rede carregada por escravizados na busca de um atendimento médico. Conseguimos perceber o sentimento de aflição nas cartas que relatavam a tentativa de salvar a vida daqueles que entravam em conflitos com povos indígenas e ficavam com “graves feridas perigosas”. Entendemos que a palavra moléstias poderia ter um sentido amplo, por exemplo, ser “morto por si mesmo, queimado, esmagado de paus e flechados” eram consideradas “moléstias não-previstas”. E que o escorbuto acometia no corpo uma fraqueza tão grave que o ouvidor da capitania do Piauí não conseguia fazer tarefas básicas como escrever uma carta ou se alimentar sozinho, pois tudo isso tinha que ser feito por “mãos alheias”. É nesse sentido que buscaremos entender essas histórias e analisar as narrativas em torno das doenças.

No terceiro capítulo, intitulado “*Costumadas e caseiras medicinas: saberes e práticas de cura*” analiso as narrativas em torno das práticas terapêuticas pertinentes no contexto da escravidão na capitania do Piauí nos setecentos. Os saberes e as práticas de cura exercidas tanto pelos povos indígenas e africanos, quanto pelos agentes coloniais portugueses como médicos e cirurgiões foram importantes para contornar momentos de crise e aliviar as agruras vivenciadas

pela população devido às doenças. Analisar esses aspectos nos permite compreender sobre as crenças, conhecimentos e tratamentos empreendidos nos sertões.

Dessa forma, iremos conhecer os “remédios da terra” utilizados para tratar diferentes moléstias, quem eram os agentes da cura e os locais utilizados para cuidar dos doentes. Abordaremos sobre Quina do Piauí que tinha propriedades medicinais antifebril e antisséptica e era utilizada para curar diversas moléstias. Finalizamos o capítulo com uma discussão sobre as relações afro-indígenas e o papel desses sujeitos na reconfiguração desses sertões.

CAPÍTULO 1 – UM TERRITÓRIO EM (TRANS)FORMAÇÃO: CAMINHOS E CIRCULAÇÕES

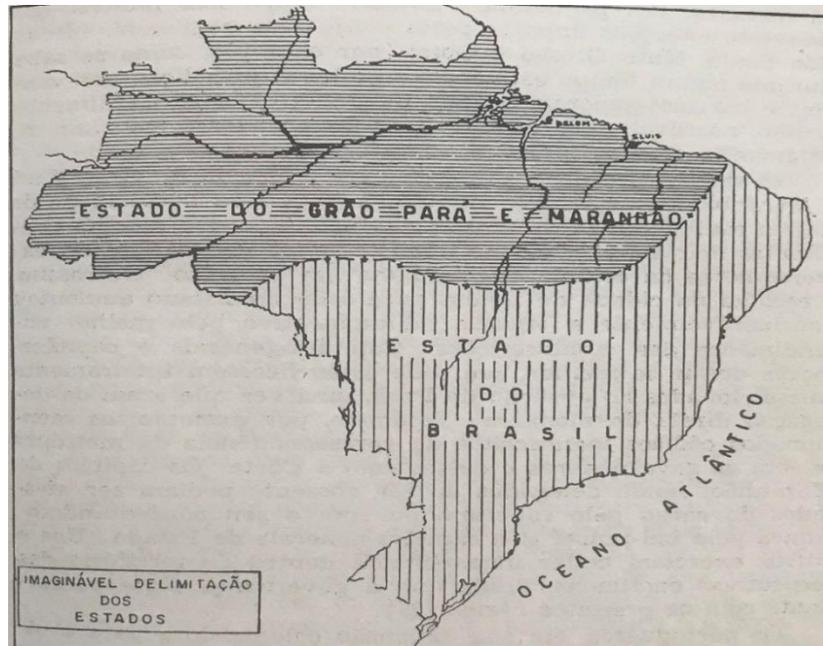
Este capítulo tem como objetivo analisar os trânsitos de pessoas, os caminhos, as rotas comerciais e o papel da economia colonial da capitania do Piauí nos Domínios Ultramarinos. O argumento norteador é apresentar que o Piauí não era uma região isolada e estagnada, porque o interesse na ocupação daqueles territórios, visava algo maior: a possibilidade de encurtar as distâncias, expandir o poder real e criar conexões de um território a outro.

Tanto o comércio de escravizados por mar e por terra, quanto o comércio do gado vacum e cavalari na capitania do Piauí foram responsáveis por aumentar o fluxo de pessoas na região. Esses movimentos geraram impactos sociais, econômicos e sanitários, como o aumento demográfico, dos conflitos e das doenças, além da circulação de narrativas em torno das enfermidades que se intensificaram em decorrência desses encontros entre sujeitos de diversas partes do mundo.

O capítulo 1 está organizado em quatro partes. Iremos fazer uma breve contextualização político-administrativa do Piauí para compreendermos as diversas reconfigurações geográficas e a formação do território piauiense durante o século XVIII. Em seguida vamos conhecer os diversos movimentos do comércio, relacionados à escravidão, ao gado vacum e cavalari e às mercadorias em geral. Para finalizar, iremos analisar os deslocamentos, os caminhos, as interações e encontros com foco nas relações afro-indígenas. O debate acadêmico sobre a história da escravidão e da saúde perpassa todo o capítulo para nos ajudar a identificar se a expansão da ocupação dos sertões, responsável entre outras coisas, em impulsionar o comércio e fluxo de pessoas na região, provocou também a intensificação de doenças.

1.1 Capitania do Piauí

Mapa 1 - Delimitação dos Estados (1755-1778)



Fonte: DIAS, Nunes Manuel. A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778). Volume 1. Coleção Amazônica. Série: José Veríssimo. Belém: UFPA, 1970. Pág. 121

O território o qual compreendemos hoje por Brasil passou por inúmeras configurações territoriais. Em 1621, o Brasil foi dividido em duas grandes regiões: o Estado do Maranhão (norte) formado pelo Maranhão e Grão-Pará com sede em São Luís; e o Estado do Brasil (sul) que abrangia as capitanias desde o Rio Grande até São Vicente, com sede em Salvador – cedendo lugar posteriormente ao Rio de Janeiro. Nas palavras do Padre José Xavier da Fonseca Pinto, “ambas estavam sujeitas à Coroa portuguesa, mas sob diferentes administrações. O Estado do Maranhão era menos rico em população, mas superior ao Estado do Brasil em território e riquezas naturais” (PINTO, 1860:3).⁷

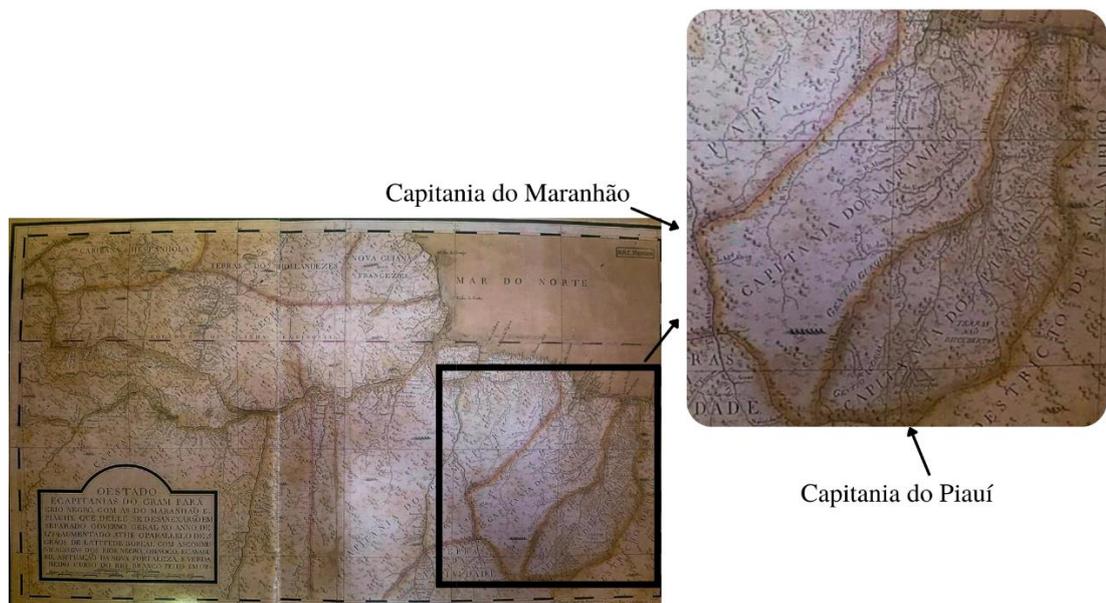
Quando falamos do “Estado do Maranhão” estamos nos referindo a uma enorme região em termos territoriais. Era “uma área que corresponderia mais ou menos aos atuais Estados ‘brasileiros’ de Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Tocantins, Piauí, Maranhão e Mato Grosso” (CARDOSO, 2011: 320). O controle da Coroa sob essas terras não foi algo fácil, sobretudo pelas constantes investidas de ocupação pelos franceses, ibéricos e holandeses, o que resultou

⁷ Sobre as configurações territoriais do Brasil, ver: Pe. José Xavier de Moraes da Fonseca Pinto. *Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão* cujo território compreende hoje as províncias do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Amazonas, Senado Federal, 1860. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182849L>

em inúmeras disputas. Em consequência, a Coroa portuguesa se interessou em melhor definir seus limites territoriais de modo a facilitar a administração e evitar eventuais problemas de fronteiras com outras potências europeias. Apesar dessa intenção de controlar ao máximo aqueles territórios, seria impossível evitar invasões e conflitos devido à extensão da região (BARBOSA, 2019:92).

Em 1751, aconteceu uma nova reconfiguração territorial e o até então Estado do Maranhão e Grão-Pará, com sede em São Luiz, passou a ser chamado Estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém, composto pelas capitânicas do Rio Negro, Grão-Pará, Maranhão e Piauí. Essa divisão permaneceu até 1772, ano em que ocorreu a separação dessas unidades administrativas e passaram a ficar independentes entre si, formando de um lado o “Estado de Grão-Pará e Rio Negro” e do outro o “Estado do Maranhão e Piauí”.

Mapa 2 – Mapa da região setentrional do Brasil - 1778



Fonte: Mapa da região setentrional do Brasil, compreendendo as capitânicas de São José do Rio Negro (Amazonas), Grão-Pará, Maranhão e Piauí e a parte meridional das três Guianas (1778). Autor desconhecido. Mapoteca do Itamaraty

No Mapa podemos visualizar a rede hidrográfica da região, as vilas, povoações, o litoral do Piauí, Maranhão e Pará, a presença indígena, além das ocupações estrangeiras, como: “Terras dos Holandeses”, “Caribana Hespânica” e “Nova Guiana dos Franceses”. A legenda do mapa ainda indica que o Maranhão e Piauí se desanexaram do Estado do Grão-Pará, e formaram um Governo Geral a partir de 1774.

Vale ressaltar que mesmo com a denominação “Estado do Maranhão e Piauí”, eram duas capitanias distintas. Contudo, com a criação da vila da Moucha em 1718 e posteriormente a sua elevação a cidade de Oeiras em 1758, o Piauí continuou vinculado à jurisdição político-administrativa do Maranhão. Essa situação permaneceu até 1811 com a ascensão do Piauí à capitania independente, quando de fato ocorreu a separação entre essas unidades administrativas.

Praticamente durante todo o século XVIII a freguesia de Nossa Senhora da Vitória, em Oeiras, assim como todas as fazendas e moradores estavam vinculados à jurisdição do Maranhão. Porém, essa situação ocasionou conflitos administrativos, em decorrência da disputa entre Bahia, Pernambuco e Maranhão em ter o Piauí sob seus domínios. Não era incomum encontrar nos documentos a expressão “Piauí, sertões dessa cidade da Bahia e Pernambuco”.⁸ Apesar da anexação do Piauí ao Maranhão, “uma parte do território piauiense continuou, subordinado à jurisdição de Pernambuco, e até mesmo da Bahia” (COSTA, 1974: 66). Dessa forma, durante os primeiros anos da colonização, a administração dos sertões do Piauí esteve sob a governança das capitanias vizinhas.

Essa situação foi ganhando outros contornos à medida que a capitania do Piauí conquistava sua autonomia. Os primeiros governos da capitania foram marcados sobretudo pelas mudanças na organização administrativa. Quem primeiro assumiu o cargo de governador foi João Pereira Caldas (1759-1769) um dos homens mais ricos e influentes de Lisboa (SALVADO, 2019: 156). A escolha do seu nome para o cargo se deu principalmente devido a sua experiência como Governador do Grão-Pará e Maranhão e foi designado a organizar a estrutura político-administrativa e militar do Piauí (SANTOS, 2010: 506).

O segundo governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro (1769- 1775) teve seu governo marcado por um crescimento populacional na capitania. De acordo com o levantamento realizado por Antônio José Morais Durão, Ouvidor do Piauí (1770-1777) o número da população teve um salto de 12.744, no ano de 1762, para 19.191, em 1772.⁹ Além disso, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro era o capitão-tenente das Naus da Armada real e ajudante de Ordens¹⁰, portanto também foi implementado no seu governo um novo plano

⁸ CU-05 - Cx 120 D.9366 AHU-BAHIA, 6 de julho de 1754.

⁹ OFÍCIO do ouvidor do Piauí, Antônio José Morais Durão, 15 de junho de 1772. AHU-Piauí, cx. 10, doc. 17 AHU_CU_016, Cx. 12, D. 684.

¹⁰ DECRETO do rei D. José nomeando o capitão-tenente das Naus da Armada Real e ajudante de Ordens, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, governador da capitania do Piauí. AHU-Piauí, cx. 9, doc. 17, 18; Maranhão, cx. nv 858 AHU_CU_016, Cx. 10, D. 601.

militar, além do inovador serviço de correio mensal que colocava em comunicação todas as vilas do Piauí (RODRIGUES, 2019: 12).

Na tabela abaixo, podemos perceber o aumento populacional tanto em Parnaíba, quanto em Oeiras do Piauí, entre os anos de 1772 e 1774, a partir dos dados levantados pelo ouvidor Durão. A percepção do aumento demográfico fica mais evidente quando comparamos com o primeiro documento que descreve a capitania do Piauí, produzido em 1697, pelo Padre Miguel de Carvalho, informando a presença de 441 pessoas em toda a capitania.

Tabela 1 - Relação das pessoas da cidade de Parnaíba e seu distrito (1772-1774)
Total de habitantes: 2.639

	Pretos		Mestiços		Vermelhos		Mamelucos		Branços		Mulatos	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Homens	508	19,24	283	10,72	154	5,83	179	6,78	90	3,41	243	9,2
Mulheres	299	11,33	215	8,14	186	7,04	129	4,88	161	6,1	192	7,27
Total	807	30,57	498	18,86	340	12,87	308	11,66	251	9,51	435	16,47

Fonte: Reprodução da tabela disponível no Ofício do ouvidor do Piauí, António José Morais Durão, 15 de junho de 1772. AHU-Piauí, cx. 10, doc. 17 AHU_CU_016, Cx. 12, D. 684, p. 574

Tabela 2 - Relação das pessoas da cidade de Oeiras e seu distrito (1772-1773)
Total de habitantes: 5.600

	Pretos		Mestiços		Vermelhos		Mamelucos		Branços		Mulatos	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Homens	1410	25,17	134	2,39	244	4,35	99	1,76	618	11,003	597	10,66
Mulheres	94	1,67	134	2,39	359	6,41	945	16,87	558	9,96	408	7,28
Total	1504	26,84	268	4,78	603	10,76	1044	18,63	1176	20,99	1005	17,94

Fonte: Reprodução da tabela disponível no Ofício do ouvidor do Piauí, António José Morais Durão, 15 de junho de 1772. AHU-Piauí, cx. 10, doc. 17 AHU_CU_016, Cx. 12, D. 684, p. 568

Tanto Oeiras, quanto Parnaíba concentravam um grande número de pretos, mestiços, vermelhos, mamelucos e mulatos, enquanto os homens e mulheres identificados como brancos configuravam uma minoria na sociedade. Para o ouvidor Durão, vermelho era “todo índio de qualquer nação”; chamava-se mameluco “o filho de branco com índia”; mestiço é o “que participa de branco, preto e índio” e o mulato era “o filho de branco e preto”. Ressaltava ainda “quando se não podem bem distinguir pelas suas muitas misturas se explicam pela palavra mestiço”.

A partir das fontes de caráter censitário podemos analisar a demografia escrava na capitania do Piauí no século XVIII. Para além dos números, as tabelas acima nos mostram um

outro dado importante, a origem dos sujeitos que compunham aquela sociedade. Num primeiro olhar, já fica evidente que as populações nas duas cidades mais movimentadas da capitania do Piauí eram compostas majoritariamente por pretos, principalmente em Oeiras que representava 26% da população. De acordo com o quadro de classificação por cor dos habitantes realizado pelo Ouvidor Durão, podemos ainda ampliar esse número, tendo em vista que os mestiços e os mulatos eram considerados descendentes de pretos.

Em relação aos povos indígenas representados nas tabelas pela classificação de vermelhos e mamelucos também constituía uma parcela significativa da população. Já o número de brancos diz respeito a apenas 9% em Parnaíba e 20% dos habitantes em Oeiras. Esses dados evidenciam entre outras coisas, como as sociedades coloniais eram cidades negras e indígenas. Este fato é importante para nortear a pesquisa desta dissertação, pois esses agentes coloniais não só contribuíram para (re)definição dos territórios a partir da ocupação e (re)configuração daqueles espaços ao longo dos anos, mas também para os diversos deslocamentos atravessados pelo processo de colonização.

Os diversos termos para se referir a cor ou qualidade dos sujeitos é algo que permeia durante todo o século XVIII e perpassa também o século XIX. Flávio Gomes e João Reis explicam que “as pessoas escravizadas marcaram profundamente os costumes, o imaginário, a cultura, a sociedade e, através de uma intensa miscigenação, sobretudo forçada, moldaram a composição étnico-racial da população” (GOMES e REIS, 2021: 4).

Em 1818, o português Francisco Gayoso publica uma obra para discutir sobre os aspectos políticos, econômicos e sociais da capitania do Maranhão e algumas partes adjacentes. No seu compêndio, nos chama a atenção a “Tabuada das misturas” inspirada no livro *History of America* do escocês William Robertson.¹¹ A construção da tabela nos lembra os escritos do ouvidor Durão e nos apresenta o quanto essa discussão era frequente nas narrativas dos agentes coloniais.

¹¹ ROBERTSON, William. *History Of America Vol-2*. T. Cadell, 1783.

Quadro 1 - Tabuada das misturas

TABOADA DAS MISTURAS.*Para ficar branco.*

1 branco com huma negra produz mulato . . .	} Metade branco, metade preto.
1 branco com huma mulata produz quartão.	} Tres quartos branco, e hum quarto negro.
1 branco com huma quartão produz outão.	} Sete outavos branco, e hum oitavo negro.
1 branco com huma outona produz branco.	} Inteiramente branco.

TABOADA DAS MISTURAS.*Para ficar negro.*

1 negro com huma branca produz mulato.	} Metade negro, e metade branco.
1 negro com huma mulata produz quartão.	} Tres quartos negro, e 1 quarto branco.
1 negro com huma quartão produz outão.	} 7 outavos negros, e 1 outavo branco.
1 negro com huma outona produz negro.	} Inteiramente negro.

Fonte: GAIOSO, Raimundo. “Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão e suas produções” Pariz: P.N. Rougeron, Impressor, 1818, pág. 219-220

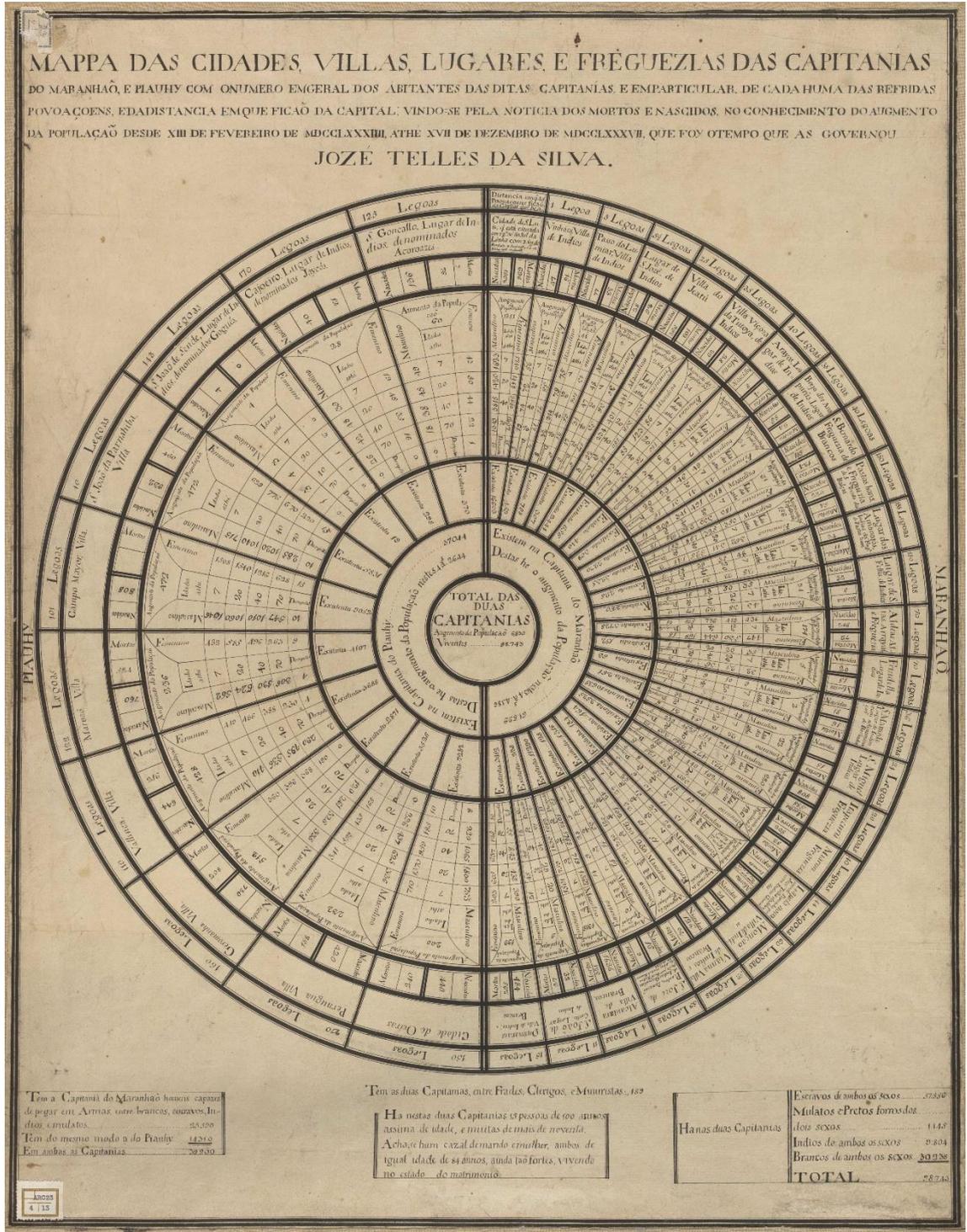
Com o passar dos anos, o aumento demográfico principalmente entre negros e indígenas se tornava ainda mais perceptível. Em 1787, o Governador do Maranhão e Piauí, José Teles da Silva produz um *Mapa das Cidades, Vilas, Lugares e Freguesias das Capitanias* com o intuito de quantificar o número de habitantes de ambos os sexos entre livres, indígenas e escravizados referentes à capitania do Piauí e a capitania do Maranhão. O mapa conta ainda com algumas informações adicionais sobre as referidas povoações e suas distâncias até a capital, bem como destaca a quantidade de “14.310 homens que são capazes de pegar em armas, entre brancos, escravos, índios e mulatos”.¹²

José Teles também acrescenta o número de mortos e nascidos em cada vila para preencher a informação “aumento da população” dando conhecimento do crescimento populacional desde a data de 13 de fevereiro de 1784 até 17 de dezembro de 1787 período em

¹² Mappa das cidades, vilas, lugares e freguezias das capitanias do Maranhão e Piauhy: com o numero em geral os habitantes as ditas capitani-as... [S.l.: s.n.], 1787. 1 mapa ms., desenho a tinta nanquim, 62 x 48. Fonte: Biblioteca Nacional Digital. <goo.gl/kf48JM>

que José Teles da Silva assumiu o governo do Piauí. A cidade de Oeiras tinha um total de 7.282 pessoas, segundo lugar da capitania do Piauí com maior número de habitantes. Em toda a capitania, segundo os dados do mapa, havia 37.044 pessoas entre escravos, mulatos, índios, pretos forros e homens brancos.

Mapa 3 - Mapa das cidades, villas, lugares e freguesias das capitãneas do Maranhão e Piauí - 1778



Número de habitantes nas capitanias do Maranhão e Piauí -1787

Hanas duas Capitanias	Escravos de ambos os sexos.....	57.556
	Mulatos e Pretos forros dos	
	dois sexos.....	1.145
	Indios de ambos os sexos	9.804
	Brancos de ambos os sexos.	<u>30.238</u>
	TOTAL	98.743

Fonte: Mapa das cidades, vilas, lugares e freguesias das capitanias do Maranhão e Piauí: com o número em geral os habitantes as ditas capitanias... [S.l.: s.n.], 1787. 1 mapa ms., desenho a tinta nanquim, 62 x 48. Fonte: Biblioteca Nacional Digital. <goo.gl/kf48JM>. Acesso em: 01 nov. 2016.

Em 1761, a vila da Moucha é elevada à cidade de Oeiras e as seis freguesias do Piauí são transformadas em vilas: Valença, Marvão, Campo Maior, Parnaíba, Jerumenha e Parnaguá, oficialmente instaladas em 1762 (NUNES, 2007: 155). O principal objetivo dessas mudanças era a tentativa de evitar a dispersão da população e ter um maior controle dessas vilas, além de estimular a vida urbana. Devido ao caráter econômico baseado na pecuária, os moradores permaneciam mais tempo nas fazendas de gado e, geralmente, eram dispersas e afastadas umas das outras (SANTOS, 2010: 508).

É importante ressaltar que essa característica rural não era exclusiva da capitania do Piauí. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, “toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos...o Brasil é uma civilização de raízes rurais” (HOLANDA, 1968: 41). Portanto, inexistia vida urbana no Piauí durante o século XVIII.

A vila da Moucha em Oeiras do Piauí estava no centro das decisões políticas da capitania. A sua localização refletia essa centralidade tanto no poder, quanto no âmbito geográfico. Em 1697, Oeiras foi escolhida para ser a principal vila da capitania do Piauí “por ser a parte mais conveniente a todos os moradores de toda a povoação, ficando no meio delas com iguais distâncias e caminhos para todos os riachos e partes povoadas”.¹³ Em 1772, o

¹³ Termo de eleição que fizeram os moradores do sertão do Piauí, do lugar para se fazer a igreja de Nossa Senhora da Vitória. Pe. Miguel de Carvalho, Doc 62 1697.

ouvidor Durão reforça, “fica esta cidade no meio da capitania (...) no centro do sertão descoberto”.¹⁴

A vila de São João da Parnaíba também tinha uma localização geográfica que, por outros motivos, também lhe favorecia e a colocava no centro da economia, estava localizada no litoral do Piauí, “onde finaliza esta capitania”.¹⁵ O ouvidor Durão caracterizava a vila da Parnaíba como um local de comércio promissor, pois “tem-se aumentado esta vila pelo negócio que nela se estabeleceu das carnes secas e couramas, que levam as sumacas ou barcos da Bahia, Pernambuco e outros portos”.¹⁶ Assim, o comércio de carne e couro concomitante ao tráfico de escravizados realizado em Parnaíba fez daquela região um excelente espaço para compreender os movimentos do Piauí.

Em Oeiras, sertão do Piauí, os caminhos eram realizados por vias terrestres e fluviais. Em Parnaíba, no litoral, para além das rotas por terra e pelos rios, acrescentava-se a via marítima. E as sete vilas existentes no Piauí no século XVIII estavam todas interligadas. A criação de um correio para facilitar a comunicação entre as vilas é um excelente exemplo para mostrar essa conexão. O objetivo era que o correio fosse utilizado todos os meses para que os moradores de cada uma das vilas pudessem se comunicar e informar as novidades como bem mostram as correspondências trocadas entre as autoridades coloniais no ano de 1773.

Para melhorar a comunicação das vilas desta capitania com esta capital [Oeiras] e saber eu em cada mês o que se passa em qualquer delas, estabeleci um Correio do Parnaguá para esta cidade [Oeiras], passando por Jerumenha e outro na Parnaíba que passa por Campo Maior, Marvão e Valença¹⁷

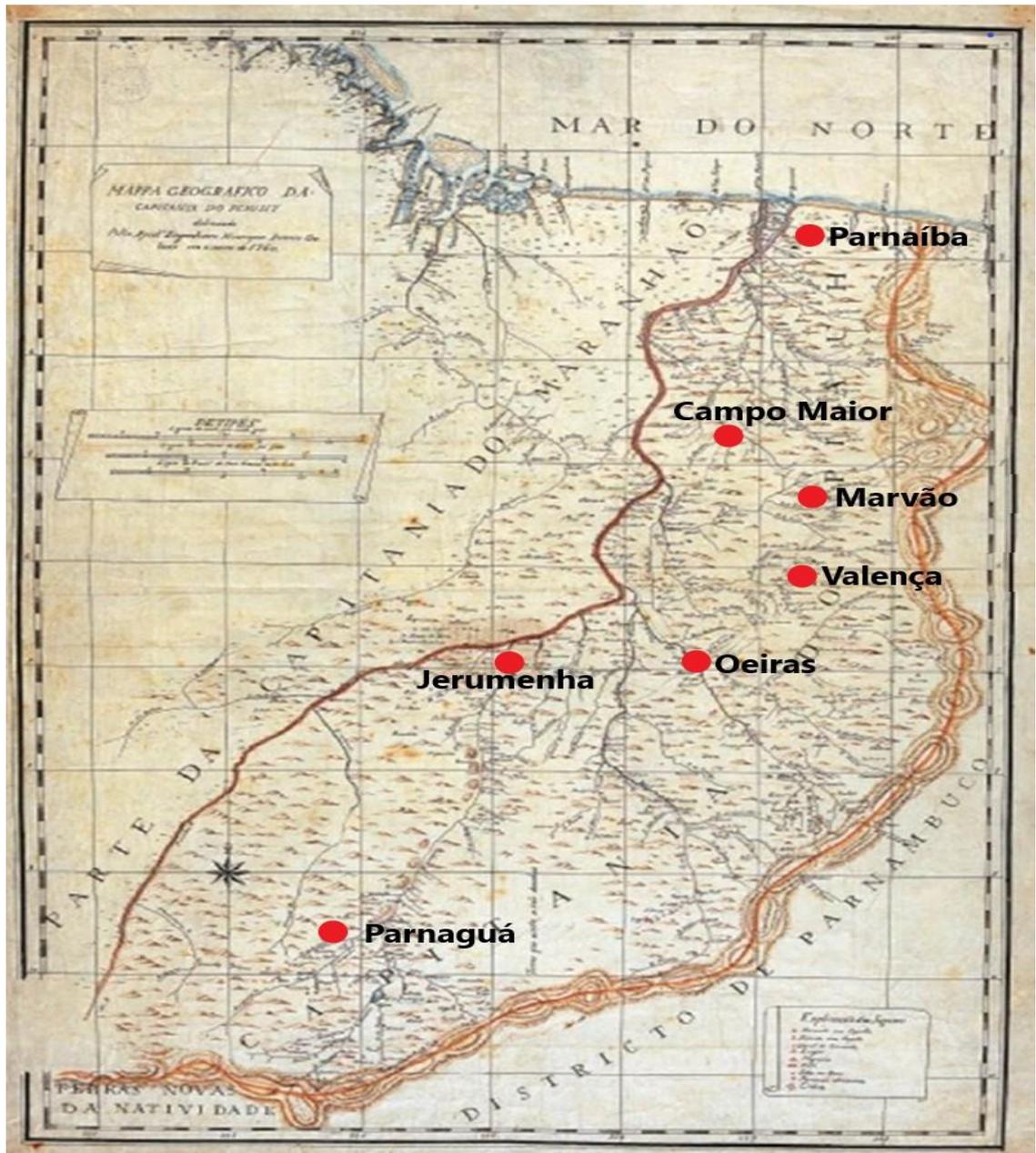
¹⁴ OFÍCIO do ouvidor do Piauí, António José Morais Durão, 15 de junho de 1772. AHU-Piauí, cx. 10, doc. 17 AHU_CU_016, Cx. 12, D. 684, p. 564.

¹⁵ OFÍCIO do ouvidor do Piauí, António José Morais Durão, 15 de junho de 1772. AHU-Piauí, cx. 10, doc. 17 AHU_CU_016, Cx. 12, D. 684, p. 559.

¹⁶ OFÍCIO do ouvidor do Piauí, António José Morais Durão, 15 de junho de 1772. AHU-Piauí, cx. 10, doc. 17 AHU_CU_016, Cx. 12, D. 684, p. 563.

¹⁷ Arquivo Público do Piauí (APEPI) – Códice 149, Seção de Manuscritos – Correspondências ao General do Estado (1770-1781). 15 de maio de 1773. Pág. 16.

Mapa 4 - Mapa Geográfico da capitania do Piauí - 1760



Fonte: Mapa Geográfico da capitania do Piauí delineado pelo Ajudante Engenheiro Henriques Antônio Galucio em o ano de 1760. Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

O mapa acima é de autoria do “Excelentíssimo Senhor Henrique Antônio Galucio que veio fazer a carta geográfica desta capitania e retirou-se sem deixar uma cópia do seu trabalho.”¹⁸ No ofício, escrito em 14 de março de 1770, ou seja, dez anos após a produção do mapa, o governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro (1769- 1775), ainda não tinha

¹⁸ Arquivo Público do Piauí (APEPI) – Códice 149, Seção de Manuscritos – Correspondências ao General do Estado (1770-1781). Pág. 2

acessado o material e solicitava que lhe fosse enviada uma cópia para poder utilizar em proveito da capitania.

Em outubro do mesmo ano, Gonçalo de Castro escreve novamente ao general do Estado, mas dessa vez para agradecer e informar o recebimento do mapa. Esse fato deixa claro que o objetivo na produção da carta geográfica não era entregar ao governo do Piauí, já que isso só veio a acontecer uma década depois. O interesse provavelmente seria apresentar à Coroa Portuguesa o local no qual já exploravam há mais de meio século e assim ver o andamento da ocupação através da representação cartográfica.

O governador destacou ainda que a Carta geográfica, seria útil tanto para seu governo, quanto para os seus sucessores, posto que seria uma oportunidade de conhecer melhor a região. E aproveitou a oportunidade para fazer uma crítica a respeito da representação da capitania do Piauí feita por Galucio, afirmando ter “algumas partes diminutas como nas distâncias que vão desta cidade [Oeiras] com os limites da mesma capitania com o Rio São Francisco”.¹⁹

A crítica não foi um ato exclusivo do Governador Gonçalo de Castro. Em 1772, o ouvidor Durão escrevia que o mapa tinha “pouco de exatas, principalmente quanto à direção das ribeiras, não obstante ter o dito conferido a esta capitania para a construção da sua [carta geográfica]”.

Apesar das críticas, o mapa de Galucio nos elucida muitos aspectos, principalmente nos possibilita compreender a intervenção e exploração da Coroa Portuguesa na capitania do Piauí. Nas palavras de Henrique Galucio,

Parti daquela Capitania para o Piauí já na ideia de emprender (sic) desde logo a construção do Mapa Geográfico deste Capitania, por cujo respeito foi arrumado o Rio Itapicuru, e todo o caminho de terra que me conduziu até esta Villa, observando miudamente os rumos das estradas, medindo suas distâncias, e tomando frequentemente as alturas para latitude, e fazendo todas as observações de longitude que me foi possível. No fim do ano passado [1759] fui para o Norte da Capitania; e logo no princípio deste ao Sul até Parnaguá, não obstante o tempo das chuvas e a infestação do Gentio. Depois da Páscoa foi para a parte Nascente, de donde atravessando as cabeceiras de muitos rios por caminhos não praticados, e subindo o Rio Canindé, e descendo o Rio Piauí acabei de adquirir todos os elementos precisos para a construção do Mapa Geográfico de toda a Capitania, o qual logo entrei a pôr em medida, e arrumar, e a reduzir três vezes, não obstante uma grave doença adquirida na derradeira viagem, e finalmente delineei (sic) em limpo dois exemplares, que entreguei ao Ilmo. Sr. Gov. Desta Capitania, para serem remetidas como entendo, nesta frota para V. Exa.²⁰

¹⁹ Arquivo Público do Piauí (APEPI) – Códice 149, Seção de Manuscritos – Correspondências ao General do Estado (1770-1781). Pág. 4

²⁰ OFÍCIO do [engenheiro] Henrique António Gallucio, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Anexo: 7 docs, 30 de junho de 1762, AHU-Piauí ACL CU_016, Cx.7, D. 437.

Toda a organização administrativa e divisões territoriais nos mostram a engenhosidade política daquele período, marcado por estratégias para ocupar e extrair o máximo possível do Novo Mundo. Isso não significa dizer que o poder estava centrado apenas na Coroa Portuguesa. Segundo o historiador Manuel Hespanha, os poderes locais – inclusive as localidades mais periféricas – tinham tanto poder e autonomia quanto o poder real.

Era humanamente impossível ter um poder centralizado em uma única pessoa, entretanto no imaginário simbólico da população a centralidade do poder em torno da figura do rei não só existia como era respeitada nas mais distantes partes dos domínios ultramarinos. Mas para que esse empreendimento funcionasse seria necessário estratégias de delegações de poder (HESPANHA, 2010: 51).

Essa perspectiva é importante para a nossa análise, pois partimos da ideia de que a capitania do Piauí não era somente mais um espaço explorado pela metrópole, apesar de fazer parte dos domínios ultramarinos. Não era um território dominado, mas sim articulado a uma dinâmica política realizada tanto entre os dois lados do atlântico (metrópole e colônia), quanto nos vastos sertões a partir de negociações, conflitos, revoltas e interesses de agentes coloniais, mas também de indígenas, africanos e seus descendentes.

O conceito de sertão, nesse contexto, vai para além da definição de uma região ou um bioma. Partindo da experiência dos portugueses, o sertão era um espaço oculto localizado no interior dos seus domínios, distante do mar e repleto de perigos, e, portanto, deveria ser explorado, colonizado e civilizado. De acordo com o dicionário de Rafael Bluteau, produzido no século XVIII, o sertão é definido como uma “região apartada do mar e metida entre terras”.²¹ Para quem já habitava, ou seja, para os nativos daquelas terras, os sertões era um espaço rico em possibilidades e acima de tudo que proporcionava a sobrevivência em múltiplas formas, inclusive foi bastante utilizado como estratégia de fuga dos indígenas e negros. Os quilombos e os mocambos localizados nos sertões são excelentes exemplos de estratégias forjadas por negros e indígenas (GOMES, 2015).

O Piauí, assim como qualquer outra região colonizada, não começa a sua história a partir da invasão dos colonizadores. Esse é apenas um marco histórico construído através de narrativas que durante muito tempo privilegiaram a perspectiva de quem chegava numa terra que já era habitada. De acordo com as pesquisas arqueológicas desenvolvidas no Parque Nacional da Serra da Capivara no Piauí, no município de São Raimundo Nonato e lideradas

²¹ BLUTEAU, Rafael. *Dicionário Língua Portuguesa*. Século XVIII, p. 396

principalmente por Niède Guidon²², apontam que aquelas terras já eram habitadas, pelo menos, há mais de 60 mil anos. Nas palavras da pesquisadora: “Em síntese, pode-se admitir que, penetrando no país por via ainda desconhecida, grupos humanos chegaram até o sudeste do Piauí há cerca de 60 mil anos (GUIDON, 1992: 41).

Antes mesmo dos primeiros relatos dos portugueses sobre a região que hoje conhecemos por Piauí – nome indígena, que referia-se ao rio “Piahuí” eixo hidrográfico que possibilitava a penetração naquela região – já havia a presença de inúmeros grupos indígenas, como: Pimenteiras, Pracatis, Gueguês, Tapuias, Jaicós, Acoroás, Timbiras, Aroachises, Acuruás, Tramambés, Aranez, Carapotangas, Aroanguiras, Precatiz, Rodeiros, Beçudos, Bocoreimas, Cupequacas, Cupicheiros, Gutamenz, Goiais, Anicuaz, Aranez, Corerás, Aitetus, Abetiras, Beirtés, Goaras, Macamasus, Nongazes, Anassus, Alongás, Aruás, Ubatês, Meatanz, Corsiãs, Lanseiros, Arayes, Acumez, Goaratizes, Jendoiz, Ycos, Urius, Cupinharões.²³

Além desses grupos indígenas, o padre Miguel de Carvalho escreveu em 1697 sobre “outras muitas nações há no circuito desta freguesia de que se não sabe o nome. As nações acima ditas são as que nos deram ou de presente dão guerra mais viva”. Portanto, a nossa análise pretende incluir na narrativa principalmente os sujeitos que compunham a maioria da população da capitania do Piauí e conseqüentemente eram um dos grupos que mais impulsionaram os movimentos.

Ainda assim, vigorou a ideia de que o sertão era um enorme vazio e só foi preenchido com a expansão portuguesa, protagonizada pela figura dos bandeirantes. Uma narrativa perigosa porque invisibiliza a história dos povos indígenas. Para o historiador André Rêgo, “o interior do continente constituía um extenso vazio cartográfico que, a partir daí [século XVIII], começou a ser preenchido” (RÊGO, 2016: 43). Embora o autor apresente que o vazio no qual se refere é em relação a produção cartográfica, a forma de caracterizar os sertões como espaços vazios e que só foram preenchidos por uma ação da Coroa Portuguesa e de particulares, por exemplo, diplomatas, sertanistas e cartógrafos, sem mencionar, na sua narrativa, os povos indígenas é algo passível de críticas (RÊGO, 2016: 64).

Russell-Wood no seu artigo intitulado *Fronteiras do Brasil colonial* argumenta que as fronteiras dos sertões era uma área de interação entre diferentes culturas e não estava

²² Niède Guidon é uma arqueóloga franco-brasileira, graduada em História Natural pela Universidade de São Paulo – USP (1959). A pesquisadora coordena pesquisas sobre a presença do primeiro homem americano no Parque Nacional da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, no sudeste do Piauí.

²³ Padre Miguel de Carvalho. Descrição do Sertão do Piauí remetida ao IHmo e Rmo Senhor Frei Francisco de Lima, bispo de Pernambuco, Piauí, 2 de maio de 1697”. IN_ ENNES. Ernesto. As guerras dos Palmares (Subsídios para sua história): Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Doc. 64. pp. 228-230.

relacionada a um “sentido político, ou geográfico, mas, antes, a um estado de espírito” (RUSSELL-WOOD, 1999, 2021: 280).²⁴ O sertão era uma região vasta e desconhecida para os colonizadores, logo tornou-se um local com pouca precisão dos seus limites. Essa imensidão de terras e de riquezas associado ao desconhecimento por parte dos invasores, proporcionou inúmeras narrativas sobre aqueles espaços.

Um dos pontos que podemos perceber nessas narrativas é que não se sustenta o argumento de o sertão ser um local inacessível. Pelo contrário, era um espaço cobiçado, que despertava a curiosidade, poderia ser uma chance de conquistar terras e garantir lucros. Na capitania do Piauí, podemos perceber o crescimento significativo na população depois dos primeiros relatos que davam conta dos sertões, como o aumento da presença de franceses, portugueses e escravizados africanos de diversas procedências. Mesmo assim, ainda há interpretações que reforçam um caráter de inacessibilidade dos sertões.

Para Russell-Wood, o sertão tinha três características: violência, evasão e inortodoxia religiosa. Apesar de reconhecermos a importância do historiador principalmente nos estudos sobre o império português, a sua análise sobre o sertão é passível de críticas. A violência não era uma característica dos sertões, mas sim da colonização. Do litoral ao sertão a ação colonizadora foi marcada por atos de extrema violência. Para justificar a característica de evasão, o autor explica que “os habitantes ou aqueles de passagem pelo sertão, dedicavam-se, com uma virtual impunidade, ao contrabando, à fuga, aos impostos e ao roubo de gado” (RUSSELL WOOD, 2021: 282).

A Coroa portuguesa tinha dificuldades em controlar as atividades comerciais nos sertões, visto que a cobrança dos impostos era um obstáculo e isso facilitava a atuação dos contrabandistas. Esse fato despertava o interesse na exploração dos sertões e talvez por isso uma das estratégias da Coroa foi criar narrativas que desvalorizassem o interior dos domínios ultramarinos para evitar contrabandistas. Além disso, a atual historiografia piauiense rebate argumentos de que havia um excesso de evasão na capitania do Piauí. Apenas na primeira década da colonização o absentismo foi uma prática comum, mas perdurou o estigma que era um território útil apenas para exploração e ninguém tinha o interesse em habitá-lo (MOTT, 2010).

²⁴ O artigo está disponível na coletânea de textos escritos em diferentes momentos da carreira de Russell-Wood e “fornece uma amostra representativa de sua obra.” A segunda edição foi produzida em 2021 pela Editora Unesp. Artigo original em: RUSSELL-WOOD, AJR. Fronteiras no Brasil colonial. In Oceanos, Lisboa, n.40, p.9, outubro/ dezembro de 1999

Em relação a última característica dos sertões apresentada por Russell-Wood, a inortodoxia religiosa existia por haver pouca interferência nas manifestações, práticas e crenças religiosas, já que a feitiçaria e a magia eram uma prática comum. Entretanto, assim como a violência, os rituais afro-indígenas foram utilizados em todas as regiões dos domínios ultramarinos, portanto seria uma característica da colonização e não específica dos sertões (RUSSELL-WOOD, 2021: 282). Dessa forma, iremos mobilizar na presente dissertação múltiplas narrativas para compreender as variadas possibilidades nos sertões do Piauí, tendo em vista que não pretendemos conceituá-lo em poucas características com fez Russell-Wood, mas entender suas múltiplas facetas, agenciamentos, circulações e mobilização de saberes, principalmente relacionados às doenças e práticas de cura.

Neste contexto, o Piauí se constituiu enquanto um espaço formado por uma complexa rede de conexões e intercâmbios que serviram tanto para impulsionar o comércio, mas também os conflitos e as negociações. Assim, a capitania do Piauí estava interligada aos domínios ultramarinos, e não “isolado inteiramente do resto do Brasil” (ABREU, 1930: 59), pelo contrário, se conectava a várias partes do Brasil, África e Europa. É importante compreender a dinâmica desses espaços justamente porque “foram os movimentos e caminhos que marcaram os variados processos de colonização no Brasil” (GOMES, 1999).

1.2 Circulações, interações e caminhos

No início do século XVII o Piauí já era mencionado em diversos documentos de agentes coloniais, principalmente por aqueles que estavam interessados em procurar novos caminhos e riquezas a serem exploradas. No livro *Roteiro do Piauí*, o autor Carlos Eugênio Porto nos apresenta alguns exemplos de viajantes que exploraram alguns caminhos daquela região.²⁵

Em 1616, Baltazar Álvares Pestana, Capitão-mor partiu do Maranhão para buscar armas em Pernambuco numa viagem que teve duração de 5 meses, nessa ocasião, atravessou o Piauí. Em 1656, “André Vidal de Negreiros parte do Maranhão e chega a Olinda, com passagem pelo

²⁵ Eugênio Porto, utiliza como principal referencial teórico a obra rara “O devassamento do Piauí” de autoria de Barbosa Lima Sobrinho, escrita em 1946, ver: SOBRINHO, Barbosa Lima. O devassamento do Piauí. Brasileira V. 255 Companhia Editora Nacional, 1946.

Piauí. Nesse mesmo ano, os padres Antônio Ribeiro e Pedro Barbosa atravessavam o território do Piauí vindos do Maranhão com destino ao Ceará”²⁶ (PORTO, 1974, 26).

Dois anos mais tarde, uma parte desse caminho terrestre seria utilizado pelo Padre Antônio Vieira quando em missão pela serra da Ibiapaba. Na ocasião, o religioso relatou, entre outros assuntos, as dificuldades das viagens, as longas caminhadas sob um sol escaldante e a travessia em rios perigosos. Além disso, ressalta que, na maioria das vezes, as viagens eram acompanhadas por muitas pessoas, principalmente povos indígenas e que em algumas situações eram obrigados a dividir a mesma canoa, aumentando o risco de contaminação por doenças, uma vez que poderiam ser levadas “pelo mar, pela terra, pelo ar... as outras moléstias e incomodidades”. Além do infortúnio de ser “comido de mosquitos”²⁷

Desde 1677, há relatos das entradas no Piauí pelo caminho do Tocantins, viabilizado sobretudo pelas informações fornecidas pelos indígenas de que depois do rio Parnaíba ou Paraguaçu – como também era denominado – havia uma imensa região de belos pastos.²⁸ Nesse mesmo ano, o capitão-mor Domingos de Freitas Azevedo é designado pelo governador do Maranhão para continuar no “descobrimento do rio Paraguaçu” com o objetivo de encontrar riquezas e novos caminhos.²⁹

Em 1685, João Velho do Vale parte do rio Munim no Maranhão e dois meses depois chega ao rio Parnaíba, o sucesso da sua jornada é fruto das diversas negociações e intermediações com grupos indígenas que ajudaram João Velho a realizar esse caminho detalhado minuciosamente na *Jornada de Joao Velho do Valle em Reconhecimento dos Rios Itapecuru, Monim, Mearim e Paraguassu (1685-1687)*.³⁰ O sertanista João Velho do Vale foi designado pelo governador Gomes Freire de Andrade a descobrir um caminho terrestre que interligasse o Estado do Maranhão ao Estado do Brasil. Capistrano de Abreu ao se referir a Jornada de João Velho do Vale, informa que o trecho mais difícil de vencer era nas proximidades do rio Piauí e Canindé. Contudo, o aumento das fazendas de gados ao longo da

²⁶ “Antônio Ribeiro era natural de São Paulo e profundo conhecedor da lingua dos Brasis e Pedrosa foi o primeiro português que abriu caminho, por terra, entre o Maranhão e Ceará.” Ver em: FERREIRA, Pedro. “Dicionário Histórico e Geográfico da Ibiapaba” 1935, Fortaleza, p. 177

²⁷ Azevedo, João Lúcio de. História de Antonio Vieira, com factos e documentos novos. Lisboa, A. M. Teixeira, 1918-1921. 2vol. in-^o8, 1 portr. Bibliothèque nationale de France, département Philosophie, histoire, sciences de l’homme, 8-OZ-506 (1) 1918-1921 (Pág. 326-327) Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k934840h>

²⁸ CRISTOBAL DE ACUNA, “Novo descobrimento do grande rio do Amazonas”, *Brasiliana*, vol.203. 1641 pág 282.

²⁹ SOBRINHO, Barbosa Lima. O devassamento do Piauí. *Brasiliana* V. 255 Companhia Editora Nacional, 1946. p.16.

³⁰ A fonte foi encontrada e transcrita pelo pesquisador João Renôr de Ferreira Carvalho nos documentos avulsos da Capitania do Maranhão no Arquivo Histórico Ultramarino. Ver: CARVALHO, Joao Renor Ferreira de. *Jornada de Joao Velho do Valle em Reconhecimento dos Rios Itapecuru, Monim, Mearim e Paraguassu (1685-1687): fazendo acordos de paz com as nacoes: Caicai, Guareti, Guanare e Charuna*. Teresina: Editora UFPI, 2015.

margem do rio São Francisco pode ter facilitado o caminho, pois “deviam existir numerosas vias de comunicação” (ABREU, 2000: 30).

Para o historiador Rafael Chamboleyron, a abertura desses caminhos influenciou completamente a transformação das fronteiras coloniais e ressalta que essas conexões de um espaço a outro não seria possível sem o conhecimento dos povos indígenas que contribuíram sobretudo com informações, seja a partir das alianças ou dos conflitos. A busca desse novo caminho no final do século XVII intensificou a expansão dos sertões do Piauí, impulsionou o comércio de gado, teve um aumento significativo dos conflitos com indígenas, provocando a dizimação de milhares de povos nativos e conseqüentemente um aumento de doenças (CHAMBOULEYRON; IBÁÑEZ-BONILLO E MELO 2021:39).

Por mar, a costa maranhense era difícil de ser navegada principalmente pelo regimento dos ventos e das correntes marítimas, o que interferia nas relações comerciais entre São Luís e Salvador, esse foi um dos motivos que impulsionou a abertura de novos caminhos terrestres que interligassem as capitanias.³¹ Nas palavras de Luiz Felipe de Alencastro “o Estado do Grão-Pará e Maranhão é situado na contramão do Estado do Brasil, marcando a lonjura marítima criada pelos ventos e pelas correntes adversas que separam as duas partes da América portuguesa” (ALENCASTRO, 2000: 224). A jornada de João velho é um marco na constituição de redes de caminhos que interligava o litoral ao sertão.

Nesse contexto de conectar espaços aparentemente separados, os caminhos por terra e pelos rios cumpriam a função de mediadores entre essas regiões. Para Mairton Celestino, a partir do final do século XVII intensificam as viagens rumo aos sertões com o objetivo de explorar novas localidades, dinamizando o comércio de carne, couro e conseqüente de escravizados, além de proporcionar valiosos relatos sobre os caminhos, as variações climáticas, os povos indígenas, os costumes e as descrições dos espaços (SILVA, 2016: 257).

As notícias sobre o Piauí, através desses relatos de viagens, instigaram ainda mais o interesse em conquistar aquelas terras, visto como uma oportunidade de aumento dos lucros, algo inerente ao período colonial. Os primeiros relatos que temos sobre a tentativa de povoamento da capitania do Piauí remontam ao período de 1674.

um dos primeiros que entraram por aquelas dilatadas terras foi Domingos Afonso Sertão [vindo da Bahia], neste descobrimento se encontrou com Domingos Jorge, natural da Cidade de S. Paulo, que desejando novas conquistas saíra da sua pátria com numeroso troço de índios domésticos a descobrir terras ainda não penetradas e atravessando várias regiões entrou

³¹ CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre o novo caminho que se descobriu para o Maranhão e cartas do governador geral do Brasil e do padre Jacobo Cocleo. Anexo: vários docs. 23 de janeiro de 1698, AHU_CU_009, Cx. 9, D. 957.

nesta e com Domingos Afonso prosseguiu a empresa e cada um por sua parte conquistaram todo aquele país, cuja circunferência compreende grande número de léguas (COUTO, 1981: 168).

Existe uma controvérsia na historiografia a respeito de qual desses dois sujeitos teriam chegado primeiro ao Piauí e realizado a ocupação dos sertões através do estabelecimento dos currais de gado. O *Mapa das sesmarias que a Casa da Torre e seus sócios pretendem no sertão do Piauí* datado de 1684³², mostra que exploração dos sertões se deu por terra pelo sudeste do Piauí com incursões vindas da Bahia, sugerindo, portanto que Domingos Sertão teria sido o responsável por essa primeira atividade de conquista.

Antes mesmo desse período temos documentos que reforçam essa teoria. Em 1674, o Padre Miguel de Carvalho escreve que o português Domingos Afonso Mafrense, também conhecido como Domingos Sertão “descobre e povoa o Piauí, com risco de sua pessoa e considerável despesa, com o adjutório de seus sócios”.³³ Defendemos a ideia de um povoamento simultâneo, com a presença de múltiplos sujeitos que adentraram por caminhos tanto fluviais, quanto terrestres, como propõe Claudete Dias (DIAS, 2008).

Apesar de apresentar a existência desse debate, não pretendemos aprofundar essa discussão, principalmente porque o nosso foco de análise é compreender os movimentos a partir dos diferentes sujeitos da sociedade, especialmente aqueles à margem do processo de conquista, e não exaltar figuras que foram construídas pela historiografia tradicional como “desbravadores”, “bandeirantes” e “descobridores”.

Concorreram antes para despovoar que para povoar nossa terra, trazendo índios dos lugares que habitavam, causando sua morte em grande número, ora nos assaltos às aldeias e aldeamentos, ora com maus-tratos infligidos em viagens, ora terminadas estas, pelas epidemias fatais e constantes, aqui e alhures apenas os selvícolas entrem em contato com os civilizados. Acresce com os bandeirantes iam e tornavam não se fixavam nunca nos territórios percorridos (ABREU, 1930: 65).

A atuação de Domingos Afonso Sertão e Domingos Jorge Velho, que adentraram os sertões piauienses com o objetivo de instalar novos currais de gado, são os primeiros responsáveis por inaugurar naquela região a ação colonizadora, marcada sobretudo pela violência contra os povos indígenas. Os indígenas que não foram dizimados, acabaram sendo utilizados como mão de obra escrava. Nas palavras do pesquisador Reginaldo Miranda “os primeiros currais foram estabelecidos sobre o cadáver de diversos nativos desafortunados que tombaram ao longo da violenta marcha de conquista” (MIRANDA, 2004: 25).

³² Cf. Mapa das sesmarias que a Casa da Torre e seus sócios pretendem no sertão do Piauí AHU – Piauí - CU-016, Cx. 1, D. 1.

³³ “Padre Miguel de Carvalho. Descrição do Sertão do Piauí, 2 de maio de 1697 .Doc. 64. pp. 368-389.

Esses movimentos de sujeitos de outras regiões que partiram para o Piauí na tentativa de estabelecerem currais e, posteriormente, fazendas de gado, foi impulsionado principalmente pela expansão açucareira que exigia cada vez mais novas regiões para a criação de gado *vacum* e cavalariço, já que eram animais essenciais para o sucesso da economia açucareira.

A economia desenvolvida no Piauí colonial demonstra a interconexão entre os currais de gado, rede de fazendas e engenhos de açúcar que abasteciam tanto o mercado interno, quanto o comércio atlântico (ROLAND, 2016: 284-285). Assim, “durante a primeira metade desse novo século (XVIII) a escravidão no Brasil experimentou uma vigorosa expansão nos meios rural e urbano, em paralelo à intensificação do tráfico de escravos” (GOMES e REIS, 2021: 3).

A Bahia foi o principal mercado consumidor de gado do Piauí já que essa região “veio a transformar-se na principal área pastoril do Nordeste, sendo considerado durante séculos como o curral e açougue de áreas canavieiras” (MOTT, 1979: 62). Vale ressaltar que currais eram diferentes de fazendas, porque estas necessitavam de um título de posse de terra, já os currais eram apenas espaços de instalações do gado (BRANDÃO, 1999).

Outro ponto interessante da descrição do padre Miguel de Carvalho que vale a pena discutirmos, relaciona-se às dificuldades enfrentadas por aqueles que estavam interessados em explorar os sertões, por exemplo, a abertura de caminhos que interligassem as regiões e os conflitos constantes com os povos indígenas. Nas palavras do Padre Miguel “não tem descobertos caminhos nem se verdeado, em razão dos muitos gentios bravos que neles habitam”.³⁴

A abertura de novos caminhos, vai aos poucos sendo sanada, principalmente com a passagem dos gados para algumas regiões de Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. Isso irá contribuir para a formação das rotas comerciais, além da elaboração de um território colonial ao longo dessas estradas, como a formação dos povoados em torno dos caminhos (ARRAES, 2012: 327). Já os conflitos com os indígenas, intensificados com as incursões nos sertões, sempre estiveram presentes durante toda a ação colonizadora, “sendo os sertões indômitos com difíceis caminhos, habitados, a maior parte, por gentios”.³⁵

Os indígenas poderiam ser tanto aliados ao funcionamento do comércio, como dificultadores. Em 1761, João Pereira Caldas, um ano depois de assumir o governo do Piauí, informava sobre os ataques dos Acoroás, Timbiras e Gueguês nas freguesias de Parnaguá e

³⁴ Padre Miguel de Carvalho. Descrição do Sertão do Piauí, 2 de maio de 1697 .Doc. 64. pp. 368-389.

³⁵ CARTA do governador do Maranhão, Gomes Freire de Andrade, para o Conselho Ultramarino, sobre os meios mais convenientes para preservar a posse dos sertões portugueses e impedir a entrada às nações estrangeiras, 15 de outubro de 1685, São Luís do Maranhão, AHU_CU_009, Cx. 6, D. 727.

Guguéia, no Piauí, e em Bons Pastos, no Maranhão. O governador relatara que “os índios insultavam os comerciantes de passagem para as minas da Natividade e Goiás, que negociavam nas ditas freguesias, bem como os fazendeiros próximos às aldeias”.³⁶ Segundo o governador, a solução seria realizar uma guerra contra aqueles que atrapalhavam o comércio, então solicita ao Governador de Pernambuco que envie tropas de 600 índios, argumentando que não poderia contar com o apoio dos moradores locais “sob o risco de deixar a capitania ainda mais despovoada e desprotegida” (SANTOS, 2010: 507).

Para se estabelecer o comércio entre as capitanias da Bahia e do Piauí seria necessário a colaboração de todos os moradores das localidades que margeavam os caminhos de ambas as capitanias. Era necessário fazer a limpeza constante das estradas para que os comerciantes pudessem transitar sem maiores problemas. O historiador Solimar Lima, ressalta que a abertura de novas estradas e conservação dos caminhos eram sobretudo fruto do trabalho de homens e mulheres, pois “com a força dos braços, abriam caminhos entre matas e caatingas para que o gado se deslocasse pelos caminhos, chegasse a reservas naturais de água e fosse conduzido com segurança às fazendas e currais (LIMA, 2005: 80).

Em 1798, Dom João de Amorim Pereira escreve uma carta para todos os moradores que ficam na estrada da capitania do Piauí para a da Bahia.

“Sendo o comércio um dos principais objetos dos estados não se podendo este fazer sem grandes embarços por caminhos tão impraticáveis como me consta, estão os que seguem desta para a Capitania e cidade da Bahia de Todos os Santos quando uma concorrência tão grande entre as mesmas capitanias em que tanto interessam os respectivos povos sendo igualmente obrigado por lei a cada morador ter a estrada da sua testada aberta e casas para transitarem os viajantes cuja obrigação se não pratica nem se cumpre. Ordeno a VMce que imediatamente que receber esta carta sem a menor perda de tempo do que me serena responsável, faça limpar e aprontar toda a estrada que ficar na sua testada debaixo da pena se o não fizer de ser castigado, concorrendo mais na ocasião presente para execução desta minha ordem a ver algumas razões para se pôr que o novo general do estado que atualmente se acha na Bahia pretende vir por terra para o Maranhão para onde a nossa soberana o nome o governador e capitão general devendo VMce assinar esta minha ordem e o dia em que me for apresentada para me constar aquele foi estimada e saber se VM ce a cumpriu”³⁷

A Descrição do sertão do Piauí de autoria do Padre Miguel de Carvalho produzido em 1697, é o primeiro documento que temos conhecimento sobre o recenseamento da população e das primeiras unidades domiciliares da capitania do Piauí. Podemos perceber que no ano de

³⁶ ANTT. Ministério do Reino. Consultas do Conselho Ultramarino. Maço 314, cx.420

³⁷ Carta para todos os moradores que ficam na estrada desta Capitania para a da Bahia escrita por Dom João de Amorim Pereira em 11 de outubro de 1798. Arquivo Público do Piauí – APEPI – Códice 156, fl. 197, Manuscrito do livro de registros de Cartas.

1697, ou seja, 23 anos depois do início da colonização com a instalação dos primeiros currais de gado, a capitania já estava repleta de fazendas e com uma população composta maioritariamente por negros e indígenas

Tem o sertão do Piauí, pertencente à nova Matriz de N.S. da Vitória, quatro rios correntes, vinte riachos, cinco riachinho, dois olhos de água e duas léguas a beira dos quais estão **129 fazendas que moram 441 pessoas**, entre brancos, negros, índios e mestiços [...]. Está a povoação do Piauí em 3 grãos para a parte do sul, no meio do sertão, que se acha entre o rio S. Francisco e a costa do Mar que corre do Ceará para o Maranhão, da qual distanciará pelo caminho sabido de 80 léguas confina pela parte da nascente com certos desertos que correm para Pernambuco, pelos quais se não tem descobertos caminhos nem se verdeado, em razão dos muitos gentios bravos que neles habitam...para o poente confina com os matos desertos que correm para às Índias de Espanha.³⁸

Essa fonte nos apresenta um número pequeno de habitantes, apenas 441 pessoas. Porém o recenseamento feito pelo Pe. Miguel de Carvalho diz respeito apenas aos moradores das fazendas que eram em sua maioria negros e indígenas e não representa um número fidedigno tendo em vista a existência de milhares de indígenas que viviam na região. Essa característica da presença de uma maioria de negros e indígenas presentes nas fazendas de gado tem duas justificativas: a primeira é uma questão que permeava toda realidade colonial dos domínios ultramarinos, uma vez que toda a sociedade era composta maioritariamente por indígenas e negros, sendo os invasores daquelas terras uma minoria, logo isso refletia no perfil de quem habitava nas fazendas.

A segunda é o absenteísmo, sistema onde o proprietário da fazenda se ausentava e deixava sob a responsabilidade de um vaqueiro de confiança. Ou então, submetia-se ao arrendamento. Vale ressaltar que o absenteísmo, como afirma Luíz Mott, é uma forte característica dos anos iniciais de ocupação e que essa realidade muda consideravelmente ao longo do século XVIII (MOTT, 1985: 95). Ao apresentar esse argumento, Mott rompe com uma narrativa estigmatizada em torno do Piauí, geralmente descrito como uma região de difícil acesso, com pouca comunicação entre outras regiões, de clima árido onde os proprietários não suportavam morar e acabavam por delegar a administração das fazendas a terceiros. Capistrano de Abreu, Caio Prado Júnior, Jacob Gorender e Odilon Nunes são apenas alguns exemplos de autores que reverberaram essa narrativa de absenteísmo nos sertões (ABREU, 2000: 221; PRADO JUNIOR, 1957: 187; GORENDER, 1978: 412; NUNES, 1972:72).

Em 1733, o ex-ouvidor Geral da capitania do Piauí, José de Barros Coelho, informa que a principal dificuldade para ir do Piauí para a Bahia eram as grandes distâncias entre caminhos

³⁸ Padre Miguel de Carvalho. Descrição do Sertão do Piauí, 2 de maio de 1697 .Doc. 64. pp. 368-389.

incertos e perigosos, tendo sempre que levar “bastante gente de armas por passarem por mais mocambos de pretos e gente bandoleira” durante todo o trajeto.³⁹ De acordo com Stuart Schwartz, os quilombos estavam presentes não apenas no Recôncavo ou próximo a Salvador, mas também em regiões interioranas, fato este que dava às paisagens dos sertões da Bahia e espaços fronteiriços com outras capitanias ares de constante perigo.

Se ao olhar dos agentes coloniais, os caminhos aos sertões se constituíam enquanto territórios negros, para os mocambeiros, na realidade, essa paisagem de fronteira se apresentava como espaços de autonomia. Seria, portanto, nesses ambientes, não isolados e de transição, que os mundos da escravidão se apresentava prenhe de significados produzidos pelos próprios escravizados (SCHWARTZ, 1988).

O historiador Flávio Gomes acrescenta a importância e complexidade das redes de solidariedades nesses mocambos, não só entre os escravos, mas também entre os índios e sujeitos livres que escolhiam essas localidades como espaços seus e de reconstituição das suas vidas.

Na capitania da Bahia, os mocambos que existem por toda parte, preocupando autoridades e donos de engenhos, também inventaram sua liberdade. Procurando apoio de índios, escravos, vendeiros e camponeses muitos conseguiram resistir às medidas antimocambos (GOMES, 1995).

No período colonial, os escravos eram considerados mercadorias altamente desejáveis, menos quando a situação saía do controle da Coroa portuguesa como informava a carta régia enviada em 1761 pelo rei D. José, ao governador do Piauí João Pereira Caldas. A carta ordenava a publicação de Alvará com força de lei sobre o excesso de escravos transportados da África, América e Ásia para o Reino.

Faço saber a vós governadores da capitania do Piauí que sendo informado o desafio com que se transportam da África, América e Ásia para este reino os pretos e pretas escravos e os grandes e muitos inconvenientes que disto resultam, só vem a este continente ocupar os lugares ... ficando sem cômodo, se entregam a ociosidade e se precipitam nos vícios que dela são naturais conseqüências⁴⁰

Em 1762, O governador do Piauí João Pereira Caldas, escreve ao secretário de governo, Thomas de Aquino Osório, sobre o problema de conduzir e executar os escravizados sentenciados com pena de morte na capitania do Pará como determinava a justiça de Oeiras do Piauí. As penas dos “escravos que cometem delitos pelos quais mereçam pena de morte” têm

³⁹ 1733, novembro, 16, Lisboa CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a carta do ex ouvidor-geral do Piauí, José de Barros Coelho - AHU-Piauí, cx. 2, doc. 55 AHU_CU_016, Cx. 2, D. 100.

⁴⁰ CARTA RÉGIA (cópia) do rei D. José, ao governador do Piauí, [João Pereira Caldas], ordenando a publicação da lei que determina sobre o excesso de escravos transportados de África, América e Ásia para o Reino. Anexo: 1 doc. 12 de outubro de 1761 AHU-Piauí, cx. 7, doc. 14 AHU CU_016, Cx. 8, D. 496.

se tornado um verdadeiro terror, porque os homens que conduzem os escravizados, não os levam “para morrer, mas sim a vender”.⁴¹

O caminho que interligava a capitania do Piauí ao Pará foi feito apenas anos mais tarde. Em 1775 o governador do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, oficializou a abertura de uma estrada entre a cidade de Belém do Pará e a vila de Ourém, facilitando a comunicação por terra com as capitanias do Maranhão e Piauí, sobretudo na introdução de gado vacum e cavalos naqueles sertões e na prestação de socorros às populações.

Abertura da estrada que daqui mandei praticar até a vila de Ourém na distância desta cidade de mais de trinta léguas por linha reta e de perto de quarenta com as voltas e rodeios facilitando assim por terra à comunicação com as Capitania do Maranhão e Piauí não só para nesta se introduzirem gados daquelas como para de umas a outras melhor se facilitarem os socorros em qualquer ocasião de necessidade ou de precisão. Como a dita estrada está de todo concluída pretende agora povoá-la de algumas famílias não só para a sua conservação, mas para melhor se facilitar a passagem dos viandantes⁴²

O gado saía do sertão ao litoral em um trajeto que durava semanas ou até meses de estrada,⁴³ as pessoas responsáveis por conduzir o gado eram pagas a depender da distância percorrida, sendo que os gados extraviados ao longo dos caminhos eram descontados do pagamento.⁴⁴ Em carta endereçada a Pereira Caldas, o Ouvidor geral solicitava que os indígenas que estivessem na função de “tangedores” pudessem receber “as mesmas quantias de pagamento segundo as diferentes situações e distâncias”.⁴⁵

As boiadas que saíam do Piauí em direção às feiras poderiam ser conduzidas tanto por escravizados, livres ou pessoas alugadas. Na pesquisa de mestrado de Juliana Henrique, a pesquisadora argumenta que “quando o condutor era um escravo podemos conjecturar que os outros homens que o acompanhavam também o fossem”. Isso porque em uma sociedade marcada por hierarquias de cor e condição jurídica, seria pouco provável que pessoas livres “se

⁴¹ CARTA RÉGIA (cópia) do rei D. José, ao governador do Piauí - AHU CU_016, Cx. 8, D. 496.

⁴² OFÍCIO do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro. 1775, janeiro, 18, Pará. Anexo: contrato de arrematação (cópia). AHU_CU_013, Cx. 73, D. 6186.

⁴³ OFÍCIO do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro. Anexo: 21 docs. AHU-Piauí, cx. 11, doc. 9, 10 AHU_CU_016, Cx. 12, D. 717. Oeiras do Piauí, 22 de julho de 1774 - localidades do Piauí que se destacavam no envio de gados eram Gurguéia, Canindé e Itaim.

⁴⁴ ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas: com várias notícias curiosas do modo de fazer o assucar, plantar e beneficiar o tabaco, tirar ouro das minas, e descobrir as da prata, e dos grandes emolumentos que esta conquista da America Meridional da' ao reino de Portugal com estes, e outros gêneros e contratos reaes. *Senado Federal* - Arquivo online. 1711. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222266>

⁴⁵ Ouvidor geral e sendo ali foi pelo mesmo cada uma carta do senhor governador da sobredita Capitania João Pereira Caldas. Arquivo Público do Piauí – APEPI – Códice 156, Manuscrito do livro de registros de Cartas.

subordinariam ao escravizado por uma questão de hierarquia social que era reproduzido nas estradas” (HENRIQUE, 2014: 28).

Antonil, ao relatar como ocorria a condução das boiadas, explicava que

Os que as trazem, são brancos, mulatos e pretos, e também índios, que com este trabalho procuram ter algum lucro. Guiam-se indo uns adiante cantando, para serem desta sorte seguidos do gado, e outros vêm atrás das reses, tangendo-as, e tendo cuidado que não saiam do caminho e se amontoem.⁴⁶

Os deslocamentos geralmente eram motivados por algum interesse comercial, mas havia situações em que poderia ser uma obrigação ou uma advertência. Em 1777, devido a um desentendimento entre o ouvidor-geral da capitania do Piauí, Antônio José de Moraes Durão, e o tenente-coronel João do Rego Castelo Branco, o ouvidor, na tentativa de tirar a família Rego dos arredores de Oeiras, expulsa

o ajudante Antônio do Rego Castelo Branco, filho de João do Rego que havia sido destituído da direção da aldeia de São João de Sende e, em consequência, designado para a vila de Parnaíba, distante cerca de 60 léguas, por estradas íngremes e longínquas (MIRANDA, 2004: 63).

Os trajetos eram realizados com muita dificuldade, além dos perigos como conflitos indígenas, havia o risco de ataques de animais selvagens. Impor o deslocamento de uma região para outra poderia ser uma forma de estratégia tanto para castigar agentes coloniais, quanto povos indígenas. Podemos citar como exemplo os “índios desertores que não eram presos na cadeia de Oeiras e eram degradados para o Maranhão”.⁴⁷ As rotas realizadas com os índios desertores terminavam muitas vezes em conflitos e fugas dos indígenas “que quase toda nação faz para o mato”.⁴⁸

Era comum os indígenas desertores fugirem pelas margens do Parnaíba. O governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, tomando conhecimento dessa situação, alertou através de uma ordem, que as tropas deveriam seguir esse mesmo caminho pelas margens do Parnaíba na tentativa de capturar os indígenas, já que havia precedentes de fugas traçadas a partir dessa mesma rota.⁴⁹

Os negros e indígenas transitavam constantemente pelos sertões, seja seguindo as rotas do tráfico, conduzindo as boiadas, fugindo para os matos ou como mediadores da comunicação entre as autoridades coloniais, por exemplo, com a entrega de cartas. Não é difícil encontrar

⁴⁶ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil...* 17 p. 202

⁴⁷ Arquivo Público do Piauí – APEPI – Correspondências a Juizes Ordinários, capitães de campo, empregados públicos e civis 1773- 1778, Cod. 150. p.4.

⁴⁸ Arquivo Público do Piauí (APEPI) – Códice 149, Seção de Manuscritos – Correspondências ao General do Estado (1770-1781). 3 de janeiro de 1772.

⁴⁹ Arquivo Público do Piauí – APEPI – Correspondências a Juizes Ordinários, capitães de campo, empregados públicos e civis 1773- 1778, Cod. 150. p.11v/12

cartas que iniciavam escrevendo “recebi por um preto quatro cartas de VMce”.⁵⁰ Esse fato é interessante porque permitia aos sujeitos encarregados de entregar as correspondências ficarem informados sobre as decisões, novidades, assuntos pessoais e o funcionamento da administração portuguesa.

1.3 Movimentos do comércio

Os gados que na Capitania do Maranhão se criam pelas margens do Rio Parnaíba tem a sua extração para a Cidade da Bahia e porto da mesma Parnaíba na barra do Igarapé pertencente à Capitania do Piauí. Os do Piauí para os portos do Ceará, Pernambuco, Bahia e Minas. Os gados do Ceará, o Rio Grande para Pernambuco e Bahia: os de Pernambuco, e Bahia criados nos Sertões do Rio de S. Francisco para as suas capitais, e também para as Minas: os dos Sertões da Curitiba que ficam ao sul das mesmas Minas pertencentes a S. Paulo, para o Rio de Janeiro para onde se extraem também por mar reduzidos a carnes secas; de todas as outras referidas Capitânicas; para onde no ano de 1765 desceram também de Minas. Tudo mostra uma tal abundância de gados nas mesmas Capitânicas, que se faz necessário procurem umas nas outras o seu consumo.⁵¹

Como podemos ver no roteiro de autoria anônima, era constante a circulação entre diferentes localidades através do comércio de gado. As distâncias não eram um empecilho. Cada região, cada capitania, exercia um papel fundamental no funcionamento de um comércio que era vital para o projeto colonial português.

A capitania do Piauí foi essencial na dinâmica comercial não só daquela região, mas de inúmeras outras localidades dos domínios ultramarinos possibilitando o funcionamento da economia colonial. Apesar disso, pouco sabemos da relação entre esse comércio de gado, o tráfico interno de escravizados africanos e as doenças que circulavam na mesma proporção dessas atividades comerciais.

De acordo com Philip Curtin, as diásporas comerciais sempre transcenderam as barreiras da localidade para conectar partes amplamente separadas do globo (CURTIN, 1969:95) Trazendo essa perspectiva para o presente trabalho, iremos perceber como gado vacum e cavalarião aliado ao tráfico de escravizados, foram diásporas comerciais que permitiram

⁵⁰ Carta a Joaquim Barroso de Veras escrita por Dom João de Amorim Pereira em 18 de setembro 1798. Arquivo Público do Piauí – APEPI – Códice 156, fl. 164 Manuscrito do livro de registros de Cartas.

⁵¹ “ROTEIRO do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí”. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo LXII. Vol. 99. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900. p. 93.

essa conexão para além das fronteiras, na mesma medida, em que as doenças também transcenderam as barreiras da localidade.

Esse cenário das conexões configura uma economia rural nos sertões marcada ao mesmo tempo pelo movimento de sujeitos motivado principalmente pelo comércio e pela interferência do ser humano na natureza. Alterando uma paisagem natural a partir dos caminhos do gado e provocando novas doenças.

Com a expansão do império ultramarino português, cada vez mais, se encurtavam as distâncias através dos deslocamentos contínuos de homens e mulheres que transitavam através de mares e terras em diferentes regiões. Para além do comércio por mar, havia também o comércio realizado por rotas terrestres para abastecer locais que estavam no interior dos sertões. A escravidão aconteceu para além dos portos e alcançou diversas localidades (MARQUES, 2019).

O Piauí foi transformado e interconectado a outras áreas geográficas a partir desses encontros que conectavam pessoas de diversas partes do mundo. Vale ressaltar que essas conexões nem sempre se davam entre espaços geográficos próximos uns dos outros, ou seja, as distâncias não impossibilitavam as circulações. O fato dos sertões do Piauí não estarem interligados geograficamente ao Atlântico, não foi um empecilho para se inserirem em uma dinâmica de comércio global composto por uma enorme diversidade de sujeitos.

Essa questão dialoga com o conceito de “zona de contato” apresentado pela pesquisadora Mary Pratt. De acordo com a autora, os laços sociais e de hierarquias são estruturados a partir dos contatos entre grupos que compartilham os mesmos espaços, muitas vezes, de maneira forçada como no caso do período escravista ora estudado. Pratt usa a expressão “zona de contato” para se referir “ao espaço de encontros coloniais, no qual as pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contacto umas com as outras e estabelecem relações contínuas” (PRATT, 1999:31).

A dinâmica de tráfico interno é um excelente exemplo de “zona de contato”, pois deveria existir uma extensa rede de agenciadores ou atravessadores para realizar o tráfico de escravizados que começavam muitas vezes nos sertões de África e finalizava nos sertões do Brasil (MARQUES, 2019). Negociantes de posições geográficas distintas se locomoviam através das rotas marítimas, fluviais e terrestres juntamente com sujeitos escravizados das mais diversas regiões. Infelizmente, ainda há uma ausência de trabalhos historiográficos que analisem essa temática nos sertões piauiense. De acordo com o historiador Mairton Celestino da Silva,

as áreas limítrofes entre o Maranhão, Piauí, Bahia e Pernambuco ainda carecem de pesquisas que se interessem pelas redes internas de comercialização, sobretudo, as que envolviam escravos que outrora interligavam os portos receptores de africanos, localizados no litoral, ao circuito interno interessado no uso dessa mão de obra na atividade pecuarista dos sertões (SILVA, 2016).

Recentemente, a presença significativa de africanos na capitania do Piauí pode ser comprovada, principalmente devido a documentação disponibilizada pelo NUPEDOCH – Núcleo de Pesquisa e Documentação em História da Universidade Federal do Piauí – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. O projeto foi criado e desenvolvido pelos professores Dr. Agostinho Coe, Dr. Gleison Monteiro e Dr. Mairton Celestino, juntamente com alguns estudantes do curso de História, do qual tive a oportunidade de participar no período de 2015-2018. O NUPEDOCH disponibiliza um espaço para realização de atividades e pesquisas possibilitando o acesso a documentos eclesiásticos do século XVIII ao século XX referentes às igrejas e paróquias do Piauí. Os documentos foram digitalizados e catalogados pelo Núcleo e essas fontes vem contribuindo e incentivando pesquisas em diversas áreas do campo historiográfico.

A partir dos registros de batismos e casamentos da Paróquia de Nossa Senhora da Vitória, em Oeiras, primeira capital do Piauí, constam inúmeros homens, mulheres e crianças de origens étnicas, por exemplo: Angola, Moçambique, Jeje, Minas, Guiné, Rebolo, Umbaca, Cacheu, Congo, Gangela [Benguela?]. Isso nos mostra como a escravidão era um sistema complexo e o tráfico não se encerrava com a chegada dos africanos aos portos. Os naturalistas Spix e Martius descreviam o comércio de escravizados nos sertões da seguinte forma:

Se o escravo tem a felicidade de achar logo no porto um senhor, acabam-se os seus males, e frequentemente, dentro de poucos meses, ele já se adapta à nova pátria. Se lhe cabe, porém, a sorte de ser comprado por um traficante de escravos, que negocia no interior, é obrigado às vezes a fazer a pé uma viagem de muitas centenas de léguas, até que, afinal, é vendido. Nessa marcha, os escravos caminham soltos, procurando-se para eles, à noite, pouso coberto e suficiente alimentação.⁵²

Através das rotas e caminhos terrestres entre Piauí, Bahia, Maranhão e Pernambuco para realizar o comércio de gado, poderiam também ser utilizados para o tráfico de escravizados africanos, pois era constante o trânsito através da estrada que conectava a capitania do Piauí a Bahia. Capistrano de Abreu, explica, baseado nos escritos de Antonil, que era comum “as

⁵² SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, Volume II, 2017. p.237. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/573991>

boiadas do Piauí até a barra do Iguaçu e do Parnaguá iam quase todas para a Bahia por lhes ficar melhor o caminho pelas jacobinas (ABREU, 1930:98).

A natureza da ocupação dos sertões, do Estado do Brasil ao Estado do Maranhão nos mostra o quanto a instituição escrava se ramificou nas mais diversas atividades econômicas. Esse fato evidencia que a jornada em torno do tráfico de escravos através do atlântico não começava apenas nas regiões do litoral, pois os deslocamentos impulsionados pelo comércio de escravizados muitas vezes se iniciavam nos sertões de África.

No início da colonização, a atividade escravocrata acontecia de forma mais intensa no litoral nordestino, em razão da própria dinâmica do trato escravista e das redes de negociantes localizados nas cidades portuárias, como é o caso da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Contudo, aos poucos, os sertões começam a ser ocupados, havendo a necessidade da exploração da mão de obra escrava nas áreas agropastoris com fins de ampliação das atividades da cana-de-açúcar e da própria interiorização da metrópole.

Para desenvolver a economia nesses locais utilizou-se bastante do trabalho indígena e em seguida – e de maneira concomitante – a escravidão de povos africanos, iniciando além do tráfico externo (litoral), o tráfico interno (sertões) contribuindo para uma expansão que vai além dos seus domínios de produção no litoral.

Um dos principais objetivos da Coroa portuguesa seria explorar ao máximo possível as riquezas e os recursos no Novo Mundo. A partir de 1530, houve o desenvolvimento em larga escala da agroindústria açucareira, intensificado com base no sistema de trabalho escravista. Regiões como Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro estavam inseridos nesse circuito de atividades econômicas consideradas altamente lucrativas durante todo o período colonial (SCHWARTZ, 1995: 286). Todavia, a dinâmica econômica e a escravidão não foram iguais em todas as regiões dos domínios ultramarinos.

No Piauí devido às grandes extensões de terra disponíveis para além da faixa litorânea, com o solo e clima favorável, e que adentravam aos espaços territoriais fronteiriços entre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão, as fazendas de gado vacum e cavalari se constituíam como verdadeiros empreendimentos comerciais dos sertanistas. Os enormes campos nos sertões localizados próximos aos rios e riachos se tornaram palcos excelentes de disputas entre sesmeiros pela conquista, ocupação e criação desses animais.

Compreendemos que o gado vacum e cavalari foram agentes importantes no processo de colonização do Piauí no século XVIII, essenciais na manutenção e pujança econômica daquela sociedade. Utilizados no transporte de pessoas e de mercadorias, na produção de carnes secas, couros, na abertura de novos caminhos que interligavam um espaço a outro, além de serem

excelentes para arar a terra, preparando o solo para o plantio, entre tantas outras utilidades. A criação de gado vacum e cavalari se situam entre os mais bem-sucedidos empreendimentos coloniais durante a ocupação dos sertões (CABRAL, 2008).

Tabela 3 - Relação do número de fazendas da capitania do Piauí

ANO	FAZENDAS
1697	129
1730	400
1762	536
1772	578

Fonte: MOTT, 2010, p. 72

A produção de gado se tornava cada vez mais cobiçada por quem passava por aquelas terras e o número de fazendas e escravizados só crescia. Há excelentes trabalhos que abordam a produção, os abastecimentos e a importância do gado vacum e cavalari no processo de conquista e ocupação das terras, como o historiador Luiz Mott, que é um dos pioneiros em pesquisas sobre o processo de ocupação do território piauiense e o estabelecimento das fazendas de gado no Piauí colonial. O autor destaca a importância da presença indígena nas zonas sertanejas, principal mão de obra nos anos iniciais da conquista do Piauí e que continuou a ser utilizada concomitante ao desenvolvimento do comércio naquela região, assim como a mão de obra de escravizados africanos (MOTT, 2010).

Esdras Arraes ao discutir o papel da produção de gado e a formatação da paisagem cultural e natural do nordeste, afirma que “o gado foi um elemento integrador nos sertões”, já que motivou inúmeros fazendeiros a saírem do Pernambuco, Bahia, Maranhão e de tantos outros lugares para instalarem fazendas de gado no Piauí. Para este autor, a história do Piauí se mistura com a própria expansão da pecuária, já que o gado vacum e cavalari movimentava não só a economia local pelos “sertões de dentro” (ABREU, 1969), mas era um comércio que conectava diferentes lugares tanto no Brasil, quanto em outras partes para além do Atlântico (ARRAES, 2012).

De acordo com o Governador do Maranhão e Piauí, José Teles, apenas na região litorânea do Piauí: “anualmente se matam quarenta mil cabeças de gado, saem daquela vila [Parnaíba] quinze, dezesseis sumacas carregadas de carnes secas e couros para diferentes portos

do Sul, este último Ramo do Comércio começa a estender-se já para Lisboa”.⁵³ Esse comércio era atraente, principalmente por ser uma atividade que necessitava de pouco investimento em comparação a outras atividades econômicas. Apesar disso, envolviam muitas pessoas no processo de comercialização, desde os marinheiros que comandavam as sumacas e os homens de negócio que organizavam a compra e venda até os mais variados agentes da Coroa portuguesa e por último e não menos importante, os escravizados e indígenas que eram os principais responsáveis pelo manejo e trato do gado.

Os escravizados que trabalhavam nas fazendas de gado do Piauí possuíam um tipo diferente de relação com o trabalho quando comparado, por exemplo, aos escravizados que trabalhavam na mineração ou no plantio de cana. Não pretendo dizer que os escravizados de outras regiões não tinham um trabalho especializado, visto que as pesquisas evidenciam a mão especializada era a mão de obra dos escravizados e indígenas. Contudo, o objetivo é tentar rebater os argumentos de que os escravizados que trabalhavam com o gado vacum e cavalariço não necessitavam de técnicas e de conhecimentos sobre a cultura da criação, do pastoreio, da reprodução e da comercialização dos animais.

O trabalho dos escravizados era altamente especializado, ou seja, exigia o conhecimento minucioso que deveria levar em consideração questões como o tipo de economia da região, o clima, o solo, entre outros fatores. Para manejar o gado vacum e cavalariço, exigia-se da mão de obra um conhecimento adquirido ao longo dos anos, que servia para escolher os melhores animais para reproduzir e para os abates, um saber que Afonso Arinos caracterizou como um verdadeiro conhecimento veterinário (ARINOS, 1956).

Não era à toa que havia uma espécie de intercâmbio entre escravizados de diferentes regiões do Brasil para ensinarem e aprenderem novas técnicas sobre o manejo do gado, como a solicitação de envio de “dez a doze escravos da fazenda d’El-rei para ensinarem o uso das bolas e do laço, que facilita muito o costeamento do gado nas fazendas.”⁵⁴

Beatriz Ana Loner et al, discutem em um artigo sobre como o trabalho dos escravizados nas charqueadas ocasionava sérios problemas de saúde. As autoras analisam a região de Pelotas no século XIX, entretanto será útil para nossa pesquisa na medida em que descrevem algumas

⁵³ Ofício do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, José Teles da Silva, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre uma descrição do comércio de carnes e peles praticado na vila de São João da Parnaíba e sua extensão a Lisboa; a necessidade de uma alfândega no porto da Parnaíba; e as epidemias que fustigam a população, em virtude da secagem das carnes. (Arquivo Histórico Ultramarino, Piauí) ACL_CU_016 cx. 13, doc 34. 13 fev. 1786.

⁵⁴ ALMEIDA, Cândido Mendes de. [A Carolina ou a definitiva fixação de limites entre as províncias do Maranhão e Goyaz]. Typ. Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães: Rio de Janeiro. Biblioteca Digital do Senado Federal. 15 jun. 1852 p. 123.

características a respeito da atividade charqueadora na quais permitem compreender como era especializado o trabalho no manejo com o gado. Os charqueadores deveriam selecionar e conduzir o gado para os matadouros, realizar o abate e depois o transporte, preparar os cortes da carne, salgá-la para conservar por mais tempo, necessitavam de artesãos/tanoeiros que fizessem os barris para armazenar a carne, entre outras funções que envolviam essa atividade aparentemente simples, mas extremamente complexa, organizada e especializada (LONER et al, 2012).

Além disso, a adaptação do gado em uma nova fazenda costumava levar tempo e muita mão de obra. As atividades exigidas de um vaqueiro ou qualquer outra função no trato com o gado, não eram poucas, nem mesmo fáceis. Conforme, Boxer “Cabia-lhe marcar os bezerros, proteger o gado contra o ataque de animais selvagens – ou dos ameríndios hostis – curar-lhes as doenças, cuidar de que não se perdessem, e de que tivessem pastagem e água suficientes” (BOXER, 1969: 246).

A pecuária era uma atividade que não podia ser desenvolvida em larga escala em qualquer região, visto que eram necessários fatores naturais mínimos para garantir o sucesso do empreendimento, como o clima e a vegetação que incidia diretamente nessa atividade econômica. Como mostrou a fracassada tentativa da criação do gado no Amazonas, pois introduzir esses animais em um ecossistema diferente, alterava radicalmente os métodos de sua criação, além de causar uma exaustão do solo, levando facilmente o empreendimento à falência. Essa situação demandava um apurado conhecimento sobre como readaptar a vida desses animais em territórios de vegetação fechada.

Para além do manejo com o gado, que era a principal atividade econômica da região, trabalhavam ainda nas construções, na produção de fumo, algodão, arroz, açúcar entre outros produtos. Mas até a década de 1980, perdurou um consenso na historiografia de que a escravidão no Piauí havia sido mais branda quando comparada a regiões que desenvolviam outras atividades econômicas, por exemplo, em regiões de mineração, engenhos de açúcar e plantações de café (CHAVES, 1998). O argumento era que a pecuária dependia mais dos recursos naturais do que da intervenção humana.

Nesse processo de ocupação das chamadas “terras devolutas”, a criação do gado foi considerada por algum tempo como algo fácil devido ao baixo custo com o sustento desses animais e ao alto índice de reprodução. Entretanto, para o gado procriar era necessário um pasto adequado, pois quando se alimentavam de pastos de baixa qualidade a reprodução caía pela metade. Ou seja, o deslocamento com o gado exigia o conhecimento de locais apropriados para alimentação desses animais.

Nessas estradas públicas, sua limpeza, bem como o plantio das gramíneas para alimento das boiadas, o chamado capim da colônia, se dava através da realização da mão de obra escrava, uma função que “não trabalham tão poucos colonos, nem tiram tão pequeno lucro que não seja a principal riqueza daquelas terras, havendo casas bastantemente ricas”. Assim referia, Joaquim José Sabino de Rezende Faria e Silva, secretário do Governo do Estado do Maranhão e Piauí, à cidade de Oeiras, Capitania do Piauí.⁵⁵

Para dinamizar o comércio, Joaquim José Sabino, proponha a formação de "dias de feira pública", de modo a possibilitar a venda e a troca de gêneros entre os mais diversos roceiros e com isso comunicar “mais aqueles sertões, e aberta uma ampla estrada à atividade do comércio”. Só assim se evitaria as fomes, que tanto vitimava o Maranhão, quando ocorriam as vendas sem controles dos gados e de outros gêneros alimentícios do Piauí ao Pernambuco e Bahia.

Os fluxos e as dinâmicas de produção, circulação e, com ela, todos os seus agenciamentos comerciais em torno da produção do gado vacum e cavalari pelos sertões seguia os ritmos das fixações das vilas e, conseqüentemente, dos próprios estabelecimentos das cartas de sesmarias. Para o “cultivo da terra”, os sesmeiros tinham que abrir estradas, conservá-las de modo a interligar espaços distantes.

Em locais abundantes em águas e de vegetação espaçosas, as fazendas e os currais de gado ganhavam a largueza dos campos.⁵⁶ Os rios se configuravam como verdadeiras redes de conexões entre os espaços, facilitando assim a circulação das pessoas e aproximando os sertões de outros espaços de fronteiras. Esse recurso natural tinha em abundância na Capitania do Piauí.⁵⁷ No relatório feito pelo bacharel João Antônio da Cruz Diniz Pinheiro, ouvidor do Maranhão, em 1751, constata ter “em todo o Estado [do Grão-Pará e Maranhão] 57 rios navegáveis fora infinitos riachos de menor conta dos quais correm seis pela capitania do Piauí: Igaruçu, Piauhy, Canidé, Gorugueia, Poty e Soroby, e um que é o Parnaíba em que todos entram pelo Sul”⁵⁸

O rio Poty e o rio Gorugueia (Gurgueia) eram navegáveis pelo Piauí e parte do Maranhão até o porto da vila de Parnaíba, permitindo que os moradores daquela região pudessem

⁵⁵ *Memória Político-Econômica da capitania do Maranhão e Piauí* escrita pelo Bacharel Joaquim José Sabino de Rezende Faria e Silva, Secretário que foi daquela Capitania. p. 236. APUD - TORRES, Milton. *O Maranhão e o Piauí no Espaço Colonial*. São Luís: Instituto Geia, 2006.

⁵⁶ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil...* 1711, p.198. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222266>

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ “Relatório do bacharel João Antônio da Cruz Diniz Pinheiro, ouvidor que foi do Maranhão, composto em 1751.”. IN_ AZEVEDO, João Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Belém: SECULT, 1999.p. 344. – Fala sobre as reconfigurações territoriais do Estado do Maranhão.

estabelecer tanto um comércio local, quanto no Maranhão com a possibilidade de se estender até Lisboa. No final do século XVII o padre Miguel de Carvalho informava um caminho de 90 léguas que ligava o Maranhão ao Piauí, no qual era utilizado para um comércio regular de “redes, panos de algodão e cubas” e a moeda de troca utilizada eram as vacas. Para conseguirem a liberdade de transitar por esse “caminho sem impedimento” e estabelecer o comércio sem o infortúnio de conflitos, foi necessário um acordo de paz com os indígenas Aromatizes e Goanares.⁵⁹

A vila da Parnaíba, localizada nas margens do rio com o mesmo nome, era um ponto estratégico e excelente para o comércio do gado, já que poderiam estabelecer relações comerciais tanto por vias marítimas, quanto por vias terrestres, isso porque se localizava no litoral, mas também estava próximo dos sertões. O padre Miguel de Carvalho caracterizava o rio Parnaíba como “muito grande e quase todo capaz de navegar e criar gado”.⁶⁰ Assim, os primeiros currais de gado foram instalados nos afluentes do Rio Parnaíba, região que daria início a formação do território piauiense (ALVES, 2003).

A partir desses movimentos que perpassam os sertões do Piauí, verificamos o quanto aquele espaço territorial estava conectado, tanto com outras regiões do Brasil, como com a Europa que era consumidora da carne seca, do couro e outros diversos produtos. Além de estar conectado também a África, a partir do tráfico, tendo em vista os inúmeros escravos de procedência africana que ali habitavam.

Mas nem sempre o Piauí foi analisado a partir dessa perspectiva das conexões. A historiadora Tânia Brandão no seu livro “*A elite Colonial Piauiense*” descreve o Piauí como um local isolado:

O Piauí é um estado Nordestino, mas pertence a outro Nordeste, aquele cuja economia, durante a fase colonial, baseou-se na pecuária, voltada para o abastecimento interno da colônia, além da lavoura de subsistência. Sua população, oriunda, na maioria, de outras capitânicas, distribuía-se pelas fazendas, sem manter contatos mais estreitos e contínuos com grandes centros (...) A sociedade se acha instalada no interior da colônia, sem vínculos mais estreitos com o mercado externo” (BRANDÃO, 1995: 28).

A produção de gado nas capitânicas da região norte para além de abastecer o mercado interno eram responsáveis por suprir a demanda de inúmeras outras regiões. Documentos como o escrito por Antonil em “*cultura e opulência*” e no *Roteiro do Maranhão ao Piauí* de autoria

⁵⁹ Descrição dos sertões do Piauí do Padre Miguel de Carvalho, 1697.

⁶⁰ “Padre Miguel de Carvalho. Descrição do Sertão do Piauí remetida ao IHm° e Rm° Senhor Frei Francisco de Lima, bispo de Pernambuco, Piauí, 2 de maio de 1697”. IN_ ENNES. Ernesto. As guerras dos Palmares (Subsídios para sua história): Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Doc. 64. pp. 368-389.

desconhecida, ambos escritos no século XVIII, são apenas alguns exemplos de documentos que mencionam que o Piauí era um local em potencial para sustentar o comércio de outras regiões como: Bahia, Pará, Rio de Janeiro, Maranhão, Pernambuco, e região das Minas dos Goyazes. Além de ser uma via de escoamento do comércio de carnes secas e couros através do rio Parnaíba e os negócios com praças mercantis situadas no atlântico equatorial.

De acordo com Charles Boxer, no século XVIII, o ouro e o diamante se tornaram os produtos mais famosos e mais cobiçados do Brasil, conseqüentemente, tiveram um forte impacto na conquista do sertão. Nesse contexto, a economia do gado acaba sendo percebida com menor nível de importância, mas “o gado teve contribuição igualmente importante” na expansão dos sertões, abastecendo os principais centros econômicos do Brasil colonial (BOXER, 1969: 242).

1.3.1 Introdução do Piauí na Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão

Os portos de São Luís, no Maranhão, e o de Belém, no Pará, começaram a ganhar uma forte relevância no cenário colonial, em termos de comércio transatlântico de escravizados africanos e mercadorias, a partir da segunda metade do século XVIII devido a implementação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (BARBOSA, 2019). A Companhia foi instaurada em 1755 e seu funcionamento no sistema de monopólio vai até 1778, ano em que é oficialmente extinta, principalmente, pela pressão de alguns comerciantes que se sentiram prejudicados com o monopólio da Companhia. Depois da sua extinção, é criada a Comissão Liquidatária que tinha como objetivo realizar a cobrança das dívidas pendentes da Companhia. Mas na prática essa comissão atuava juntamente com o livre comércio e isso perdurou até 1785 (CARREIRA, 1988: 140).

Antes da segunda metade do século XVIII já havia relações comerciais entre o Estado do Maranhão e Grão Pará com África e Europa, porém a partir de 1755, com o estabelecimento da Companhia, observa-se o incremento do comércio, o que acabou se refletindo na capitania do Piauí. Tanto no litoral, em Parnaíba, com a inclusão dessa vila nos negócios da CGGPM⁶¹, como nos sertões, especificamente em Oeiras, o tráfico de escravos influenciou o aumento demográfico do Piauí colonial. O governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao informar

⁶¹ Para otimizar a leitura utilizaremos a partir desse momento a sigla CGGPM para nos referirmos a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.

sobre a situação econômica do Piauí, afirmava que “pelo que toca a agricultura e comércio o que posso observar é que se conserva tudo no mesmo ser quanto que V Ex^a deixou, de sorte que não considero diferença, exceptuando a vila de São João da Parnaíba na qual pela introdução na Companhia Geral [do comércio do Grão-Pará e Maranhão] labora outra qualidade de negócio”.⁶²

A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778) era responsável por regular e estimular o aumento das entradas de escravizados africanos, trocas de mercadorias, intercâmbios e circulação de sujeitos e tinha como objetivo privilegiar os grandes comerciantes e fomentar a economia da Coroa a partir do incentivo e aumento do tráfico de escravizados. Seu estabelecimento está inserido num momento político bastante emblemático, no qual a Coroa portuguesa buscava reorganizar sua estrutura de governo para estar à frente de outras potências europeias.⁶³ A companhia funcionava como uma rede que conectava a região norte da América portuguesa, especificamente os portos de Belém e São Luiz a centros consumidores europeus, que eram fomentados através do tráfico de escravizados africanos.⁶⁴

A maioria das mudanças que ocorreram nesse período foram resultado das reformas pombalinas (1750 -1777) empreendidas como uma forma de aumentar os lucros da monarquia portuguesa, logo a Companhia de Comércio foi uma dessas medidas. As reformas foram encabeçadas, sobretudo, por Sebastião José de Carvalho e Melo, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, também conhecido como Marquês de Pombal e nomeado no período do reinado de D. José I. Podemos destacar que um dos principais objetivos com as reformas era o aumento da arrecadação fiscal e um maior controle do comércio (VILAÇA, 2011).

As reformas pombalinas tiveram um impacto direto, sobretudo no tráfico de escravizados africanos e na rediscussão sobre o fim da mão de obra indígena que era utilizada principalmente por autoridades coloniais, lavradores e missionários. O uso da força de trabalho dos povos indígenas foi alvo de muitas disputas, pois para além da dificuldade do acesso à escravizados africanos, os indígenas eram mais acessíveis, tinham um conhecimento especializado sobre a natureza e demandavam um menor custo financeiro. Mas, em

⁶²Arquivo Público do Piauí (APEPI) – Códice 149, Seção de Manuscritos – Correspondências ao General do Estado (1770-1781). 15 de maio de 1773. Pág. 14.

⁶³ Vale destacar duas obras raras consagradas na historiografia, fartamente documentadas e que nos fornecem inúmeros detalhes sobre o funcionamento e até mesmo informações após o fim da atuação da Companhia: a primeira é “*Fomento e Mercantilismo*” de Manuel Nunes (1970) e a segunda são os dois volumes do livro “*A companhia do Grão Pará e Maranhão*” de Antônio Carreira (1988).

⁶⁴ Instituição da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1755.

contrapartida, a Coroa portuguesa não conseguia ter o controle e o lucro sobre o uso da mão de obra indígena (SOUZA, 2011:372).

A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão fez com que o número de africanos aumentasse consideravelmente. Mas apesar desse aumento, os indígenas continuaram atuando como mão de obra essencial para aquela região. Segundo o historiador José Alves Sousa, “o trabalho indígena assumia, em importância, a mesma proporção que a do escravo africano no Nordeste açucareiro, no sudeste minerador e depois cafeeiro” (SOUZA, 2011: 386).

A introdução da vila da Parnaíba na Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão coincide com o aumento demográfico da capitania do Piauí e com o crescimento do número de escravizados, principalmente africanos. O recenseamento feito em 1697, pelo Pe. Miguel de Carvalho informa a existência de 441 moradores. Em 1762, foi realizado um novo recenseamento e o número da população foi atualizado para 12.744. Dez anos depois, ou seja, em 1772, esse número salta para 19.191 e em 1787 o número de habitantes chega a 37.044. Esse aumento coincide com o auge do funcionamento da CGGPM que ocorreu de 1755 a 1778.⁶⁵

Tabela 4 - Aumento populacional da capitania do Piauí

ANO	HABITANTES	%
1697	441	--
1762	12.744	27,96%
1772	19.191	50,58%
1787	37.044	93,02%

Fontes: Descrição do Pe. Miguel de Carvalho, p. 270; “Resumo de todas as pessoas livres e cativas”; Descrição da capitania de São José do Piauí e Recenseamento da população geral de cada província desde os tempos coloniais, J. N. de Sousa e Silva, RJ, 1870, p.37.

O impacto no aumento demográfico a partir do desenvolvimento do comércio não atingiu apenas a capitania do Piauí. A expansão da economia devido ao envio massivo do gado vacum e cavalar para outras regiões, contribuiu para o crescimento populacional de outras localidades, como o Estado do Maranhão.

⁶⁵ OFÍCIO do ouvidor do Piauí, António José Morais Durão, 15 de junho de 1772. AHU-Piauí, cx. 10, doc. 17 AHU_CU_016, Cx. 12, D. 684.

Os registros de batismos e de casamentos da Paróquia de Nossa Senhora da Vitória em Oeiras nos apontam para o crescimento no número de escravizados e apresentam uma imensa quantidade de africanos de diversas procedências, sobretudo, de Angola, a partir do período de 1764.⁶⁶ De acordo com Patrícia Sampaio, a introdução massiva de africanos teve um forte “impacto provocado pela Companhia de Comércio sobre a demografia” aumentando muito o número de habitantes (SAMPAIO, 2007:3). Mas esse argumento tem algumas ressalvas.

Apesar do aumento populacional, provocado pela chegada de inúmeros africanos através do tráfico e impulsionado pela CGGPM, as doenças também tiveram um forte impacto, mas com um efeito contrário. Benedito Barbosa aponta como as doenças e as frequentes epidemias, especialmente a de bexigas, influenciaram fortemente na redução demográfica do Pará no século XVIII, atingindo principalmente indígenas e negros (BARBOSA, 2019: 111). No capítulo 2, veremos que a situação no Piauí diverge dessa realidade de redução demográfica e argumentamos que seja devido ao baixo índice de epidemias experimentadas na região, aliado ao aumento do fluxo comercial.

A participação do Piauí na Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão se deu pela inserção da vila da Parnaíba no movimento comercial que fazia parte da contabilização do Maranhão. A sua inclusão foi efetivada com a criação de uma feitoria da vila da Parnaíba em maio de 1771, mas as atividades comerciais foram iniciadas apenas em 1772. De acordo com Antônio Carreira, a atividade da feitoria é pouco conhecida principalmente porque as receitas e gêneros enviados a Lisboa eram contabilizados como parte do departamento do Maranhão (CARREIRA, 1988).

A Junta Administrativa da CGGPM, enviou em 1771 uma carta dirigida ao governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, expondo os motivos da necessidade da criação de uma feitoria em Parnaíba, devido principalmente à intensa atividade comercial na região e aos contrabandos e descaminhos praticados. A historiadora Miridan Falci aponta que a região do delta do rio Parnaíba era composta por 300 ilhas, configuração geográfica que facilitava o contrabando de mercadorias e o comércio ilegal de escravos (FALCI, 1995: 38).

Tendo nós constatado por frequentes e repetidos avisos do Maranhão o público comércio que na Parnaíba e aldeias adjacentes se faz na introdução das fazendas vindas dos portos do País, e Rio, e extraindo-se dali não só carnes secas, mas os mais gêneros que a terra produz, comércio este que devendo ser privativo desta Companhia (...) abusiva e furtivamente o têm arrogado, de maneira que a Companhia até o presente neste distrito não consome alguns dos seus gêneros; e sendo isto um manifesto contrabando e descaminho que em fraude (...) se faz (...) a Junta resolve mandar estabelecer na Parnaíba uma Feitoria, a qual possa fornecer de todos os gêneros gastáveis nesses distritos e

⁶⁶ NUPEDOCH – Núcleo de Pesquisa e Documentação em História (Universidade Federal do Piauí)

deles extrair como melhor lhe parecer os que a terra produz, sem que outro algum particular possa introduzir uns nem extrair outros, a risco de incorrer nas penas impostas aos contrabandistas dos gêneros privativos da Companhia⁶⁷

O contrabando em Parnaíba era uma realidade bastante comum e mesmo depois da criação da feitoria a pedido da CGGPM “era pelo porto da cidade de Parnaíba que se introduzia a maior parte de escravos clandestinos, destinados às capitanias mais ao sul: Bahia, Pernambuco e até ao Rio de Janeiro” (PAULA, 2000, 24). Dessa forma, podemos argumentar que o aumento populacional de escravizados africanos em Oeiras a partir de 1764 está intimamente relacionado tanto ao contrabando realizado em Parnaíba, quanto ao comércio através da feitoria realizados de maneira concomitante.

A escravidão no Piauí era disseminada por todo tecido social, de modo que não eram apenas donos de escravos homens brancos e ricos, “em geral, tanto no campo como na cidade era grande o número de pequenos escravistas, donos de um, dois, três escravos empregados na pequena lavoura, no trabalho de rua, ou nos afazeres de casa” (GOMES e REIS, 2021: 4).

Podemos exemplificar com o caso da preta Antônia Vieira que,

aos cinco dias do mês de agosto de mil setecentos e noventa e um anos nesta igreja matriz de Nossa Senhora da Vitoria da cidade de Oeiras do Piauí bispado do Maranhão batizou solenemente e pus os santos óleos de licença minha o padre Mathias da Costa Pereira a preta Maria de nação Umbaca de idade de vinte anos pouco mais ou menos escrava da preta Antônia Vieira moradora nesta cidade foram padrinhos Baltazar dos Reis Pinto Casado e Liandra e Maria Solteira todos moradores nesta mesma cidade do que para constar fiz esse assento e assino.⁶⁸

Vale ressaltar que relatos como esse não amenizam as dificuldades de viver em um sistema escravista, apenas devolve ao escravismo sua historicidade construída por agentes sociais múltiplos, esclarecendo-nos formas de resistência frente à escravidão. São diversas as manifestações que podemos interpretar como formas de resistência. Não utilizar um nome cristão no ato do batismo, as fugas, as organizações de quilombos, os assassinatos de senhores, o aborto, a autonomia na escolha do companheiro(a), a definição de quem seriam os padrinhos de batismos de seus filhos, entre diversas outras formas de se impor a um sistema de dominação.

Retornando a análise ao comércio realizado em Parnaíba, para além da carne e couro, dos “gêneros que a terra possui” e o comércio de escravizados, a CGGPM também estava

⁶⁷ AHMF-CGGPM. "Cartas para o Maranhão", XV/R/52, n. 104, fls. 187. IN: CARREIRA, António. *A companhia geral do Grão-Pará e Maranhão: o comércio intercontinental PortugalÁfrica- Brasil na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988. 2 v. Pág. 159

⁶⁸ Arquivo do NUPEDOCH-UFPI disponibilizado pela à Arquidiocese de Oeiras - Livros de Batismos e de casamentos de escravos e índios – Freguesia de Nossa Senhora da Vitória (1760-1890).

interessada no chumbo, pedra-ume e salitre⁶⁹, principalmente depois de tomarem conhecimento que o chumbo estava sendo um objeto de comercialização cobiçado, sendo vendido “já purificado a 480 réis a arroba”.⁷⁰ Em 1795, o naturalista Manoel Arruda da Câmara realizou uma viagem mineralógica ao Pernambuco e Piauí com o objetivo de obter informações sobre as minas de cobre e salitre. Na viagem se depara com grandes quantidades de pedra-ume⁷¹, calcário e ferro, no Piauí (MIRANDA, 2017: 80).⁷²

Mesmo após a extinção da CGGPM em 1778, os administradores da feitoria da Parnaíba, que à época eram Joaquim José Ferreira de Sousa e Gregório Fernandes Ribeiro, receberam uma carta da administração da Companhia, informando que após tomarem conhecimento de irregularidades no comércio, orientava que suspendesse qualquer tipo de “negócio a fiado”. O argumento era o dano causado ao estado e aos moradores e a recomendação era que punisse quem praticasse tal ato. O que nos chama a atenção é o interesse da Companhia nos negócios da feitoria de Parnaíba, mesmo após a extinção dos privilégios da CGGPM (CARREIRA, 1988: 288).

A partir de 1780, depois do fim da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, os relatos da época nos indicam para uma desestruturação da economia do Piauí que aos poucos foi entrando em declínio. Os caminhos e a abertura de novas estradas durante o século XVIII foram responsáveis por tornar a capitania do Piauí uma grande exportadora de gado, mas o aumento dessas rotas comerciais em outros territórios do ultramar contribuíram para o seu declínio no final do século XVIII. Isso porque o surgimento de novas vias de comunicação que interligavam outras regiões do Brasil possibilitou competitividade a um comércio que até então era protagonizado pelo Piauí.

⁶⁹ “salitre é um sal que se acha misturado na terra como o sal do mar com a diferença que o dito sal do mar deitando-se no lume estala e o salitre arde assim como faz a pólvora quando se deita no fogo e metido na boca tem um gosto picante em algumas partes ele sai cristalizado pela natureza e noutras misturado com a mesma terra na qual se separa pelo meio das operações que se lhe fazem. Eu remeto um bocado de Terra salitrosa para VMce ver” Fonte: Carta ao diretor de Jaicós Snr Francisco Antônio Mendes escrita por Dom João de Amorim Pereira em 31 de outubro de 1798. Arquivo Público do Piauí – APEPI – Códice 156, Manuscrito do livro de registros de Cartas.

⁷⁰ AHMF-CGGPM. “Cartas para o Maranhão”, XV /R/52. Cartas de 14-12-1771, para os administradores da Parnaíba, Manuel José de Miranda e Agostinho José Rombo, sobre chumbo, pedra-ume e salitre. IN: CARREIRA, Antônio. *A companhia geral do Grão-Pará e Maranhão*: São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988. 2 v. Pág. 160 - A recomendação foi expedida em forma de carta para os primeiros administradores da feitoria, Manoel José de Miranda e Agostinho José Rombo, ambos nomeados em 14 de dezembro de 1771.

⁷¹ A pedra-ume era utilizada como medicamento no Hospital da Capitania do Piauí como consta na relação de remédios escrita em 1801. Fonte: Arquivo Público do Piauí – Códice 402, Manuscrito do livro de registros de Cartas da Companhia Geral do Estado do Grão Pará e Maranhão principiado no tempo do governo do senhor Gonçalo Lourenço Botelho de Castro Governador desta Capitania de São José do Piauí (1769-1802).

⁷² CÂMARA, Manuel Arruda da. *Obras reunidas*: obra coligida e com estudo bibliográfico por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 21-22

1.4 Crise econômica

De acordo com Tânia Brandão, com “a abertura da estrada que ligava o Rio Grande do Sul à zona mineira, os bois do sertão passaram a enfrentar concorrência do gado dos pampas” (BRANDÃO, 1999: 65). Tendo em vista que a economia pecuarista do Piauí tinha muito mais um caráter exportador do que para consumo interno, a abertura de novas rotas contribuiu incisivamente para redução do comércio de gado piauiense (CAETANO, 2020: 15).

Diversas regiões eram beneficiadas com o abastecimento de gado vindo do Piauí, contudo as autoridades da capitania do Maranhão relatavam, em 1781, sofrer uma situação de falta de carne, principalmente devido à preferência dos fazendeiros piauienses em negociar as suas boiadas nas feiras da Bahia. Apesar da distância entre Piauí-Bahia ser maior do que Piauí-Maranhão, os caminhos e as condições de negociações eram mais propícias nas feiras baianas.

Essa situação motivou o governo do Maranhão a solicitar um levantamento “de todas as fazendas de gado vacum situadas da Barra do Canindé para baixo até a Barra do Poty, declarando fazenda por fazenda, seus donos e número de gados que dão (...) excetuando as que fazem parte da Real Administração”.⁷³ Esse levantamento tinha como objetivo controlar a criação de gado e, conseqüentemente, regular a rota de envio de carne para o São Luís e Itapecuru no Maranhão, sob pena de punição aos fazendeiros, restringindo o comércio de gado não apenas da área do Parnaíba, mas também das vilas do Piauí “que se acham situadas mais ao centro” interferindo em todo o comércio de gado-vacum e cavalari.

Em alguns anos, essa limitação do comércio de gado da capitania do Piauí provocou a falta de carne “na capitania da Bahia pela proibição que se tinha feito de saírem para aquele distrito os gados dos sertões do Piauí e Parnaguá, que se vendiam na Jacobina.”⁷⁴ A autoridade alertava que o fornecimento de gados era necessário para a sustentação da população, pois a capitania do Piauí foi a responsável por abastecer a feira de gado mais movimentada do período colonial. Porém, essas crises vivenciadas no fim do século XVIII contribuíram para mudar esse cenário.

“Devo conservar estes povos do entusiasmo da criação dos gados que tem deixando lentamente de crescer a cultura das outras produções mais próprias

⁷³ Arquivo Público do Piauí – APEPI. Manuscrito – Cód. 151 16 de maio de 1781 p. 123

⁷⁴ Arquivo Público do Piauí – APEPI Ofício para não proibir a saída dos gados para a baía suposto a V. Ex Palácio de São Luís do Maranhão Dom Diogo de Souza. Sr. Francisco Diogo de Moraes Governador interino da capitania do Piauí. 27 de fevereiro de 1801.

para outros sítios do Brasil aonde não é tão natural a do mencionado gado (...) a muita falta de gado que se estava experimentando nesta Capitania pelas rigorosas secas que a tem destruído tanto nesta como nas Capitania vizinhas passa-se as mais estreitas ordens para não saírem desta Capitania vacas igualmente para se não matarem se não aquelas que pela idade natureza não podem já produzir”.⁷⁵

A partir da leitura dos documentos, podemos perceber a influência da atuação dos indígenas na diminuição da criação e comércio de gado vacum e cavalari. Para além das secas duradouras enfrentadas pelos sertanistas no final do século, os indígenas eram acusados de estarem “roubando, matando, flechando gados, vacas e cavalares, como também cabras, carneiros, galinhas”. Essa ação causava pânico nos moradores que acabavam “largando suas fazendas e deixando seus gados ao desamparo”, gerando prejuízo aos moradores e à Coroa portuguesa que, conseqüentemente, ficava sem receber os dízimos e afetava o funcionamento da administração da capitania.

No documento assinado por três autoridades locais da capitania do Piauí – a saber: o Governador Fernando Pereira Leite de Fóios, o sargento-mor de Cavalaria Auxiliar, Manuel Pinheiro Osório e o ouvidor-Geral do Piauí, José Pereira da Silva Manuel – argumentavam sobre algumas possíveis medidas para conter a ação dos povos indígenas contra os moradores da região. Uma das medidas era que a Cavalaria de Ordenança formasse uma “tropa para correr as fronteiras do sertão” com o objetivo de “atemorizar os sobreditos gentil”. Buscavam principalmente os indígenas “das nações Guegues, Acoroás, Jaicós” qualificados no documento como “gentil vingativos”.⁷⁶ E estavam recrutando pessoas que entendiam a “Língua Geral”,

Em 1798, Dom João de Amorim Pereira informa sobre a crise econômica vivenciada na capitania do Piauí

Todos os criadores e camaradas da inspeção de Canindé e Nazaré devem poupar as vacas para o maior e indispensável aumento das quase extintas e que tanto carecem, devem também ser as primeiras que precisam a desterrar o abuso de matar vacas em lugar de bois costume tão pernicioso no tempo presente em que nenhuma tem certamente nem a metade das vacas com que pode o que até chegaria a extinguir totalmente a produção se não atrapalhasse prontamente ordeno a VMce passe as ordens positivas para que por motivo algum se possam alterar até que a experiência mostra que se é necessário sangra-las para que nenhum se mate vaca e só sim bois que se deverão escolher primeiro os bravos e velhacos e em segundo lugar os caxingos e tostos e os que não costumam entrar em boiada tendo o maior cuidado sendo me responsável no caso de se acometer a menor falta sobre qualquer destes artigos fazendo constar a todos os criadores e camaradas dessas inspeção que serão

⁷⁵ Ofício número 20 contemplado na carta supra 8ª. Palácio de Oeiras do Piauí 02 de março 1799 D. Rodrigo de Souza Coutinho. Fls. 62-62. Arquivo Público do Piauí – APEPI – Códice 156, Manuscrito do livro de registros de Cartas.

⁷⁶ Ofícios ao Governador do Estado do Maranhão – Arquivo Público do Piauí – APEPI 1788-1796 SPE. Cód. 395 fls. 25-28.

dela expulsos logo que ao deste constar então esta ordem devo também recomendar a VMce a economia que deve ter na administração das matalotagens que se devem poupar não fazendo com tudo ao prejuízo sustento e se não desperdice as carnes que são as que fazem a principal economia de rendimento das referidas fazendas. Devendo a população empregar se na cultura do algodão, fumo, açúcar e aguardente.⁷⁷

Essa crise econômica alimentou ainda mais a fúria dos fazendeiros contra os povos. O historiador Carlos Alberto Miranda argumenta que como a criação do gado era livre, muitos animais fugiam e eram abatidos pelos indígenas, principalmente em períodos de seca e fome, logo os fazendeiros “passaram a capturar e exterminar os grupos indígenas que habitavam a região”. Esses conflitos intensificaram ainda mais a crise vivenciada na capitania no final do século XVIII, embora esse contexto de crise na economia colonial fosse vivenciado também por outras regiões como Minas Gerais, Ceará, Maranhão e Pará.⁷⁸

⁷⁷ Carta ao inspetor do Piauí escrita por Dom João de Amorim Pereira em 11 de outubro de 1798. Arquivo Público do Piauí – APEPI – Códice 156, fl. 259, Manuscrito do livro de registros de Cartas.

⁷⁸ OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Fernando Pereira Leite de Foios, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre as instruções recebidas de Lisboa, o estado de crise de capitanias e algumas informações relativas à capitania do Piauí. 1788, fevereiro, 20, Maranhão. Anexo: 1 bilhete AHU_CU_009, Cx. 71, D. 6122; OFÍCIO de Luís Tomás Navarro de Campos para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a decadência da capitania do Pará, com algumas propostas de solução para reverter tal situação. [Ant. 1795, março, 24, Pará] AHU_CU_013, Cx. 105, D. 8298.

CAPÍTULO 2 – “AS PIORES DOENÇAS DOS SERTÕES”: NARRATIVAS E SIGNIFICADOS

Os estudos sobre as doenças que acometiam os povos indígenas e a população negra, bem como as práticas de cura utilizadas na tentativa de restabelecer a saúde em corpos adoecidos, consegue nos apresentar diversas características de uma sociedade. A partir da década de 1990, no Brasil, começam a surgir pesquisas que se dedicam a compreender os aspectos de uma sociedade escravista e da vida cotidiana dos sujeitos escravizados através de uma perspectiva da história da saúde e da história da escravidão. Duas pioneiras sobre estudos que se propõem a desenvolver essa análise são Mary Karasch e Ângela Porto⁷⁹.

Apesar de os estudos nessa área de pesquisa terem início na década de 1990, é somente em 2010 que há uma concentração maior acerca dessa produção historiográfica (PIMENTA; KODAMA; GOMES, 2018). É importante situar que a experiência social a respeito da saúde, doenças e práticas de cura é particular de cada sociedade, pois possuem significados próprios a depender do período, do contexto histórico e dos espaços analisados. De acordo com Charles Rosenberg e Janet Goldem, a doença é um “amálgama que envolve tanto a sua natureza biológica como os sentidos que lhe são atribuídos pela sociedade” (ROSENBERG; GOLDEM, 1997, p. 23). Ou seja, as doenças podem ser ao mesmo tempo um fenômeno biológico e social.

Desde os primeiros anos de exploração dos portugueses em terras brasileiras já havia relatos de inúmeras doenças. Vulneráveis a esses novos microrganismos que chegavam através da entrada dos europeus no Novo Mundo, os povos indígenas foram os mais atingidos. Com a intensificação do tráfico de escravos para as Américas, os africanos e seus descendentes acabariam, junto com os indígenas, a ocupar destaque no conjunto do número de óbitos causadas por enfermidades relacionadas às condições precárias de higiene e alimentação e dos exaustivos esforços físicos despendido nas atividades de trabalho nas fazendas.

Neste capítulo, iremos dar ênfase às doenças, tanto as que penetraram o sertão a partir da colonização, quanto as que sempre estiveram presentes naqueles territórios. As enfermidades foram uma realidade na vida das autoridades coloniais, dos escravizados, dos indígenas e seus descendentes. Porém, como a população negra e indígena constituíam a base do sustento econômico da região e muitas doenças estavam relacionadas às péssimas condições de vida e

⁷⁹ Mary Karasch escreveu sua tese de doutorado em 1973 e originou-se no livro intitulado *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Vale ressaltar principalmente os capítulos: 4. “As almas: os que morriam”; 5. “Sob o açoite” e 6. “As armas dos feiticeiros: doenças” que se destacaram principalmente pelo pioneirismo em discutir as doenças dos escravizados na escravidão urbana no Rio de Janeiro; Ângela Porto também escreveu um artigo pioneiro sobre homeopatia e a assistência aos escravizados publicado em 1988 na Revista *Papéis Avulsos*, da Fundação Casa de Rui Barbosa.

do trabalho, foram os que mais sofreram o flagelo das enfermidades. Mesmo com atenção especial a esses sujeitos, iremos apresentar as narrativas sobre as doenças que atingiram autoridades coloniais, os que circulavam pelos sertões e deixavam suas impressões por meio de ofícios, memórias e pareceres econômicos administrativos a respeito das terras e dos modos de viver daqueles populares.

Portanto, buscaremos revisitar fontes já conhecidas na historiografia piauiense e reinterpretadas por novas perspectivas de análise. Além de acrescentar documentos originais pesquisados no Arquivo Público do Piauí, Arquivo Histórico Ultramarino e Biblioteca Nacional, sempre dialogando com trabalhos historiográficos que tratam sobre o tema.

Dessa forma, buscaremos identificar a partir das fontes, quais eram as descrições sobre as doenças e quais os sintomas de cada enfermidade. Objetivamos compreender quais eram as narrativas e significados construídos pela população sertaneja em torno das doenças. Os perigos dos sertões, como o ataque de animais peçonhentos e selvagens, as fugas, os conflitos e maus tratos que poderiam acarretar ou serem configurados como doenças. Para Sérgio Buarque de Holanda “é possível acreditar que sejam dessa ordem as piores doenças do sertão” (HOLANDA, 1995,90). Também serão objeto de análise as epidemias anuais associadas ao comércio de gado vacum e cavalar que ocorriam no período da matança do gado em oficinas próprias para essa atividade.

No livro *Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil* organizado pelos historiadores Tânia Salgado Pimenta e Flávio Gomes, em 2016, os autores destacam “a importância de mais pesquisas sobre doenças e saúde das populações coloniais e pós-coloniais, especialmente nas sociedades escravistas, sendo fundamental verificar elementos que compuseram o quadro nosológico dos escravos, indicando doenças, curas, condições de vida e morte” (PIMENTA e GOMES, 2016: 8).

2.1 O comércio contamina as doenças

As doenças eram marcadas pelas incertezas, pois em muitas situações não se sabia ao certo quais eram as causas, sequer existia um único caminho que possibilitasse o tratamento das enfermidades. Portanto, ao analisar as relações entre doenças e os sujeitos que eram acometidos, bem como os agentes da cura no espaço dos sertões, é perceptível que o conhecimento em torno dessas questões transitava entre saberes europeus, africanos e indígenas.

Ao buscar compreender os significados em torno das doenças e das condições de saúde, podemos perceber as perspectivas dos sujeitos que transitavam e habitavam nos sertões, sobretudo os corpos negros e indígenas, principais alvos das doenças, uma vez que além de serem a maioria da população, tinham condições de vida bastante precárias. Fatores como condições de trabalhos, maus tratos, má alimentação, exposição aos perigos do sertão, o ataque de animais selvagens, picadas de insetos e o clima quente foram fatores preponderantes e incidiram no desenvolvimento das enfermidades.

O geógrafo Alfred Crosby sugere que os europeus foram responsáveis por levar para as Américas, pessoas, alimentos, animais domésticos e sobretudo as doenças, contaminando diversas localidades do mundo durante o período de colonização. Para o autor, as doenças foi uma arma que colocou os europeus em vantagem frente ao extermínio indígena e exploração das Américas. Esse argumento é utilizado em diversos estudos que buscam demonstrar o impacto das doenças no processo de colonização e a sua relação com o comércio, sobretudo com o tráfico de escravizados (CROSBY, 1972).

Que a colonização devastou sociedades, dizimou indígenas e contribuiu para um intercâmbio desenfreado de doenças gerando impactos sociais, políticos, econômicos, culturais e sanitários é um argumento incontestável. Porém, esse fato encontra um problema que é bastante comum em qualquer discussão que envolva a relação de dominação entre os povos, principalmente quando o assunto é colonização, pois a perspectiva do “dominador” tende a prevalecer em relação ao “dominado”.

É comum o eurocentrismo se sobressair nas análises históricas. Quando falamos sobre o impacto das doenças na colonização, temos a tendência, quase que natural, de não pararmos para pensar que os povos nativos não só já lidavam com as enfermidades, como tinham concepções próprias do que elas significavam, além de conhecimentos específicos tanto para evitá-las, como para curá-las.

A historiadora Keith Barbosa ao analisar a experiência negra entre Brasil e Angola a partir da perspectiva da história da saúde e da doença, argumenta que apesar do tráfico ter sido um potencializador e propagador de doenças e epidemias é importante dar atenção para outros fatores além do comércio que influenciaram na disseminação das moléstias. Aspectos como o ambiente, condições sanitárias e de higiene, regimes de trabalhos exaustivos e insalubres, dietas alimentares, entre outros poderiam impactar diretamente nas enfermidades sofridas pela população. Isso significa dizer que muito antes do tráfico e da intensificação do comércio no Novo mundo, a população das Américas, assim como em África já lidavam com o adoecimento e atribuíam significados e modos de tratamentos próprios das suas culturas (BARBOSA, 2008).

De acordo com a historiadora Alida Metcalf, “o contato entre regiões antes isoladas - por meio de guerras, comércio, migrações ou colonização - criou um terreno fértil para a disseminação de doenças. Novas rotas comerciais, assim como guerras, fomentavam mais contatos e a difusão de epidemias” (METCALF, 2019: 176). Desse modo, as doenças sendo compreendida a partir do seu aspecto tanto biológico, quanto social, de fato comprovam que o contato e a circulação de pessoas influenciavam no aumento e transmissibilidade das doenças.

Das ideias suscitadas por Alida Metcalf, podemos extrair duas considerações importantes, a saber: a necessidade de problematizar o que seria um local isolado e, segundo, ao restringir as epidemias aos contatos, ignoramos que antes mesmo da existência da colonização, das rotas comerciais, da imigração e das guerras já havia sujeitos convivendo com as doenças, atribuíam seus próprios significados e empreendiam suas práticas curativas. É necessário compreender a sociodiversidade que a saúde e doença exige quando nos referimos a processos históricos complexos que envolviam indivíduos com concepções distintas.

Muitos documentos escritos por europeus utilizavam termos como, “terras devolutas” – principalmente quando descreviam os sertões – para se referir a locais que já eram extremamente povoados por povos indígenas. Por não haver a presença dos portugueses, consideravam espaços vazios. Nas primeiras representações cartográficas havia extensos vazios para se referir a localidades que ainda não tinham sido colonizadas, porém eram compostas por inúmeros habitantes indígenas. Portanto, quando a autora se refere ao “contato entre regiões antes isoladas”, valeria uma descrição do que define uma região como isolada. Ao longo desse texto, podemos perceber que apesar do Piauí ser caracterizado em algumas fontes e até mesmo na historiografia como um local isolado, comprovamos que além de estar completamente povoada, a capitania do Piauí era um ponto de conexão que interligava várias localidades.

O historiador Mairton Celestino, ao pesquisar a capitania do Piauí, explica que as representações cartográficas e iconográficas tinham duas funções principais. Primeiro, informar

ao rei sobre o avanço das terras conquistadas, fruto principalmente da atuação das autoridades coloniais que se empenhavam no empreendimento colonial português. A segunda função seria apresentar quais eram os “espaços vazios, as terras dos índios, aldeamentos jesuíticos” com o intuito de passar a mensagem “do quanto ainda faltava para a definitiva consolidação das conquistas” (SILVA, 2016: 27). Dessa forma, podemos interpretar que definir um território como vazio, isolado ou impenetrável eram estratégias intrínsecas aos movimentos da colonização.

Sérgio Buarque de Holanda explica que a palavra doença poderia ter significados diferentes a depender do contexto que analisamos. Por exemplo, para os sertanistas no século XVIII, a doença poderia ser tudo aquilo que provocasse dor física. Nas suas palavras,

Nos antigos documentos Paulistanos, a própria palavra “doença” deve ser constantemente entendida nesse seu sentido genérico, que envolve todo acidente suscetível de provocar dor física. O sertanista delibera fazer seu testamento em muitos casos por estar doente “de uma frechada”, como sucedeu a Manuel Chaves e a Sebastião Preto, ou de ferimentos causados por algum animal bravo. E é possível acreditar que sejam dessa ordem as piores doenças do sertão (HOLANDA, 1995: 90).

Desde os primeiros anos de colonização, o mar sempre foi no imaginário coletivo associado ao medo. Era um espaço aberto, de aventuras, incógnito, assustador, sem limites e que avançando até certo ponto, poderia não ser mais possível retornar (DELUMEAU, 2009: 54). Se transferirmos essa descrição para definirmos os vastos sertões na visão do colonizador, veremos que cabe perfeitamente. Os sertões eram tão míticos quanto os mares. Para além do medo do desconhecido, havia o medo dos infortúnios que está em um novo território poderiam causar. O inimigo vem do sertão! Mas quem seriam esses inimigos? Para além do “gentil bravo”, as possibilidades de adoecer nos sertões eram inúmeras, como muito bem descreveu Sérgio Buarque de Holanda na citação acima.

Danielle Sanches de Almeida ao analisar na sua tese de doutorado a circulação de remédios e droguistas entre o Novo e Velho Mundo, constata que os medicamentos enviados para São Luís no Maranhão e para os arredores dos sertões do Piauí eram indicados no tratamento de “feridas, mordeduras de bichos, coceiras, pragas/vermes”, além de outras “doenças que eram típicas da penetração nos matos” (ALMEIDA, 2017: 201).

Essas narrativas nos mostram o quanto a percepção das doenças estava relacionada ao contexto de vida nos sertões onde as pessoas estavam mais expostas tanto ao ataque de animais selvagens, quanto a picada de mosquitos e insetos que poderiam ocasionar determinadas enfermidades. Além disso, os constantes conflitos entre povos indígenas e estrangeiros resultaram em inúmeros sujeitos feridos e adoecidos.

Durante a limpeza e abertura de estradas e novos caminhos, os escravizados se tornavam presas fáceis ao ataque de animais, sobretudo vitimados por picadas de cobras que, além de serem extremamente dolorosas, provocavam sintomas como “mal-estar, vômitos, aceleração do pulso e do coração”, e em muitos casos levava a óbito. Além do ataque das cobras “é provável que os escravos sofressem ataques de aranhas caranguejeiras, escorpiões, marimbondos e insetos que desempenhavam um duplo papel na transmissão da doença” (MIRANDA, 2017: 414).

O arriero Miguel, que acompanhou Spix e Martius na viagem ao Piauí, foi picado por uma cobra quando se afastou do grupo para buscar as mulas. Depois de ser procurando por bastante tempo foi encontrado deitado no chão embaixo de uma árvore “num estado de apatia e um pouco fora de si”. Na lateral do seu dedo do pé havia “pequenos ferimentos que pela dimensão e distância de fato pareciam devidos à mordedura de cobra venenosa”. Imediatamente foi administrado grandes doses de “água de luce, composto de amônia líquida, com óleo de súpino, dissolvida em tintura de potassa; escarificamos a ferida queimando-a com pólvora e depois com um arame em brasa”. Poucas horas depois que tinha sido picado pela cobra, Miguel se queixava de muita dor, estava pálido, voz trêmula, pulso rápido, vertigem e teve sua vida ceifada naquele mesmo dia, sem ter a oportunidade de receber a visita do curandeiro que o fazendeiro daquelas mediações tinha solicitado.⁸⁰

Félix do Rego encontrou inúmeros animais próximos ao rio Tocantins, algumas “onças d’agua grandíssima, arraias como rodeiros e jacarés de três e quatro varas de cumprimento”, conclui falando sobre a preocupação de lidar com esse perigo nos caminhos percorridos, pedindo para que “deus livre destas monstruosidades e conceda inteira saúde para desempenhar essa obra e tocar a missão.”⁸¹ O medo das onças nos sertões é um assunto frequente nos relatos coloniais (HOLANDA, 1994: 95). Para Sérgio Buarque de Holanda, os sertanistas tinham que enfrentar jornadas perigosas o que implicava em lidar com as “moléstias, fomes, sede, gentio bravo e animais peçonhentos e agressivos” (HOLANDA, 1995: 91). Encarar o desconhecido foi uma realidade que os portugueses enfrentaram, tanto ao invadir o litoral, como os sertões.

Em 1801, o governador do Maranhão e Piauí, Rodrigo de Sousa Coutinho, remeteu os mapas anuais com as informações dos habitantes das capitânicas, como número de batismos, casamentos e mortes. Entre os documentos, enviados à corte, encontramos uma relação das

⁸⁰ ⁸⁰ SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, Volume II, 2017. p.328. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/573991>

⁸¹ Arquivo Público do Piauí – APEPI – Correspondências a Juizes Ordinários, capitães de campo, empregados públicos e cívics 1773- 1778, Cod. 150. p.101

doenças que causaram mortes naquele ano. A fonte apresenta uma divisão entre “moléstias previstas” e “moléstias não-previstas”. Nesta última categoria, são consideradas moléstias não-previstas, as mortes causadas por “substância, afogamento, de facadas, morto por si mesmo, queimado, esmagado de paus e flechados”. Essas eram as moléstias que não havia a possibilidade de cura, uma vez que sua ação era irreversível.⁸²

Essa forma de classificar às doenças pode ser encontrada em outros documentos do século XVIII como *O ensaio sobre algumas enfermidades d’Angola* (1799) escrito pelo médico José Pinto de Azeredo no qual classifica as doenças em dois grupos. As enfermidades “próximas” nas quais estavam relacionadas a alterações do organismo. Enquanto as doenças “remotas” eram aquelas causadas por fatores externos como miasmas, clima, ataque de animais e péssimas condições de higiene.⁸³

Para além das moléstias não-previstas, existiam aquelas doenças que faziam parte do cotidiano, não eram súbitas e existia a possibilidade de cura. A partir da pesquisa realizada nos diversos documentos referentes à capitania do Piauí durante o século XVIII, podemos encontrar a menção às seguintes nomenclaturas de doenças nas quais estão listadas no quadro abaixo.

Quadro 2 - Nomenclatura das doenças na capitania do Piauí no século XVIII

Doenças
Escorbuto
Quebrado das virilhas
Convulsivo dos nervos
Aleijado das pernas
Cegueira
Sarna
Diarreia
Febre Maligna
Febre podre
Febre Intermitente

⁸² OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a remeter os mapas anuais da capitania do Maranhão, dos habitantes, casamentos, nascimentos e mortes, ocupações dos habitantes, importações, exportações, produções, preços correntes, navios que entravam, casamentos, nascimentos e mortes dos índios domésticos, das mortes, por idades e doenças. Anexo: 2ª via com 10 mapas, 1ª via apenas mapas nº 1, 3, 5, 8 e resumo. 1801, outubro, 7 AHU_CU_009, Cx. 118, D. 9101.

⁸³ AZEREDO, José Pinto, *O ensaio sobre algumas enfermidades d’Angola* (1799). Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <https://purl.pt/16429>.

Bota sangue pela boca
Asma
Hipocondria
Sezões
Mordedura de cobra
Gallico
Feridas incuráveis
Lepra
Gonorreia
Dores de Preolis
Pancadas
Pustema
Inchaço de obstrução
Bexigas

Fonte: As nomenclaturas das doenças do quadro acima foram retiradas a partir da pesquisa realizada nos documentos manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e do Arquivo Público do Piauí (APEPI). Ver: Relação dos remédios que vão da capitania do Piauí para a corte de Lisboa - Palácio de Oeiras, Francisco Diogo de Moraes - Arquivo Público do Piauí-APEPI; ASSUNÇÃO, Manuel Antunes de. Relação dos escravos das fazendas da Inspeção de Nossa Senhora de Nazaré, [S.l: s.n.], 1778. Manuscrito. Disponível em: <<https://bit.ly/2TG6F4c>>. 31 de janeiro de 1800; AHU-Piauí, cx. 10, doc. 17 AHU_CU_016, Cx. 12, D. 684; AHU-Piauí, cx. 14, doc. 16 AHU_CU_016, Cx. 18, D. 908. AHU-Piauí, cx. 8, doc. 15 AHU_CU_016, Cx. 13, D. 741.

No século XVIII era comum a relação entre clima e doenças. A historiadora Márcia Ribeiro nos explica que os cronistas e viajantes consideravam o Brasil “o lugar ideal à disseminação das doenças” pois estava situado “na zona tórrida do globo e infestado por ares quentes e pútridos” (RIBEIRO, 1997: 21). A maioria das narrativas sobre as doenças estão relacionadas ao clima da capitania do Piauí, a fonte abaixo escrita pelo ouvidor Durão, assim como veremos no tópico “uma gravíssima epidemia na vila da Parnaíba” no final deste capítulo são alguns exemplos.

Os muitos bosques, lagoas e outros lugares lodinosos produzem muita sezão e malignas nos fins das chuvas. Também se padece com frequência a queixa da corrupção, a que chamam "bicho", causada do nímio calor de um país situado debaixo da zona tórrida. As mais enfermidades são menos frequentes, mas incuráveis, porque em todo este sertão se não acha um médico nem cirurgião capaz. A hipocondria, o escorbuto, a asma fazem mais estragos do que se imagina, mas são desconhecidas.⁸⁴

⁸⁴OFÍCIO do ouvidor do Piauí, António José Moraes Durão, 15 de junho de 1772. AHU-Piauí, cx. 10, doc. 17 AHU_CU_016, Cx. 12, D. 684.

De acordo com o médico lisboeta Oliveira Mendes, havia três tipos de doenças que eram chamadas de “bicho”. A primeira causava uma corrupção intestinal, a segunda era provocada por um bicho semelhante a “uma linha branca fina e torcida” que se escondia sob a pele dos braços e pernas e a terceira por bichos que pareciam “com a mais pequena pulga”.⁸⁵ Os naturalistas Spix e Martius explicam que “a doença do bicho” poderia ser uma consequência das “febres nervosas, sarampo e às vezes também bexigas”.⁸⁶ Cristina Wissenbach, ao analisar o cirurgião Miguel Dias Pimenta, que atuou no início do século XVIII, descreve que a corrupção do bicho era “um dos males mais temidos da época” e muitos estrangeiros a chamava de “mal do Brasil ou mal de S. Tomé” (WISSENBACH, 2004: 8).

Em relação as bexigas, no dicionário de Rafael Bluteau, o verbete é definido como uma “espécie de empola que se ergue sobre a cútis, cheia de um humor acre e corrosivo, em geral se usa no plural – teve bexigas.”⁸⁷ Durante vários séculos, as bexigas – também conhecidas como varíola – assolaram as mais distantes e diferentes partes do mundo. Apesar de não haver um consenso do ano e local do seu surgimento, suas consequências aterrorizaram as pessoas desde a antiguidade até o século XX, quando, finalmente, a varíola foi erradicada no mundo.⁸⁸

Essa doença é pouco mencionada nos documentos que se referem a capitania do Piauí. Esse fato nos chama a atenção porque no século XVIII eclodiram inúmeras epidemias de bexigas que causaram uma alta taxa de mortalidade, especialmente na região norte do Brasil, com destaque para o Grão-Pará e Maranhão, localidades que tinham relações comerciais constantes com o Piauí. Portanto, argumentamos que pela pouca incidência de bexigas nos sertões, não houve um impacto de declínio populacional como ocorreu no Pará, pelo contrário, houve um aumento demográfico na capitania do Piauí apesar da crise econômica no final do século XVIII (BARBOSA, 2019).⁸⁹

A maioria das doenças relatava o aparecimento de febre. Poucas eram as exceções, como exemplo da asma, “doença que causava uma respiração difícil, mas sem febre”.⁹⁰ De acordo com Ricardo Cabral, as febres eram um grande desafio para os agentes da cura da medicina

⁸⁵ MENDES, Luis Antônio de Oliveira. Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a Costa d’África e o Brasil: apresentada à Real Academia das Ciências de Lisboa, 1793. Pp. 57-58.

⁸⁶ SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, Volume II, 2017. p.236. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/573991>

⁸⁷ BLUTEAU, Rafael. *Dicionário Língua Portuguesa*. Século XVIII, p. 204.

⁸⁸ Em maio de 1980, após numerosas certificações, a OMS declarava a varíola oficialmente extinta. <https://agencia.fiocruz.br/sites/agencia.fiocruz.br/files/revistaManguinhosMateriaPdf/RM8pag44a45FioDaHistoria.pdf> Acesso em: 20 de setembro de 2021.

⁸⁹ Ver tabela 4.

⁹⁰ BLUTEAU, Rafael. *Dicionário Língua Portuguesa*. Século XVIII, p. 127.

europeia, visto que durante muito tempo não conseguiram construir consensos a respeito da enfermidade, que, por se manifestar por meio de um amplo conjunto de sintomas seu diagnóstico não era algo simples. Além disso, as febres no Brasil eram muitas vezes distintas daquelas encontradas na Europa e isso gerava intensos debates, situação que atravessa todo o século XVIII, culminando com o surgimento de variações terminológicas em torno da ideia do que eram as febres (CABRAL, 2020: 225). Essa questão já era algo presente desde o século XVIII, no dicionário do já citado de Rafael Bluteau o verbete “febre” apontava 9 variações, como:

Febre: Movimento desordenado da massa do sangue com frequência alterada das pulsações e lesão das funções, acompanhada de um calor excessivo as mais das vezes.

A febre é contínua ou intermitente que torna de espaços a espaços.

A febre contínua é simples ou com repetições, é efêmera (...) é a febre ardente muito violenta e aguda. A febre com repetição é periódica ou errática, a periódica torna a cometer dentro de dias certos ou certas horas e é cotidiana, terça ou quarta. A errática não tem tempo periódico certo. A contínua quotidiana vem uma vez por dia e às vezes repete segunda e terceira; a terça contínua vem a cada dois dias, deixando doente um dia livre de permeio e se diz dobre ou tripla, se nos dois dias acomete duas ou três vezes. A quarta contínua é a que se repete todos os quatro dias inclusivamente, e se diz quarta dobre, se ocupa o doente dois dias seguidos, deixando só um livre, ou quando em cada quatro dias repete duas vezes ponte, e tripla se acomete 3 vezes.

Febre intermitente deixa o doente quotidiana todos os dias; a terça e quarta também o são.

A febre aguda é contínua, violenta, perigosa e em breve tempo faz grandes progressos as mais agudas matam ou acabam em três dias outras menos concluem sete. A simplesmente aguda dura até 14, 15 e 21 dias. Outras agudas são por descendência que se passam dos 40 dias se dizem crônicas ou lentas.

Febre podre de humores que adquiriram podridão nas primeiras vias.

Febre Láctea que vem as mulheres 3 ou 4 dias depois do parto

Febre maligna ou persistente causada de miasmas pestíferos

Febre escarlatina é contínua e nela se cobre a pele de cor de escarlate

Lenta e héctica lenticular em que o corpo se cobre de brotoeja como lentilhas

Miliar Em que o corpo se cobre de folles ou bolhas como grãos de milho.⁹¹

A população das vilas de Oeiras e de Parnaíba também era a que mais sofria com o flagelo das doenças, especialmente no período chuvoso que provocavam “teimosas febres intermitentes”. Os naturalistas Spix e Martius, em passagem pelo Piauí na segunda década do século XIX, afirmaram que a população se queixava de repetidos acessos de febres e que cada vez mais aumentavam “tanto aqui [em Oeiras] como ainda mais na única vila sita à beira do mar, desta capitania, a vila de Parnaíba”.⁹² Os próprios naturalistas foram acometidos pela febre

⁹¹ BLUTEAU, Rafael. *Dicionário Língua Portuguesa*. Século XVIII, p. 127.

⁹² SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, Volume II, 2017. p.337. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/573991>

intermitente assim que chegaram no Piauí e permaneceram doentes por mais de 14 dias. Spix e Martius atribuíram o estado febril e os constantes resfriados ao período chuvoso. Relatam que o clima os deixara doentes e debilitados, chegando a atrapalhar a viagem pois não tiveram condições físicas para realizarem pesquisas mais aprofundadas na região, como conhecer a riqueza mineral do Piauí.

Na capitania do Piauí, as febres que aparecem na documentação se referem às febres intermitentes, febres malignas e febres podres. A febre intermitente era associada à doença de sezão muitas vezes tidas como sinônimos, que “degenerando muitas vezes em febres intermitentes, declinão para outra moléstia chamada, bixo ou corrupção que é perigosíssima e se acode logo com os remédios da terra”.⁹³ As febres malignas e podres eram geralmente associadas aos miasmas, havia muitas queixas de febres podres entre as pessoas que viviam próximas dos matadouros de gado, principalmente os escravizados que eram os principais responsáveis pelo manejo e trato daqueles animais. As febres podres eram “tão violentas que dentro de três dias vão a sepultura, cuja natureza de febres justamente se devem atribuir a infecção do ar maligno que respiram aqueles desgraçados habitantes”.⁹⁴

A relação dos escravos das fazendas da Inspeção de Nossa Senhora de Nazaré feita em 1778 é um dos poucos documentos que apresenta informações como nome, procedência e idade dos escravizados no Piauí. Em alguns casos acrescenta-se um espaço para inserir algumas observações como o estado de saúde, o ofício e se o(a) escravizado(a) era casado (a).⁹⁵ Ao todo são 97 escravizados de 12 fazendas (ver anexo). O escravizado mais novo se chamava Eleuterio de 2 meses de idade, identificado como crioulo, e o mais velho era Manoel com 87 anos, procedente do Congo, cujo registro vinha acompanhado da observação “de nada serve”.

Quadro 3 - Escravizados doentes

NOME	PROCEDÊNCIA	IDADE	OBSERVAÇÕES
Antônio	Angola	83 anos	Já não serve
Brazida	Crioula	73 anos	Já não serve
Manoel	Congo	87 anos	De nada serve
Juliana	Angola	55 anos	Já não faz nada

⁹³ GAIOSO, Raimundo. “Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão e suas produções” Pariz: P.N. Rougeron, Impressor, 1818, pág. 91.

⁹⁴ REQUERIMENTO (cópia) do cirurgião, Francisco José da Costa Alvarenga, à rainha [D. Maria I]. AHU-Maranhão. AHU_CU_016, Cx. 19, D. 981, 3 de abril de 1794.

⁹⁵ Outras fontes que oferecerem esse tipo de informação a respeito dos escravizados são os Registros de batismo e de casamento da cidade de Oeiras do Piauí no século XVIII.

Tereza	Angola	67 anos	Já não faz nada
Domingos	Angola	77 anos	Já não faz nada
Mateus	Angola	73 anos	Já não serve
Miguel	Angola	73 anos	Quebrado das virilhas – Casado
João	Angola	33 anos	Convulsivo dos nervos
Monica	Crioula	23 anos	Doente sempre – Casada
Jeronima	Crioula	13 anos	Aleijada das pernas
Ignacia	Crioula	Ilegível	Aleijada das pernas – Casada
Antônio	Crioulo	61 anos	Quase cego
Antônio	Crioulo	19 anos	Quase Cego
Alexandre	Mina	73 anos	Doente - Casado
João	Angola	53 anos	Doente de Lene – Casado com Anna
Leomaria	Angola	59 anos	Aleijada – Casada com Manoel

Fonte: ASSUNÇÃO, Manuel Antunes de. *Relação dos escravos das fazendas da Inspeção de Nossa Senhora de Nazaré, de todos quantos nelas se acham também os da Residência com as suas idades pouco mais ou menos.* [S.l: s.n.], 1778. Manuscrito. Disponível em: <<https://bit.ly/2TG6F4c>>.

O historiador Carlos Alberto Miranda, no livro *Artes de curar nos tempos da colônia*, apresenta ao leitor como os escravizados idosos, doentes, cegos e mutilados eram considerados inúteis para exercer o trabalho e acabavam sendo “abandonados pelos senhores e terminavam por sucumbir nas ruas e nas portas das igrejas” (MIRANDA, 2017: 413). Apesar de o autor da *Relação dos escravos da fazenda* constatar que alguns escravizados “já não serviam” mais para o trabalho – principalmente os idosos que eram mais vulneráveis às doenças –, nos sugere que estes sujeitos ainda eram moradores das fazendas dos seus respectivos proprietários. Outra questão que chama a atenção é que os escravizados idosos eram na maioria de procedência étnica africana, fato que nos remete ao tráfico atlântico de africanos e como a Capitania do Piauí se insere nessa lógica comercial ao longo da primeira metade do século XVIII.

No quadro acima, dois escravizados estavam “quase cegos”, ambos tinham o nome de Antônio, o mais novo com 19 anos e o outro já idoso com 73 anos. A cegueira era comum no período colonial, principalmente no Rio de Janeiro. De acordo com John Luccock “há no Rio muita gente cega; em proporção maior do que nas outras cidades” (LUCCOCK, 1975:35 apud MIRANDA, 2017). Excetuando os sujeitos que já nasciam cegos, havia diversos fatores que influenciavam na perda total ou parcial da visão. A carência de vitamina A, encontrada

principalmente em alimentos como peixes, legumes, ovos e manteiga, afetava principalmente os olhos e a pele.

Outra doença que era relacionada ao surgimento da cegueira na vida adulta era o “mal gallico” ou “mal francês” uma doença venérea com alta incidência no Brasil colonial, conhecida posteriormente com o nome de sífilis. De acordo com Gilberto Freyre “a sífilis fez sempre o que quis. Matou, cegou, deformou à vontade e o sangue envenenado rebentava em feridas” (FREYRE, 1970: 343).

O escravizado João, procedente do Congo, com 33 anos de idade, foi diagnosticado como “convulsivo dos nervos”. Na obra *Erário Mineral* do médico Luíz Gomes Ferreira, aponta que esta era uma doença específica dos negros e uma das mais complicadas para curar. No momento que a doença se manifestava os dedos da mão ficavam tão comprimidos “que ninguém por mais força que tenha, lhes abre”. Em situações mais graves, todo o corpo era acometido e se tornava rígido, os olhos ficavam arregalados e os lábios retraídos, sendo necessário que “uma pessoa [pegasse] pelos pés, outra pela cabeça, sem fazer muito pouco arco no meio”.⁹⁶

2.2 O movimento das doenças

Os deslocamentos podiam ser realizados através do tráfico de escravizados, dos descimentos indígenas, dos viajantes, negociantes, missionários, padres e toda sorte de gente interessada em explorar aquelas terras. Esses movimentos foram responsáveis por (re)configurar completamente a paisagem natural daqueles territórios: milhares de indígenas dizimados, seja por conflitos ou por doenças. Escravizados de diversas procedências étnicas convivendo através de uma migração forçada onde tiveram seus corpos atravessados pelo oceano e pelas doenças.

O gado vacum e cavalariço, que fizeram parte dos deslocamentos terrestres, modificou em inúmeros sentidos aquela região, tanto com a abertura de novos caminhos pelos sertões, como pelo comércio de carne e couro estabelecido a partir do Piauí para inúmeras regiões como: Maranhão, Pará, Salvador, Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Lisboa. Além disso, as doenças associadas a esse comércio, foram mais um dos motivos para interferir na conformação daqueles territórios.

⁹⁶ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Op. cit. In: FERREIRA, Luíz Gomes. *Erário mineral*. v. I, p. 139.

Não é difícil perceber o que há de comum em todas essas questões. As doenças são o fio que liga esses eventos e nos possibilita discutir e compreender a dinâmica social da capitania do Piauí a partir das circulações que eram motivadas por diferentes fatores com foco nas atividades comerciais, pois era o que impulsionava os constantes fluxos de pessoas e, conseqüentemente, das enfermidades. Esses diversos movimentos que facilitavam a propagação das doenças, Mary Karasch irá definir como “intercâmbio mortal de moléstias” (KARASCH, 2000: 208).

Como vimos no capítulo anterior, os motivos para se deslocar de um local para outro eram inúmeros. A doença também poderia ser uma motivação. Em 1770, o sargento-mor Joaquim Antônio solicita o seu deslocamento para que possa se curar visto que “se acha oprimido de graves enfermidades dificultosas de se remediarem nesta capitania pelo total falta que nela há de professores de medicina”.⁹⁷

Infelizmente, sua solicitação não teve tempo de ser atendida, já que 9 meses após o envio do pedido, o sargento-mor veio a óbito. Temos conhecimento desse fato através do aviso enviado pelo governador do Piauí em 1771, relatando a morte de Joaquim Antônio que não conseguiu ser atendido a tempo de “continuar o seu Real serviço em outra qualquer terra do estado do Brasil atendendo aos anos que vinha aqui [Oeiras do Piauí] servindo com notório procedimento e as moléstias que careciam de melhores socorros que nesta terra se não a terão.”⁹⁸

Outro caso semelhante ocorreu em 1789 com o Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, Antônio do Rego Castelo Branco, que solicitou à rainha D. Maria I que pedisse uma ordem direta do Governador do Maranhão para autorizar a sua saída de Santo Antônio de Alcântara e providenciar o retorno para sua casa em Oeiras do Piauí. Antônio do Rego estava em uma vila do Maranhão distante 200 léguas da cidade de Oeiras e a descrevia como uma “terra quase deserta, tão doentia e com falta de víveres, no qual se acha gravemente enfermo e com evidente perigo de vida”. Apesar de a fonte não elucidar os motivos de Antônio ter ido para uma terra tão distante de sua cidade natal, provavelmente se tratava de um degredo de punição, tendo em

⁹⁷OFÍCIO do [governador do Piauí], Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, Antônio. Oeiras do Piauí, 25 de junho de 1770. AHU-Piauí, cx. 9, doc. 35 AHU_CU_016, Cx. 11, D. 635.

⁹⁸OFÍCIO do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, Oeiras do Piauí, 5 de março de 1771- AHU-Piauí, cx. 10, doc. 4, 15 AHU_CU_016, Cx. 11, D. 654.

vista que implora a Rainha para declarar sua inocência nas “falsas queixas” que tinha recebido.⁹⁹

As divisões militares que tinham entre outros objetivos o fortalecimento, manutenção e defesa das colônias da Coroa lusitana são instituições que nos permitem analisar aspectos relacionados à saúde e às doenças. Primeiro pela presença essencial de pelo menos um cirurgião nas tropas e necessidade da manutenção de um hospital destinado a cuidar dos soldados e autoridades. Os escravizados e indígenas também faziam parte do Regimento de Cavalaria Auxiliar da capitania do Piauí e circulavam por todo o território para realizarem a ocupação e proteção da capitania. Portanto, esses deslocamentos implicavam estarem sempre munidos de armamento, mas sobretudo de materiais que possibilitassem a manutenção da saúde das tropas.

No Plano Militar da capitania do Piauí realizado no dia 15 de agosto de 1772 pelo Governador que também tinha o cargo de Capitão-tenente das Naus da Armada real e ajudante de Ordens, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro nos apresenta a estrutura da Companhia de Cavalaria. Entre outras informações apresentadas no documento nos interessa saber o número de sujeitos doentes e número de mortes.

Quadro 4 - Plano Militar - número de mortes e doentes

Plano Militar da capitania do Piauí			
Regimento de Cavalaria levantado em março de 1760 com uniforme branco, encarnado e galões de ouro.	Doentes	1 Tenente 3 Furriéis 1 Cabo de esquadra 68 soldados	TOTAL 73
	Mortos	7 Soldados	7
Companhia de Dragões pagos levantados em setembro de 1761 com uniforme azul, encarnado e galões de ouro.	Doentes	8 Soldados	8
	Mortos	-	-
Duas companhias soltas de índios Jaicós e Gueguês	Doentes	10 soldados	

⁹⁹REQUERIMENTO do Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo, ajudante António do Rego Castelo Branco, à rainha [D. Maria I] 14 DE MARÇO DE 1789 AHU-Piauí, cx. 14, doc. 7 AHU_CU_016, Cx. 17, D. 886.

sem lotação certa levantadas em maio de 1768	Mortos	-	10
Oito companhias soltas de pretos, mulatos e mestiços sem lotação certa levantadas em maio de 1768	Doentes	2 Capitães 6 Alferes 4 sargentos 10 cabos de esquadras soldados 4 Tambores 63 soldados	89
	Mortos	3 cabos de esquadras soldados 2 Tambores 38 soldados	43
Terço de infantaria auxiliar levantado em maio de 1768 com uniforme branco, azul e galões de Prata	Doentes	3 soldados	3
	Mortes	1 Ajudante	1
Terço de cavalaria ordenado levantado em maio de 1768 com uniforme branco, verde e galões de prata	Doentes	6 soldados	6
	Mortes	1 Ajudante 5 soldados	6

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino. Concelho Ultramarino, Série 016 Brasil – Piauí, Caixa 12, Documento 694.

As companhias militares eram uma importante representação da efetivação do poder real nos domínios ultramarinos. A hierarquia social nessas instituições era um fator evidente, já que havia uma participação ativa da sociedade em cargos militares que eram concedidos tanto aos portugueses e descendentes, quanto para escravos e indígenas. Nas pesquisas de Leandro Neto, o autor aponta que a hierarquia poderia ser tanto no sentido dos cargos e funções atribuídas, como também na prioridade e privilégios de tratamento no hospital militar (NETO, 2019). Na presente pesquisa, conseguimos identificar que alguns escravizados conseguiam atendimento no hospital militar de Oeiras, preferencialmente os que pertenciam a Real fazenda e alguns atendimentos pontuais a escravizados de particulares. Os soldados eram, em geral, pretos, mestiços, pardos e indígenas, como podemos analisar na tabela acima são as categorias que configuraram o maior número de doenças e de mortes.

Em 1773, o Juiz ordinário de Oeiras informa o atraso na promessa de João do Rego em realizar o aldeamento dos índios em Oeiras, obrigando os Acoroás a saírem da localidade devido à falta de assistência prometida pelo agente português. O trajeto que faziam a procura de um local seguro, agrava ainda mais a situação, dado que “já havia meses que por ela tinham passado os Acoroás, descidos que de todos os sexos e idades passavam de mil almas, andando todo esse tempo à matroca, variando de assento, com gravíssimos prejuízos seus pelas doenças e mortes que padeceram.”¹⁰⁰

A captura de indígenas pelos sertões era uma prática comum, bastante violenta e que perpassava gerações. O tenente coronel João do Rego que já tinha algumas vezes partido em missão de recuperar Acoroás fugidos da Missão de São Gonçalo – região próxima à cidade de Oeiras – como estava velho e adoentado, solicitou que o seu filho fosse em seu lugar, seguindo pelo “caminho do Maranhão” para recuperar os índios desertores.

Félix do Rego, filho do tenente João do Rego, aceita e parte para a missão, mas não encontra nem mesmo os rastros dos índios Acoroás. Na tentativa de dar continuidade ao legado de seu pai, que tinha muito sangue indígena nas mãos, auxilia em uma outra missão, desta vez na captura de Timbiras numa região próxima à margem maranhense do rio Tocantins, na qual conseguiram prender alguns índios e os levaram para Oeiras.

Sete anos depois, Félix do Rego e seu pai aparecem em outro documento, dessa vez em um auto de devassa, produzido em 1780, em que relata uma situação de fuga dos Gueguês, seguida do assassinato de quatro indígenas.¹⁰¹ A fome e os maus tratos foram os principais motivos da saída de 70 indígenas Gueguês do aldeamento de S. Gonçalo para a povoação de São João do Sende. Depois de percorrerem uma longa distância, por aproximadamente dois meses, enfrentando inúmeras dificuldades, conseguiram chegar na povoação de S. João do Sende, onde imaginavam ser um ambiente melhor do que o aldeamento de origem.

Quando a Junta de Governo tomou conhecimento do caso, solicitou que o Cabo de Esquadra, Pedro Vieira, persuadissem os indígenas a retornarem a São Gonçalo, por terem ido sem licença. Os Gueguês, prontamente, responderam “que para lá não retornavam, pelo muito mal que lá passavam”. Atendendo ao pedido dos Gueguês, o Governo emitiu uma carta de recomendação “para que conservasse aqueles índios na dita aldeia de São João do Sende”.

¹⁰⁰ Arquivo Público do Piauí – APEPI. Manuscrito do Juiz ordinário de Oeiras em 1773. Ver em: ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí. 2 edição. Teresina: COMEPI, 1981, p. 59.

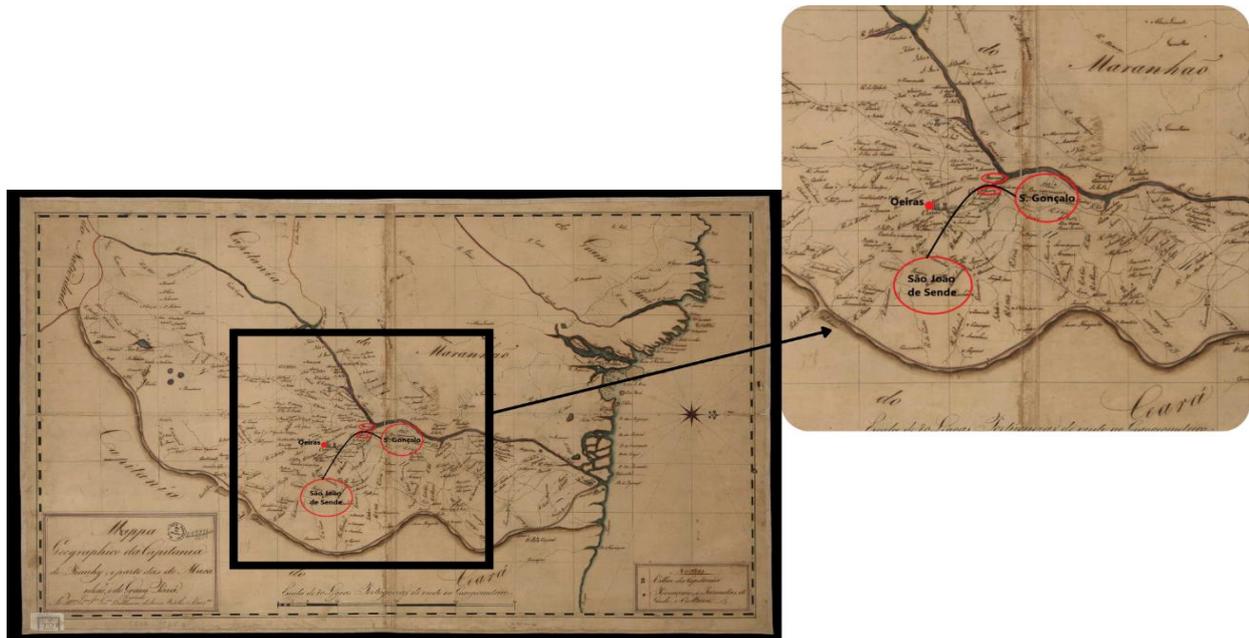
¹⁰¹ Auto de devassa Oeiras do Piauí, 2 de agosto de 1780. Arquivo Público do Piauí, Códices: 146, 149, 162 e 274. Disponível em: MIRANDA, Reginaldo. Autos de devassa da morte dos índios Guegues. Academia Piauiense de Letra: Teresina: 2011.

Essa atitude acabou incomodando o Ajudante Félix do Rego e seu pai o Tenente Coronel João do Rego Castelo Branco que no mesmo dia enviaram “um recado vocal” informando que iriam “buscar presos todos os índios e índias”. Apesar do pai e filho avisarem que iam apenas para “conversar debaixo de paz” foram acompanhados com muitos homens e ao chegar amarraram todos os Gueguês, conduzindo-os de volta para o aldeamento em S. Gonçalo.

Como o caminho percorrido era longo, as paragens em locais estratégicos eram necessárias. Quando chegaram ao Riacho Bacuri, quatro indígenas, chamados: Manoel de Sousa, José Moreira, Domingos Fernandes e Bernardo Cunha que estavam amarrados “em libambos de couro cru” se soltaram com a ajuda de uma faca “deixado por uma índia dentro de um saquinho de milho”. Ao fugirem para o mato, João do Rego ordena o assassinato dos quatro índios, ordem que foi motivada depois de um dos indígenas atacar Feliciano de Barros “com três facadas perigosas” que lhe causaram “feridas perigosas”. Os Gueguês foram mortos violentamente, tiveram suas cabeças decepadas e as “puseram pregadas em paus como se costuma fazer com cabeças de onças” deixaram seus corpos no caminho sem sepultura “onde estiveram até os bichos em tempos os consumirem” e conduziram as cabeças a S. Gonçalo para serem utilizadas como exemplo para os demais indígenas.

No ato de extrema violência, os Gueguês Manuel Neto e Pedro Branco realizaram uma fuga bem-sucedida. De acordo com José Veloso, morador da fazenda do Jacaré do qual é criador, testemunha que “ouvira dizer que [os dois índios] apareceram pelas partes do Parnaguá e que iam para as Minas”. Outro indígena Gueguê, denominado “Braço quebrado” devido ao grande ferimento no braço causado no momento da fuga tinha “uma grande cutilada na cara, com bastante podridão e cheia de bichos” voltou para São João do Sende para ser curado na aldeia. Em seguida, foi para Oeiras, mas acabou não resistindo tendo em vista a gravidade dos ferimentos. O processo de conseguir novas terras era permeado pela violência, pois eram territórios já ocupados pelos povos indígenas (MOTT, 1985: 62). Isso significava que os que não morriam durante os conflitos, poderiam sair seriamente feridos. A depender da gravidade dos ferimentos, poderia ser encarado como uma enfermidade que necessitava de cuidados urgentes.

Mapa 5 - Mapa geográfico da capitania do Piauí e partes do Maranhão e do Grão Pará



Fonte: Mappa geographico da capitania do Piauy, e parte das do Maranhão, e do Gram Pará. 1 mapa ms., col., desenho a nanquim e a tinta ferrogálica, oferecido ao Exmo Governador Balthazar de Souza Botelho de Vasconcelos. Data: [1816?] 39 x 62,5cm. em f., 42 x 65,5. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart215946/cart215946.jpg>. Acesso em: 10 ago. 2018.

O mapa acima nos ajuda a identificar os locais de cada acontecimento. O círculo em vermelho na parte de baixo representa o aldeamento de São João de Sendé. Enquanto o círculo vermelho de cima, mostra o aldeamento de S. Gonçalo. O ponto vermelho na altura mediana entre os dois aldeamentos está a cidade de Oeiras. E bem próximo de S. Gonçalo, está marcado o local da fuga e morte brutal dos indígenas entre a fazenda do Buraco e a fazenda do Jacaré.

Na primeira metade do século XIX temos conhecimento da terrível situação do que restou do aldeamento de S. Gonçalo através da descrição dos naturalistas Spix e Von Martius.

pequeno arraial com um quadrado de palhoças baixas em volta de uma capela em ruína, sede de uma colônia de índios 50 anos antes, sob o governo de João Pereira Caldas, avô do capitão-mor de Oeiras, João do Rego Castelo Branco havia batido diversas tribos que para os colonos ali isolados se tornavam então perigosas, com as suas constates correrias. Os vencidos 1.500 em números, foram segundo o costume reunidos em aldeias longe dos seus pousos nativos. Os Geicós foram aldeados na freguesia de Nossa Senhoras das Mercês, a Oeste de Oeiras. Os Timbiras Acuras e Goguês foram reunidos em São Gonçalo do Amarante. Estes três últimos gentios são designados pelos sertanejos com o nome comum de Gamelas. Encontramos apenas um resto desta colônia, antigamente importante. Certas doenças, especialmente as bexigas, haviam dado cabo de muitos, outros já desde muito tinham regressado a seus velhos retiros. O aspecto infeliz dos poucos índios, que vagavam aqui em sonhadora inércia, a falta de asseio e desordem das pobres

choças, assim como a falta de uma direção conveniente confiada agora a um soldado dado ao vício da embriaguez reforçaram a nossa convicção de que se deve considerar rara exceção uma feliz tentativa de colonizar indígenas¹⁰²

Apesar de as bexigas serem pouco mencionadas nos documentos referentes à capitania do Piauí é possível perceber que os indígenas foram os mais afetados com o flagelo desta doença. E para além das ameaças epidemiológicas, ainda padeceram os maus-tratos advindos da colonização e que deixaram um rastro de destruição assim como descrevem os viajantes Spix e Martius. Por toda a segunda metade do século XVIII, tem-se um acirramento dos conflitos entre índios e colonos. Durante a expansão da pecuária aos sertões, com a abertura de novas terras para a criação de gado vacum e cavalariço, interesses dos sertanistas e posseiros entram em violenta oposição com a política de evangelização empreendidas no interior dos aldeamentos. A ação colonial de empreender guerras aos índios, a conhecida “Guerra dos Bárbaros”, será o resultado dessas invasões em terras indígenas nos sertões da capitania do Piauí (POMPA, 2003:269).

2.2.1 “Sem médico, sem cirurgião, sem botica”

Em dezembro de 1788, a rainha D. Maria publicou um decreto no qual nomeava para ser o terceiro governador do Piauí, Francisco de Eça e Castro pelo período de três anos. D. Francisco saiu de Lisboa com destino a Aldeias Altas no Maranhão para de lá realizar o trajeto terrestre até a capitania do Piauí. As expectativas em torno de um novo governo para a capitania do Piauí eram as melhores, pois a população ansiava a chegada de um novo governador desde a saída de Botelho de Castro que retornou para a Lisboa, em 1775. Para receber o Francisco de Eça e Castro foi ordenado que os indígenas e escravizados limpassem a estrada real por onde passaria o então futuro governador. Porém, para surpresa de todos, no meio do caminho, precisamente na passagem de Santo Antônio no rio Parnaíba, espalhou-se a notícia de que D. Francisco sofria com a moléstia de sezão.

A historiadora Ângela Porto, explica que sezão causava principalmente “febre intermitente ou periódica, característica da malária, que tem acessos repetidos” (PORTO, 2008: 115). No diário de viagem, o governador de Moçambique, Francisco José de Lacerda, discutia, entre outros assuntos, a respeito do surgimento de sezões que estava associado ao uso de água

¹⁰² SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, Volume II, 2017. p.337. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/573991>

contaminada e ao clima.¹⁰³ De acordo com o Erário Mineral, livro publicado em 1735, por Luís Gomes Ferreira, podemos perceber que a doença se referia a febres intermitentes, em geral, associadas ao que conhecemos atualmente por malária.¹⁰⁴

O Governador do Maranhão, Fernando Pereira Leite de Fóios, que teve contato com D. Francisco, informou que ele havia saído do Maranhão com boa saúde, sugerindo que Francisco foi acometido pela doença no decorrer do caminho. Os primeiros cuidados ocorreram ainda em Santo Antônio, mas “logo que soubemos da sua moléstia de sezões complicadas com urgência mandamos imediatamente o professor Francisco José da Costa Alvarenga” cirurgião da cidade de Oeiras do Piauí, que levasse “os remédios próprios e adequados para preservar daquela queixa”.¹⁰⁵

Como o estado de saúde de D. Francisco só piorava e ele não tinha mais condições físicas de andar a cavalo, as autoridades locais emitiram “ordens para que a aldeia de S. Gonçalo e fazendas da estrada enviassem índios e escravos para conduzirem-no em rede mais que depressa a esta cidade [Oeiras do Piauí].” A notícia sobre a doença do futuro governador se espalhou pela região e o mestre de campo João Paulo Diniz, influente negociante da feitoria de Parnaíba “partiu violentamente com mais medicamentos para melhor dirigir este acontecimento”.

¹⁰³ Diário de viagem de Mossambique [SIC] para os Rios da Serra feito pelo governador do mesmo Rio o S.or Francisco José de Lacerda e Almeida. Tete, 21 de março de 1798. Com ofício de encaminhamento a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. Biblioteca Nacional. I-28.28.8. Coleção Martins, p. 52.

¹⁰⁴ FERREIRA, Luís Gomes. Erário Mineral dividido em doze tratados. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1735, p. 431.

¹⁰⁵ OFÍCIO do governo interino do Piauí, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a morte de Francisco de Eça e Castro, governador nomeado para a capitania do Piauí, e acerca das disputas de jurisdição entre os governos do Maranhão e do Piauí. 1789, setembro, 26, Oeiras do Piauí AHU-Piauí, cx. 14, doc. 16 AHU_CU_016, Cx. 18, D. 908.

Figura 1 - Sertanejo do Piauí Viajando

*Sertanejo do Piauí viajando.*

Fonte: SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, Volume II, 2017. p.325. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/573991>

Após “dez dias de febres contínuas”, D. Francisco Eça e Castro veio a óbito na estrada em direção a Oeiras. Nem o negociante João Paulo Diniz que levava os remédios, nem o cirurgião Francisco Alvarenga conseguiram chegar a tempo, visto que “tudo foi baldado porque na estrada tiveram a notícia da sua morte”. Mudaram a direção da viagem e seguiram para o local que havia sido o ponto de partida da viagem por terra, pois foram “sepultar em aldeias altas vinte léguas de distância daquele sítio deixando a todos contristados pelo desamparo”.

O governo interino do Piauí emitiu uma nota sobre o falecimento do futuro governador, no qual ressaltavam que no momento da sua doença, D. Francisco “se viu sem médico, sem cirurgião, sem botica e o que é mais, sem confessar tendo o pedido negligenciado por ele sendo esta consideração e vexame o que estreitou mais apressadamente a sua vida e os desgostos que o fizeram sair do Maranhão no dia 12 de agosto segundo as vozes que correm”.¹⁰⁶

O governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, Fernando Pereira Leite de Fóios, escreveu ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, um mês depois da morte de D. Francisco de Eça e Castro explicando que a sua

¹⁰⁶ AHU-Piauí, cx. 14, doc. 16 AHU_CU_016, Cx. 18, D. 908.

lembrança nasceu de não ter D, Francisco de Eça recebido nesta corte depois de nomeado para aquele governo uma só carta de atenção daqueles que ele ia governar, confessou-lhe ainda enquanto se demorou nesta capital [São Luís-MA] e no trânsito a Aldeias Altas a donde não achou pessoas alguma a recebê-lo e a cumprimentá-lo, achando os caminhos embaraçados e pouco dispostos como quem não esperavam o governador, tanto assim que na casa destinada para a residência do mesmo, **estabelecendo a enfermaria para os bexigosos**, sendo a mesma casa a que se paga pela fazenda real para o referido ministério¹⁰⁷

Notícias sobre as epidemias de bexiga no Estado do Maranhão datam do século XVII, como relatado na “*Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*” escrita pelo padre jesuíta João Felipe Bettendorff. A epidemia de bexigas no Maranhão teria se iniciado em 1695 e a causa foi atribuída a “um navio, trazendo negros de Angola, constatando que a bordo vinha um enfermo do terrível mal”.¹⁰⁸ Os relatos sobre as epidemias de bexigas no Maranhão são inúmeros e foi uma realidade comum no século XVIII. Segundo Toledo, a varíola foi uma das enfermidades que mais causou mortes no período colonial, atingindo proporções epidêmicas nos séculos XVII e XVIII devido, principalmente, ao processo de colonização, comércio e circulação intensa de autoridades coloniais, marinheiros, sujeitos escravizados, indígenas e de mercadorias. Tendo em vista que a doença era provocada por um vírus, o contato foi um dos fatores preponderantes para transmissão e, conseqüentemente, para o aumento desenfreado do contágio (TOLEDO, 2005: 60).

Na capitania do Piauí, são poucas as fontes que mencionam as bexigas. Na presente pesquisa encontramos apenas um documento sobre “a grande epidemia de bexigas que grassou esta cidade” no ano de 1767. Quem se referiu ao acontecimento foi Francisco José da Costa Alvarenga, cirurgião anatômico incumbido do curativo dos escravos do Real Fisco na Cidade de Oeiras, que informava ter dado “curativo e remédios a todos os doentes que curou gratuitamente e teve uma grande despesa” com a epidemia de bexigas.¹⁰⁹

¹⁰⁷ OFÍCIO do [governador e capitão-general do Maranhão e Piauí], Fernando Pereira Leite de Fóios, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a morte de D. Francisco de Eça e Castro, governador nomeado para o Piauí; 1789, outubro, 3, São Luís do Maranhão - Anexo: 2 docs. AHU-Maranhão, cx. nv 863 AHU_CU_016, Cx. 18, D. 910.

¹⁰⁸ É importante ressaltar que atribuir o início de uma epidemia a um escravizado e culpabilizar os africanos como vetores de doenças foi algo bastante recorrente durante muito tempo. Isso fazia com que esses sujeitos que já eram marginalizados na sociedade, fossem ainda mais excluídos. Um exemplo dessa atribuição das doenças aos escravizados traficados da África para o Brasil é a tese médica de Otávio Freitas “As doenças africanas no Brasil” escrita em 1935 onde apresenta uma série de doenças que, de acordo com o autor, foram introduzidas por africanos no Brasil.

¹⁰⁹ OFÍCIO (cópia) do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Anexo: 12 docs. [post. 1768, julho, 14, Oeiras do Piauí] - AHU-Pará, cx. nv 741, 745 AHU_CU_016, Cx. 10, D. 596.

No mesmo ano, a capitania vizinha também sofria uma grave epidemia. O governador do Maranhão Joaquim de Melo e Póvoas relatou que “nesta capitania houve uma grande epidemia de bexigas que levou grande parte dos índios que foi a qualidade de gente em que se fez maior impressão e ainda hoje labora nas vilas de Monção e Viana.”¹¹⁰ Dois anos mais tarde, o governador escreve outro ofício para explicar que a falta de farinha vivenciada na capitania era decorrente “da terrível epidemia de bexigas que houve nos anos de 1766 e 1767 e só agora é que se sente o seu efeito porque esse era o ano de se desfrutar as roças que então deixaram de fazer”.¹¹¹ Como as relações comerciais entre a capitania do Maranhão e capitania do Piauí eram constantes, podemos perceber que não foi apenas uma coincidência que a epidemia de bexigas tenha grassado em ambas as localidades no mesmo ano, mas fruto dos contatos entre os sujeitos que influenciou no aumento do contágio.

Algo que nos chama a atenção é o relato do primeiro governador da capitania do Piauí, João Pereira Caldas, que governou entre 1759-1769, a respeito da epidemia de bexigas. Em 1777, quando João Pereira Caldas já tinha deixado o cargo de governador no Piauí e assumido a função de governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro escreveu à Junta de Justiça da cidade de Belém informando que quando foi governador na capitania do Piauí não vivenciou nenhuma epidemia.

Nesta situação, algumas autoridades estavam discutindo sobre a necessidade de colocarem cercados em volta dos cemitérios de Belém para evitar a propagação da epidemia de bexigas e para que os animais não invadissem e desenterrassem os corpos. Quando João Pereira Caldas argumentou que não tinha muros nos cemitérios do Piauí e não havia a proliferação de bexigas, o bispo do Pará proferiu a seguinte resposta,

Respondi eu ao dito Procurador do Concelho que eu não mandava benzer o tal Cemitério, sem ao menos o cercarem de paus à roda, porque de outra sorte iriam os cães e as feras desenterrar os corpos para os comerem, entrariam os gados a pastar em cima, e outras indecências indignas da piedade cristã, que se deve usar com os que morrem no gremio da Igreja Católica. Contatou ao Governador esta resposta, e veio na mesma tarde ter comigo, dizendo-me, que mandasse benzer o Cemitério, porque no Piauí vira muitos, sem estarem cercados nem de parede, nem de madeira. Respondi com muita mansidão, que o Piauí era um país, ainda quase todo bárbaro, e pouco cristianizado, que não podia servir de exemplo para se praticar o mesmo em uma Cidade Episcopal, e Cabeça de um governo, como é esta de Belém do Pará¹¹²

¹¹⁰ OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas. 20 de junho de 1767, Maranhão AHU_CU_009, Cx. 42, D. 4178.

¹¹¹ Idem.

¹¹² Ofício do bispo do Pará, D. fr. João Evangelista Pereira da Silva, para o secretário de Estado dos Negócios do Reino, visconde de vila Nova de Cerveira, D. Tomás Xavier de Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles d Silva, sobre a necessidade de se construir um cemitério na vizinhança da cidade de Belém do Pará, em virtude do elevado

Temos conhecimento que no ano de 1767 a capitania do Piauí sofreu com uma grave epidemia de bexigas como conta o cirurgião Francisco Alvarenga. Nesse período, quem assumia o governo era João Pereira Caldas, mesmo assim, afirmou dez anos depois que nunca tinha vivenciado uma epidemia no Piauí. Como uma epidemia é um evento bastante marcante, sobretudo a doença de bexigas que tinha uma alta taxa de mortalidade e quem sobrevivia ficava com graves sequelas se torna algo difícil de esquecer vivenciar um trauma dessa natureza, principalmente, para quem estava assumindo um cargo de poder na época. A partir da leitura das fontes, sugerimos que Pereira Caldas queria apenas arregimentar argumentos, mesmo que fossem inverídicos para convencer o bispo a benzer o novo cemitério, pois o D. fr João estava relutante em realizar tal ato religioso e só o faria quando murassem o cemitério.

2.3 Clima e alimentação

Comem estes homens só carne de vaca com laticínios e algum mel que tiram pelos paus, a carne ordinariamente se come assada, porque não há panelas em que se cozinhe, bebem água de poços, sempre turba e muito salitrada. Os ares são muito grossos e poucos sadios, desta sorte vivem estes miseráveis homens vestindo couros e parecendo tapuias.¹¹³

O trecho dessa fonte levanta três aspectos principais: a alimentação dos homens e mulheres dos sertões do Piauí, a descrição de um ambiente pouco sadio e uma associação negativa em relação aos povos indígenas, algo que já não é novidade, pois as narrativas coloniais descrevem quase sempre de uma forma desfavorável. A partir de uma primeira leitura, as informações presentes na fonte podem parecer simples e diretas, porém há questões fundamentais que valem a pena explorar.

Primeiro em relação à alimentação, no que tange o uso mel, por exemplo, para ele ser extraído necessitava de um conhecimento especializado que só poderia vir dos povos indígenas. Primeiro havia o trabalho de encontrar uma árvore com colmeia, depois seguir a direção do voo das abelhas até o seu destino para então conseguir localizar o potencial alimento. No Paraná, Paraguai, Minas Gerais e Rio de Janeiro podemos encontrar narrativas parecidas sobre como

número de pessoas falecidas devido a uma epidemia de bexigas, informando que apenas benzeria o novo cemitério depois de ele se encontrar cercado por um muro. 15 de setembro de 1777. AHU-Pará -ACL-CU_013,Cx.77, D. 6449.

¹¹³ Padre Miguel de Carvalho. Descrição do sertão do Piauí, 2 de maio de 1697, p. 216.

os indígenas seguiam “a cavalo, para acompanhar com os olhos as abelhas em voo e, abandonando o animal, no momento que lhes parecem propício, dirigem-se à colmeia” (HOLANDA, 1995: 44).

As abelhas proporcionavam além do mel, a cera. E todos juntos (abelha, mel e cera), misturados a água, dava origem a um líquido “que se deixa fermentar, fica uma bebida embriagante, que os faz alegres, e furiosos. Ainda fazem outra bebida mais espirituosa com batatas, e raiz de mandioca pisadas, e deitadas de infusão até o ponto de fermentação”.¹¹⁴ Sérgio Buarque de Holanda levanta a teoria de que locais onde dominava a alimentação animal, existia o consumo de mel. Apesar de o autor ressaltar que essa teoria não era uma regra absoluta e que poderia haver exceções, ela se aplica muito bem para a capitania do Piauí que tinha uma alimentação majoritariamente de origem animal, além de fazerem uso do mel (HOLANDA: 43).

Em relação aos “ares grossos e poucos sadios” conforme escreveu o Padre Miguel de Carvalho, trata-se de uma visão que perdura praticamente durante todo o século XVIII. O governador do Piauí, José Teles, descreve que o ar era maligno.¹¹⁵ Em 1772, o ouvidor José Morais Durão, caracteriza o ar da vila da Parnaíba como corrompido e coloca em contraponto com a vila do Parnaguá que por ter uma localização geográfica favorável “fica em uma planície e goza de melhores ares”.

Relata ainda alguns casos que nos chamam a atenção. Segundo o ouvidor “quem vive naquele distrito tem melhor saúde e se chega à mais avançada idade. Atualmente tem três homens, dos quais um tem 110 anos, outro 112 e o terceiro 120. O clima não é tão cálido”. Exagero ou não, o que podemos presumir é que o clima era visto como um fator preponderante para uma boa saúde e a depender do clima poder-se-ia ter uma vida longa ou o oposto disso.¹¹⁶

A relação entre clima e doenças era uma descrição comum nos setecentos em diferentes regiões. O cirurgião Luiz Ferreira registrou no *Erário Mineral* como as condições climáticas, alimentação e habitações em Minas Gerais eram fatores que incidiam diretamente no surgimento de doenças. Para o cirurgião “não só o clima [do Brasil] é diferente, mas a causa das enfermidades e os humores que produzem, por razões dos mantimentos e habitações que assistem e se exercitam, assim os pretos como os brancos”.¹¹⁷

¹¹⁴ CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasílica ou Relação Histórica e Geográfica do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1817 p.228

¹¹⁵ AHU-PIAUI - ACL_CU_016 cx. 13, doc 34. 13 fev. 1786.

¹¹⁶ AHU - PIAUÍ, Cx. 10, doc. 17/AHU_ACL_CU_016,Cx.12, D. 864. p. 556

¹¹⁷ FERREIRA, Luís Gomes. *Erário Mineral* (1735). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. 2v. (Edição Organizada por Júnia Ferreira Furtado). p.229.

O entendimento da época era que as condições da natureza influenciavam até mesmo na qualidade dos alimentos, o ouvidor Durão, afirmava que havia uma predileção dos habitantes pelos peixes do rio da vila do Parnaguá, já que uma das suas características era “não ser muito nocivo à saúde porque o atravessa o rio Paraim que todo ano corre”.

Assim como o clima quente, típico da região, provocava um ambiente pouco sadio, o clima chuvoso dificultava o comércio. O Governador Gonçalo Botelho de Castro, escreve em 1775 para informar que não está “saindo este ano boiadas das fazendas que administram os regulares proscritos nesta capitania pela insólita eternidade desde inverno que fez os caminhos e travessias absolutamente impraticáveis”.¹¹⁸ O inverno prolongado e as chuvas fortes causavam as enchentes dos rios que deixava o solo úmido. Esse ambiente era considerado extremamente propício para as doenças.

O clima incidia diretamente não apenas no desenvolvimento do gado vacum e cavalariço, mas também na produção de alimentos. A seca era um fator de instabilidade econômica na capitania do Piauí podendo causar a morte de milhares de sujeitos devido à fome. Como a “grande seca” de 1792 que foi “o principal motivo da falta de farinha”. A Junta de Governo enviou uma carta ao tenente-coronel e diretor do aldeamento de índios, João do Rego Castelo Branco, para providenciar soluções que amenizassem a fome sofrida não apenas pelos indígenas, mas por todos os moradores. Para descrever a situação, dizia que “era, contudo, muito grande a fome na aldeia; porque desse diminuto gado que lhe dava, já sem farinha comendo a um só dia da semana.”

Uma das recomendações era disponibilizar pequenos pedaços de terras para que pudessem plantar “mandioca, arroz, milho, feijão, abóboras, e toda a mais qualidade de legumes que possa acudir com mais facilidade a fome”.¹¹⁹ Outra providência foi a verificação dos moradores da capitania. Como havia muitas invasões de pessoas que saíam do Pernambuco e Ceará para morar no Piauí, a solicitação de passaportes foi uma medida adotada durante a seca para tentar reduzir o número de habitantes.

Os moradores estavam se queixando de indígenas e forasteiros estarem roubando e matando seus gados, sem permissão, devido a fome, mas que isso não deveria acontecer “por não ser justo”. Segundo Capistrano de Abreu, a alimentação de quem morava nas zonas de

¹¹⁸ Arquivo Público do Piauí (APEPI) – Códice 149, Seção de Manuscritos – Correspondências ao General do Estado (1770-1781). 16 de maio de 1775. Pág. 42

¹¹⁹ Arquivo Público do Piauí – APEPI Carta ao Tenente Coronel João do Rego Castelo Branco, Oeiras do Piauí - 27 de outubro de 1792 cód 153 p. 101 a 103.

criação de gado consistia principalmente em carne e leite. Em períodos de seca e fome se tornavam animais ainda mais valiosos e cobiçados (ABREU, 2000: 217).

Tendo em vista a grave situação de fome da população, a junta de Governo solicita que as aulas dos indígenas fossem suspensas devido à falta de alimentos. Esse problema acabou impulsionando o deslocamento de grupos indígenas que saíam à procura de novas povoações com a esperança de conseguirem melhores condições de vida. As chuvas só iniciariam em setembro de 1793, ano em que começa, aos poucos, a melhora dessa situação.

Em junho de 1778, é registrado a entrega de uma remessa de farinha produzida pelos Acoroás na cidade de Oeiras. No retorno para o aldeamento, os Acoroás levaram alguns medicamentos remetidos pela Junta de Governo “a fim de prevenir o curso de algumas moléstias que os atacavam... e acaso não bastem irão mais”. Dois meses depois foi entregue a segunda remessa de farinha que chegou com atraso devido a um levante dos indígenas Gueguês. Aparentemente as moléstias das quais os indígenas padeciam no aldeamento não cessaram neste período de dois meses, pois “os condutores de farinha” da segunda remessa, retornam com mais medicamentos (MIRANDA, 2004: 65). A farinha era um produto bastante utilizado e um potencial alimento, principalmente para os doentes que tinham sua alimentação baseada em caldos de tapioca, mingau de carimã e rações de farinha. Desde o século XVI a farinha era utilizada pelos indígenas para colocar nas “feridas podres da pele pois a deixava limpa.”¹²⁰

O dever de providenciar a alimentação para os escravizados era uma discussão bastante recorrente no período colonial. Em 1711, Antonil escreve que “no Brasil costumam dizer que para o escravo são necessários três P. P. P. a saber, pão, pau e pano” e “não convém que sejam esquecidos nas doenças, deve o senhor dar suficiente alimento; mesinhas na doença, e modo, com que decentemente se cubra e vista”.¹²¹ A historiadora Ana Viotti ao pesquisar sobre a obrigação legal e moral de alimentar os escravos no Brasil colonial, destaca o consumo de água, farinha e laranjas como uma recomendação constante “para que nutrissem os corpos e sanassem doenças” (VIOTTI, 2019: 9). Isso porque “mesmo antes da identificação do ácido ascórbico - a vitamina C - e do estabelecimento da sua relação com o escorbuto ou mal de Luanda, a fruta já era indicada como imprescindível” (VIOTTI, 2019: 9).¹²²

¹²⁰ SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Tipografia de João Ignácio da Silva, 1879, p. 158.

¹²¹ Cultura e Opulência, p. 34.

¹²² OFÍCIO do governador e capitão-general de Angola, José Gonçalo da Câmara, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, referindo a entrada no porto de Luanda do navio Santo António Neptuno, comandado pelo tenente Dionísio Ferreira Portugal, mencionando o carregamento de laranjas e de mais frutas para prevenir o escorbuto que grassava na embarcação. São Paulo da Assunção [de Luanda], 12 de junho de 1781. AHU-Angola, cx. 64, d. 24.

Como podemos perceber há uma íntima relação entre doenças e alimentação, dado que a dieta de um enfermo era essencial para a recuperação da sua saúde. Em 1776, o governador do Maranhão e Piauí, Joaquim de Melo e Póvoas, escreve sobre os alimentos que deveriam ser dados aos doentes do Hospital Militar do Piauí onde eram curados principalmente os soldados do regimento do Maranhão e do Piauí, mas também os escravizados da Real administração.¹²³

Para além dos agentes responsáveis pela administração do hospital, havia um cirurgião, um enfermeiro, uma lavadeira e um cozinheiro destinados ao trato dos doentes. Apesar do cozinheiro não ter seu nome revelado no documento, sabemos que era um indígena contratado pelo provedor da real fazenda e tinha direito a um salário e a uma “ração” a mesma que “também se deve diariamente dar a cada um [dos doentes]”. Para além do cozinheiro, era necessário contratar outra pessoa que ficasse responsável apenas por levar ao hospital “as galinhas, assim como a farinha, açúcar, aguardente do reino e da terra, vinho, ovos, arroz, doce, sal e outras coisas semelhantes de que no dito então hospital necessitar”.¹²⁴

A alimentação dos doentes era rigorosa, tanto em relação ao horário, como em quantidade. A depender da doença diagnosticada, o médico ou cirurgião tinha autonomia para modificar e passar uma dieta específica para cada caso. Entretanto, a ração, como era chamada as refeições dos enfermos, geralmente eram compostas por

3/4 de galinha por dia, a cada um daqueles que o cirurgião mandar comer e de 2 libras de carne fresca ou uma libra e meia seca a cada um dos outros que o mesmo cirurgião determinar o uso de semelhante mantimento se deve igualmente dar por dia a ração de um prato de farinha regulado em tal forma¹²⁵

O enfermeiro e os serventes (lavadeira e cozinheiro) poderiam comer apenas uma porção de farinha e outra de carne fresca por dia e com quantidades iguais. Tanto a carne fresca, como a carne seca eram recolhidas no açougue da cidade de Oeiras e o controle dos gastos era encargo do administrador que ficava responsável por recolher os recibos. Eram disponibilizadas aos doentes duas refeições ao dia, a primeira às 11 horas da manhã e a segunda às 18h da noite, não era permitido alterar “essa ordem sem que o cirurgião determine o contrário a respeito de algum doente que se deve dar de comer em horas diferentes”.

Era necessário ter disponível no hospital alguns produtos que não faziam parte da “ração”, mas que poderiam ser receitas pelo cirurgião, como: farinha, pão do reino, açúcar,

¹²³ AHU-Piauí, cx. 8, doc. 15 AHU_CU_016, Cx. 13, D. 741.

¹²⁴ Idem, 1776.

¹²⁵ Idem, 1776.

arroz, ovos, doce, vinagre, azeite do reino, vinho, aguardente do reino e da terra, leite e outras coisas semelhantes”.

A possibilidade de receitar alimentos no trato dos doentes, aponta o quanto a alimentação influenciava a condição de saúde das pessoas. Como já discutimos é possível identificar doenças que eram causadas justamente pela ausência de determinados alimentos no organismo como exemplo o escorbuto. Essa discussão vai ganhar espaço principalmente nas teses médicas do século XIX e também em alguns relatos de viajantes que identificavam algumas patologias relacionadas a carências alimentares (AMANTINO, 2007: 1988).

Capistrano de Abreu, ao mencionar a alimentação dos escravizados que moravam no litoral, afirmava que era baseada principalmente de peixes e mariscos, em contraposição aos sujeitos das “brenhas do interior” sugerindo que as dificuldades para conseguir se alimentar nos sertões eram superiores aos moradores próximos dos mares. O problema de análises generalizantes, como está, é nos impedir de compreender as particularidades de cada contexto (ABREU, 1930: 75).

No testamento de Domingos Afonso Sertão¹²⁶, por exemplo, o sertanista deixa expresso que 14 dos seus escravizados deveriam ganhar a alforria, a partir do qual ficariam “forros e livres de toda a escravidão”, assim como receberiam um valor por recompensa dos bons serviços prestados. Esse fato não era extraordinário no sistema escravista e é possível encontrar relatos como esse em diversas regiões do Brasil. Isso não significa dizer que os senhores de escravos eram benevolentes, mas que a escravidão era composta por múltiplas facetas de tal modo que não conseguimos simplificar o seu conceito. Além disso, “era comum os mais afortunados estenderem a mão à caridade para terem assegurados a salvação da alma e um lugar no reino dos céus” (MIRANDA, 2017: 413).

Dessa forma, não era difícil encontrar na capitania do Piauí e Maranhão negros e negras bem vestidas, com muitas posses e com condições de ter acesso a uma boa alimentação. Tinham os escravizados que trabalhavam no trânsito comercial de gado vacum e cavalari e andavam por vários espaços, o que possibilitava mais facilidade de constituir agenciamentos que trazia autonomia para o trabalho que exercia. Mas havia também aqueles que viviam em péssimas condições e se alimentavam “das entranhas das reses e dos ossos que ficam mal encarnados”, buscando nos matadouros de gado uma forma de conseguir o mínimo para se alimentarem. Há relatos de aldeamentos indígenas onde as pessoas passavam fome e invadiam as fazendas para

¹²⁶ Testamento de Domingos Afonso Sertão - Bahia, 12 de maio de 1711. Disponível em: ALENCASTRE, J. M. P. de. Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015, 4. ed.

roubarem e matarem o gado para se alimentarem. Os discursos são inúmeros e não seguem um padrão, de tal modo que análises generalistas não se encaixam, nem nos servem para compreender os diversos contextos do sistema escravista.

Figura 2 - Mulheres negras



Fonte: Coleção dos usos e costumes de alguns habitantes da cidade de S. Luíz (sic) do Maranhão¹²⁷, copiadas do Natural por J.C. Guillobel, em 1820. Disponível na biblioteca digital Brasileira:

<https://digital.bbm.usp.br/browse?type=author&value=Guillobel%2C+Joaquim+Cândido%2C+1787-1859>

¹²⁷ Apesar das imagens terem sido produzidas no início do século XIX em São Luís do Maranhão, são úteis para essa pesquisa no sentido de apresentar para o leitor como eram aqueles compunha a maioria da sociedade do Maranhão, mas também do Piauí.

Figura 3 - Interior de uma casa de baixo povo



Fonte: Coleção dos usos e costumes de alguns habitantes da cidade de S. Luíz (sic) do Maranhão”, copiadas do Natural por J.C. Guillobel, em 1820. Disponível na biblioteca digital Brasileira: <https://digital.bbm.usp.br/browse?type=author&value=Guillobel%2C+Joaquim+Cândido%2C+1787-1859>

Os registros visuais, sobretudo, gravuras e pinturas de viajantes que percorreram os sertões entre os séculos XVIII e XIX, apesar de escassas são umas das poucas fontes possíveis para visualizarmos como era o cotidiano, as feições, hábitos, vestimentas, moradia e costumes dos sujeitos daquela época. Em relação às fontes iconográficas, especialmente interessada em representar os sujeitos do Piauí e Maranhão, até o presente momento, só temos conhecimento das pinturas do português e militar Joaquim Cândido Guillobel.¹²⁸

De acordo com Sílvia Hunold Lara, as roupas e os tecidos eram símbolos da presença ou ausência de poder e riqueza, essa situação é denominada pela autora como “linguagem visual das hierarquias sociais” (LARA, 2007: 92). As determinações legais que vigoravam nas colônias portuguesas da América se fundamentavam na necessidade de deixar explícito o

¹²⁸ Guillobel teve uma atuação de destaque no Brasil do século XIX, nasceu em Lisboa em 1757 e chegou ao Rio de Janeiro em 1808 para trabalhar na casa da moeda. Quatro anos depois ingressou como tenente no Corpo de Engenheiros e desenhista do Arquivo Militar nesse período começou a fazer desenhos urbanos do Rio que eram utilizados como cartões postais. Em 1819 ele é transferido para a província do Maranhão.

reconhecimento das distinções sociais. Em uma sociedade onde a maioria das pessoas eram analfabetas a condição social dos indivíduos deveriam ficar clara a partir do vestuário.

2.4 Uma gravíssima epidemia na vila da Parnaíba

Como vimos no capítulo anterior, a pecuária não era uma economia secundária no contexto de exploração da Coroa Portuguesa. Muito pelo contrário, na engrenagem da economia colonial o gado *vacum* e cavalari eram peças fundamentais para o funcionamento do empreendimento português. Porém, o desenvolvimento dessa atividade econômica exigia, no mínimo, locais adequados, mão de obra e um clima compatível.

Por mais que houvesse o desejo dos sesmeiros em ampliar o número de fazendas de gado, questões naturais interferiam diretamente no processo de colonização. Além disso, para lidar com o gado e a terra, exigia-se conhecimento especializado por parte daqueles que eram responsáveis pelo manejo do gado e da terra, ou seja, os escravizados e indígenas.

A soma entre necessidade de ocupação, exploração da mão de obra indígena e intensificação do processo de incorporação das fazendas de gado *vacum* e cavalari na dinâmica Atlântica do comércio de escravos fazia com que agentes externos circulassem com mais intensidade nesses espaços. Nesse ambiente, as epidemias ganhavam um destacado papel.

Para abastecer o mercado interno e externo a partir do comércio de carnes e de couro foram necessários a ampliação de espaços propícios para facilitar a criação e transporte próximos às áreas de exportação. Esses locais eram conhecidos como matadouros ou oficinas e a forma como sacrificavam esses animais eram chamadas de matança.

Em 1772, o ouvidor Durão escreve a *Descrição da Capitania de São José do Piauí* e quando se refere à vila da Parnaíba, destaca as oficinas e o comércio de carnes naquela região, mas o que realmente lhe chama a atenção são as epidemias que ali reinavam todos os anos advindas daquela atividade comercial.

Como o principal negócio que nela se faz consiste nos gados que se matam nas feitorias e estas ficam arrimadas à vila, é natural padeçam as epidemias que quase todos os anos se experimenta, porque o fétido que causa o sangue espalhado e mais miúdos de tantos milhares de reses que se matam no pequeno espaço de um até dois meses, corrompe o ar com muita facilidade e produz o dano apontado. As moscas e outras savandijas são tão inumeráveis que causam inexplicáveis moléstias aos habitantes e isto mesmo há de suportar precisamente toda a pessoa que vai de fora porque só no tempo de verão se pode caminhar por aquele distrito, pois de inverno por ser baixo, e alagadiço, se cobre de lagoas e faz absolutamente impraticáveis os caminhos de sorte que

o povo se tem visto na consternação de padecer algumas fomes por aquela causa, no referido tempo e assim é o da matança da referida vila.¹²⁹

Atribuir a contaminação de doenças ao “ar corrupto” era algo comum no século XVIII. Os miasmas eram emanações invisíveis e que atacavam fortemente o corpo humano, geralmente atribuída a odores fétidos, resíduos em decomposição, dejetos etc. (CORBIN, 1987). No dicionário do século XVIII, de Rafael Bluteau, miasmas eram: “partículas, ou átomos, que saem dos corpos podres ou venenosos, e entrando no corpo animal causam doenças”.¹³⁰

No final do século XIX não há uma mudança significativa na definição. No *Dicionário de Medicina Popular* escrito pelo médico Napoleão Chernoviz, define miasmas como o “ar insalubre e mortífero que deles esteja infectado cujas fontes são felizmente conhecidas e que podemos evitar ou destruir” (CHERNOVIZ, 1890).

Foi nesse sentido de tentar evitar ou destruir o foco causador dos ares contaminados, que o Governador José Teles intervém em forma de ofício para informar ao Secretário da Marinha e Ultramar sobre as constantes epidemias que tinham alta taxa de mortalidade na vila da Parnaíba. O pedido era que as oficinas de matança fossem transferidas para um local mais afastado. O argumento era que se os matadouros fossem para longe, o ar não seria corrompido com as doenças relacionadas à morte do gado, ao sangue fétido, às larvas e insetos que surgiam.

Apesar daqueles locais serem um espaço de trabalho, comercialização e fonte de sobrevivência de muitos moradores daquela vila, a matança de gado era vista como um foco de disseminação de doenças e muitas epidemias. De acordo com Teles,

a maior parte dos que morrem no tempo das matanças são de febres podres, tão violentas que dentro de três dias vão a sepultura, cuja natureza de febres justamente se devem atribuir a infecção do ar maligno que respiram aqueles desgraçados habitantes. E como também consta que pela situação em que se acham na dita vila as oficinas de Matança de gados que nelas se fazem jus de todos os anos o haver uma gravíssima epidemia entre os seus moradores em grave prejuízo do aumento da mesma.¹³¹

Mesmo com os alertas de José Teles sobre a gravidade das doenças e relatar a grande quantidade de mortos em pouco tempo, nos quais teriam morrido nos últimos dias “trezentas e quatrocentas pessoas e que não deixa chegar aos que ali nascem a mais de sete e oitos anos de sua idade”, nem todas as pessoas da vila concordavam com o seu posicionamento.

¹²⁹ OFÍCIO do ouvidor do Piauí, António José Morais Durão, 15 de junho de 1772. AHU-Piauí, cx. 10, doc. 17 AHU_CU_016, Cx. 12, D. 684, p. 563 e AHU-Piauí, cx. 8, doc. 15 AHU_CU_016, Cx. 13, D. 741.

¹³⁰ BLUTEAU, Rafael. *Dicionário Língua Portuguesa*. Século XVIII, p. 81.

¹³¹ AHU-Piauí, cx. 8, doc. 15 AHU_CU_016, Cx. 13, D. 741.

Joaquim Miranda Rebelo contestou o ofício de José Teles, escrevendo outro documento relatando que as epidemias não eram, de forma alguma, fruto do comércio de gado. E rebate as acusações afirmando que a principal causa da epidemia “era ocasionada pelas águas que ficavam estagnadas pelas anuais inundações dos referidos rios Parnaíba e Iguaraçu”.¹³²

Não conseguimos encontrar mais informações sobre esse sujeito, mas possivelmente, era alguém que se beneficiava com a atividade exercida nas oficinas de matança, considerando a forma que intervém na solicitação de mudança de local do matadouro.

Entretanto, o posicionamento de Rebelo sobre os rios tem seu fundamento. No próprio ofício escrito por José Teles, deixa claro que os rios eram um aliado muito útil, tanto para sobrevivência, como para facilitar os deslocamentos das pessoas, mas de fato poderiam se tornar um ambiente propício para as doenças, pois quando ocorriam as enchentes a terra ficava úmida e, com o clima quente típico da região, facilitava a propagação de doenças.¹³³ Porém, esse argumento não invalida a situação epidêmica pela qual passavam as pessoas daquela vila, principalmente os escravizados que eram os sujeitos que lidavam diretamente com o trato e manejo do gado, além de se alimentarem dos restos e ossos das carnes que não serviam para venda ou consumo, uma vez que a “desesperada ambição” dos comerciantes é tão grande que toda a carne vai para o comércio, enquanto os açougues da cidade ficam vazios.¹³⁴

Nesse contexto, os escravizados e indígenas foram os sujeitos que mais sofreram com as doenças, principalmente porque eram os responsáveis por lidar diretamente com o trato do gado. Na historiografia da escravidão e da saúde, é comum os trabalhos apontarem, tendo como base as fontes históricas, que os escravizados e povos indígenas eram os principais alvos das doenças (GOMES; PIMENTA, 2016).

¹³² AHU-Piauí, cx. 8, doc. 15 AHU_CU_016, Cx. 13, D. 741.

¹³³ Os rios faziam parte da paisagem natural do Estado do Maranhão e Piauí. Através da extensa rede hidrográfica foi possível não só a manutenção das vidas dos povos indígenas e dos colonizadores, mas também a manutenção do comércio, da expansão e do domínio das terras. Os movimentos e circulações de pessoas eram realizados junto ao fluxo dos rios, em consequência, as doenças também acompanhavam esse mesmo fluxo, disseminando-se rapidamente. A antropóloga Dominique Buchillet faz discussões bastante interessantes sobre a natureza das doenças que acometeram os povos indígenas na Região do alto Rio Negro. Em seu artigo ela conta que os viajantes (Spix e Martius 1831:262) relataram uma alta taxa de mortalidade de indígenas no Rio Negro e o despovoamento das localidades próximas aos rios, devido as “virulentas febres intermitentes”. BUCHILLET, Dominique *Colonization and Epidemic Diseases in the Upper Rio Negro Region, Brazilian Amazon (Eighteenth-Nineteenth Centuries)*. *Boletín de Antropología Universidad de Antioquia* [en linea]. 2018, 33(55), 102-122. Na dissertação de mestrado de Roberta Martins defendida em 2017 na UFPA, a autora apresenta que na segunda metade do século XVIII houve um maior índice de mortalidade de sarampo dos indígenas que estavam em aldeamentos próximo ao Rio Solimões e ao Rio Negro. MARTINS, Roberta Sauaia. “*Do sarampão as perniciosíssimas bexigas*”: epidemias no Grão-Pará setecentista (1748-1800). Orientador: Antonio Otaviano Vieira Jr. 2017. 256 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10661>

¹³⁴ Ofício do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, José Teles da Silva, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre uma descrição do comércio de carnes.... (Arquivo Histórico Ultramarino, Piauí) ACL_CU_016 cx. 13, doc 34. 13 fev. 1786.

Identificam-se inúmeros motivos, como descaso e falta de cuidados com a saúde desses indivíduos – tendo em vista que eram tratados como mercadorias – as péssimas condições de trabalho, de moradia, alimentação e higiene, entre tantos outros fatores. Apesar de as doenças não atingirem apenas um determinado grupo, estes eram os que mais sofriam, principalmente com bexigas – também conhecidas como varíola –, febres, diarreia, estupor etc. Além desses sujeitos não terem sua saúde priorizada, era o lucro que vinha em primeiro lugar e havia quem lucrasse muito com as oficinas de matança, apesar do flagelo das epidemias.

Ser um comerciante era uma atividade altamente lucrativa. Podemos citar como exemplo, o negociante da vila da Parnaíba, João Paulo Diniz conhecido por ter aberto

um novo caminho para a extração dos referidos gados; levantando oficinas nas margens do dito rio Parnaíba oitenta legoas acima da sua foz; onde os reduz a carnes secas que carrega em barcas pelo mesmo rio até a dita vila para daí serem reexportadas à Bahia, Rio de Janeiro e Pará.¹³⁵

Diniz permanece nesse negócio por bastante tempo, já que seis anos mais tarde é citado em outro documento pelo governador Teles como um exemplo de negociante abastado daquela região. Os negociantes muitas vezes não atuavam em um único ramo do comércio, mesmo porque o tráfico de escravizados era realizado concomitante a outras atividades comerciais. Em 1785, o governador José Teles escreve novamente para o Secretário da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, para falar sobre os prejuízos causados pela navegação das sumacas que vinham com escravos do Pernambuco e da Bahia para o porto do Maranhão.

O mesmo governador Teles reclamava que essas capitâneas enviavam para o Maranhão apenas os escravizados que não conseguiam vender. Os sujeitos que mandavam eram

ou infeccionados de doenças e epidemias de bexigas mal cruel e mortífero ou ladrões e malfeitores que vem cometer os seus vícios e crimes, (...) e que produz um grande dano ao bem público pelo aumento dos malfeitores. É gravíssimo o prejuízo aos compradores porque ou morrem das moléstias de que vem infeccionados ou fogem e são presos pelos malefícios que cometem vindo do que a ressaltar que a lavoura não tem aumento e os lavradores a perda certa do desembolso difundiu o que poderiam aproveitar melhor aplicando seu dinheiro para comprar melhores Escravos e mais sãos que lhes não fossem estes.¹³⁶

A dinâmica econômica e política daquela região, assim como as outras sociedades coloniais, era atravessada pelos contatos e movimentação constante de pessoas para realizar o comércio, seja com o tráfico de escravos ou pela venda, compra e troca de mercadorias, logo

¹³⁵ “ROTEIRO do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí”. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo LXII. Vol. 99. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900. p. 60 – 161.

¹³⁶ AHU-Piauí, cx. 8, doc. 15 AHU_CU_016, Cx. 13, D. 741.

isso se tornou um grande problema, frente as constantes epidemias que enfrentavam, pois, a doença além de afetar os corpos, afetava também o comércio interno e com outras localidades.

O gado vacum e cavalar ao mesmo tempo em que eram fonte de alimentação e sustento da população, também foram motivo de epidemias perversas que tiraram a vida de inúmeras pessoas. O problema das epidemias anuais causadas pela matança do gado afetou a dinâmica social, econômica e sanitária de suas regiões produtoras, sobretudo das vilas coloniais. Caso as oficinas de matança permanecessem próximas aos portos de exportação, facilitaria o comércio, contudo, essa facilidade potencializava o contágio e propagação das doenças, o que resultaria em mortes da população.

Esse problema levou a um debate que se estendeu durante meses entre as autoridades coloniais. Por mais que fosse perceptível que as matanças do gado eram um sério problema sanitário, a proposta do Governador José Teles de transferir a oficina para outro local encontrou obstáculos. Se foi transferida ou não, infelizmente não temos conhecimento de documentos que nos mostre o desfecho dessa história. Mas conseguimos perceber como as doenças causadas pelas oficinas de matança se constituíram em problemas que afetaram não apenas a saúde dos indivíduos, levando muitas pessoas a óbito, mas também alteraram questões sociais, econômicas e políticas.

Dessa forma, pensar todas as configurações geográficas, comerciais, demográficas, sociais, econômicas e políticas que surgiram devido a produção do gado vacum e cavalar nas fazendas do Piauí é possível compreender o funcionamento daquela sociedade. Podemos analisar como, através de atividades humanas, esses animais modificaram a paisagem natural daquela região e refletir que ao mesmo tempo o gado poderia ser uma fonte de alimentação e sustento dos habitantes fornecendo carne e leite e uma participação lucrativa no comércio de charque e couro, como também ser associado a epidemias perversas que tiravam a vida de inúmeras pessoas.

CAPÍTULO 3 - “COSTUMADAS E CASEIRAS MEDICINAS”: SABERES E PRÁTICAS DE CURA

Buscaremos compreender neste capítulo as narrativas em torno das práticas terapêuticas pertinentes no contexto da escravidão na capitania do Piauí nos setecentos. Os saberes e as práticas de cura exercidas tanto pelos povos indígenas e africanos, quanto pelos agentes coloniais portugueses como médicos e cirurgiões foram importantes para contornar momentos de crise e aliviar as agruras vivenciadas pela população devido às doenças. Analisar esses aspectos nos permite compreender sobre as crenças e tratamentos empreendidos nos sertões.

Vale ressaltar que a constituição da ciência e medicina nos moldes europeus teve forte influência dos saberes indígenas e africanos. Ambos conviveram e compartilharam os mesmos espaços e experiências, foram agentes ativos e importantes no processo de colonização (RIBEIRO, 1997). Temos como objetivo identificar quem realizava as práticas curativas e quais eram os locais utilizados para acolher os enfermos, bem como buscar compreender quais os elementos usados para remediar os males causados pelas moléstias.

Flávio Gomes e Keith Barbosa argumentam que o século XVIII foi um período marcado por mudanças e permanências, situação na qual o saber médico se configurava a partir dos “novos paradigmas da ciência médica sob um pensamento ilustrado”, mas ao mesmo tempo “o caráter sobrenatural permanecia latente” (GOMES e BARBOSA, 2016: 273). Assim a medicina colonial setecentista se torna um evento complexo para ser analisado, justamente pelas especificidades da sua prática, aliada às conexões entre concepções culturais e religiosas distintas sobre as doenças e práticas de cura.

O entendimento em torno da constituição da ciência médica deve passar necessariamente pelo conhecimento da sua história. Ao longo do tempo, os saberes afro-indígenas passaram por um processo de apagamento e invisibilização, pois eram detentores e transmissores de conhecimento, apesar do não reconhecimento. A medicina do final do século XIX passa a ser uma ciência protagonizada por homens brancos, muito embora os conhecimentos, técnicas e saberes empregados no ofício tivessem origem nas culturas da população negra e indígena (PIMENTA, 1998); (SAMPAIO, 2001); (RIBEIRO, 1997).

A partir desse contexto é possível pensar e repensar objetos de pesquisas relacionados à escravidão, doenças e às práticas de cura. Portanto, esse capítulo segue a mesma proposta dos capítulos anteriores no sentido de estar inserido num debate historiográfico que entende os sujeitos escravizados como agentes históricos ativos, marcados por uma história de resistências e lutas. A partir da década de 1980, a historiografia nos proporcionou abordagens pioneiras para

compreender a escravidão a partir de múltiplos espaços e agentes, evidenciando questões como as doenças, epidemias e como as práticas de curas eram manipuladas por cirurgiões, indígenas, africanos, nascidos no Brasil, entre outros agentes coloniais (CHALHOUB et al, 2003; KARASCH, 2000; PIMENTA, 1998; PORTO, 1997; SAVITT, 1978; MILLER, 1981).

Os sujeitos que detinham o conhecimento sobre as práticas de curas foram agentes que possibilitaram não apenas métodos de tratamentos para inúmeras enfermidades, mas também tiveram seus saberes apropriados pelos colonizadores “que mais assimilaram os hábitos [de homens e mulheres que detinham os segredos da cura] do que impôs os seus conhecimentos aos povos conquistados” (RIBEIRO, 1997: 17).

Numa leitura atenta dos documentos do século XVIII percebemos o quanto os saberes dos povos indígenas e da população negra foram incorporados pelos europeus, além de circularem pelo Velho e Novo Mundo. Para a historiadora Márcia Moisés Ribeiro “a medicina dos tempos coloniais nada mais é que o conjunto de conhecimentos, hábitos e práticas nascido a partir do convívio assíduo entre as três culturas” (RIBEIRO, 1997: 23). Dessa forma, iremos conhecer neste capítulo como era a medicina colonial dos sertões, quais os locais que eram utilizados para resguardar os doentes, quais os medicamentos e quem fazia uso deles.

3.1 Remédios da terra

Na capitania do Piauí, produtos naturais como raízes, sementes, unguentos, cascas, ervas, flores, pedras, pós e bálsamos eram utilizados com frequências e “a maior parte deles tomando uma vez fica bom”.¹³⁷ A Coroa portuguesa tinha bastante interesse em explorar esses produtos, como também compreender o seu uso. Dessa forma, era muito comum o envio de caixas contendo remédios medicinais naturais, juntamente com instruções sobre a serventia de cada produto. Na tese de doutorado da historiadora Danielle de Almeida conhecemos sobre a circulação desses produtos no período colonial que abasteciam o mercado médico tanto na Europa, quanto nas Américas e como os medicamentos manipulados pelos ameríndios se tornaram remédios utilizados pela medicina europeia e asiática (ALMEIDA, 2017).

A incorporação e a difusão dos conhecimentos e técnicas sobre as drogas foi algo intrínseco à expansão portuguesa nos domínios ultramarinos. O contato entre diferentes culturas

¹³⁷ Relação dos remédios que vão da capitania do Piauí para a corte de Lisboa - Palácio de Oeiras, Francisco Diogo de Moraes - Arquivo Público do Piauí-APEPI, 31 de janeiro de 1803.

possibilitou a apropriação de saberes que foram posteriormente utilizados por vários médicos e cirurgiões que articulavam seus conhecimentos às várias experiências que puderam extrair do Novo Mundo.

No livro *Secret Cures of Slaves*, a historiadora Londa Schiebinger pesquisa a medicina e os experimentos científicos conduzidos por médicos no Caribe do século XVIII, além de analisar a circulação de pessoas, doenças, plantas e conhecimentos entre Europa, África e nas Américas. A perspectiva da autora é especialmente importante nesta pesquisa, na medida em que apresenta como as inovações médicas europeias tiveram como base o conhecimento dos indígenas e africanos sobre plantas e ervas locais. Londa Schiebinger argumenta que “a educação superior na Europa não poderia garantir o sucesso no terreno nos trópicos” (SCHIEBINGER, 2017: 5), portanto restava aos interessados nas artes de curar aprender com aqueles que detinham o conhecimento. Podemos citar como exemplo, a solicitação do médico, Antônio Mendes Franco que trabalhava no Hospital São José de Lisboa, e pedia que lhe enviassem “gomos de caninana¹³⁸, oriundo do Piauí, para verificar o seu efeito no “veio canceroso de um paciente”.¹³⁹

No dicionário de Rafael Bluteau, a palavra canceroso significa “chagas velhas, úlcera maligna que roe a parte do corpo onde está”.¹⁴⁰ Possivelmente os resultados com o uso da raiz de caninana, para tratar esses e outros problemas de saúde foram positivos. Podemos sugerir essa hipótese porque oito meses após a solicitação do médico, o Príncipe Regente da corte ordenou o envio regular “daquela porção de caninana”, na quantidade que “puder alcançar”.¹⁴¹

Um outro exemplo de que os indígenas eram detentores do conhecimento de inúmeros remédios naturais, diz respeito a uma carta escrita em 1799, onde o diretor do aldeamento de S. Gonçalo, informou ao governador do Piauí, D. João de Amorim Pereira sobre a moléstia que sofria a algum tempo e não sabia como se livrar daquele mal, portanto estava recorrendo aos saberes de

¹³⁸ A partir de estudos recentes que visam analisar as finalidades medicinais das plantas e seus potenciais químicos e farmacológicos, as raízes de caninana “são muito utilizadas como um diurético e purificador, contra as picadas de serpente, sendo eficaz ainda como laxante, contra a gonorreia, para curar infecções da pele, e para o tratamento de asma e reumatismo”. Ver em: DZIB-REYES, E. V.; GARCIA-SOSA, K.; SIMA-POLANCO, P.; PENA-A, L. M. R.; Diterpenoids from the root extrac of *Chiococca alba*. Revista Latino Americana de Química. 40(3), 123-129, 2012.

¹³⁹ OFÍCIO de Alexandre Rodrigues Ferreira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho. 15 de outubro 1799, [Lisboa] Anexo: 2 docs. AHU-Piauí, cx. 17, doc.53 AHU_CU_016, Cx. 23, D. 1178.

¹⁴⁰ BLUTEAU, Rafael. *Dicionário Língua Portuguesa*. Século XVIII, p. 224.

¹⁴¹ OFÍCIO do [governador interino do Piauí], Francisco Diogo de Moraes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a recepção do ofício que manda remeter a goma caninana e informa que irá remetê-la na primeira ocasião. 1800, julho, 19, Oeiras do Piauí Anexo: 3 docs. AHU-Piauí, cx. 18, doc. 38 AHU_CU_016, Cx. 23, D. 1216.

índios e índias que de ordinário sabem muitas meisinhas para diferentes moléstias e conhecem várias ervas e cascas com que curam às vezes enfermidades que talvez a medicina debaixo de todo o pereleto não pode curar e tudo o que puder obter a esse respeito remeterá uma memória.¹⁴²

A ideia de que os indígenas possuíam saberes sobre as ervas, plantas e cascas para o uso medicinal era disseminada na colônia, apesar de muitos documentos, em sua maioria escritos pelos colonos, omitirem o protagonismo indígena sobre os conhecimentos da natureza. Sobre esses remédios naturais, podemos destacar: “Casca e mel de mutamba, Pau chamado paratudo, Raiz do carrapicho da chapada, Raiz de angelica do mato, Casca de caroba, Casca de marfim, Raiz de pau chamado quatro patacas da verdadeira da folha carmesim, quina, Rezina de caninana”.¹⁴³

Ter o conhecimento dos remédios da terra poderia representar uma estratégia de sobrevivência no Novo Mundo. Assim como narra James Sweet ao contar a história de Domingos Álvares, escravizado que circulou por diversos espaços atuando em práticas de cura e adivinhações, pois logo que chegou em terras pernambucanas incorporou conhecimentos curativos a partir de plantas que eram adequadas no combate de doenças (SWEET, 2011).

Segundo o governador do Maranhão e Piauí, Joaquim de Melo e Póvoas, em muitos casos, a melhor opção era deixar os indígenas “usarem das suas costumadas e caseiras medicinas.”¹⁴⁴ O Governador, escreveu em 1764, um ofício com um tom de denúncia para informar sobre um mau procedimento por parte do cirurgião mor, Antônio de José Álvares. O cirurgião estava usando sangrias sem necessidade, uma vez que os próprios indígenas poderiam resolver as suas enfermidades com o uso de medicamentos naturais dos quais já estavam acostumados. Esse documento nos chama atenção, dentre outras coisas, para pensar a articulação entre o Estado, a medicina e a sociedade, além de como as doenças e as práticas de cura circulavam entre os sujeitos independente da posição que ocupavam na sociedade.

Os sujeitos que são citados no ofício – o governador, o cirurgião e os índios – cada um ocupa ou representa um lugar naquela sociedade colonial, marcada pela hierarquia. Entretanto, essa divisão social não os excluía do debate sobre as doenças e as práticas de cura. O governador, uma figura que representava o Estado, escreveu uma reclamação sobre um assunto

¹⁴² Arquivo Público do Piauí – APEPI – Manuscrito Carta ao governador do Piauí. 3 de agosto de 1799 Cód 157 p. 169 (MIRANDA, 2004: 117).

¹⁴³ O quadro com a relação das ervas e suas serventias está nos anexos desta dissertação. Ver: Relação dos remédios que vão da capitania do Piauí, para a corte e cidade de Lisboa por officio de 23 de junho, e de 19 de novembro de 1800. SPE COD. 011 / ESTN. 01 PRAT. 01 (Arquivo Público do Piauí - APEPI).

¹⁴⁴ Ofício do governador e capitão-general do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. AHU_CU_009, Cx. 41, D. 4067. 9 ago. 1764.

que não era a especialidade de seu cargo, porém foi encarregado de supervisionar o tratamento do cirurgião. Antônio de José Alvares, apesar de ser o cirurgião-mor, não tinha a liberdade para tratar os indígenas da maneira que bem entendesse, embora a medicina não fosse institucionalizada nesse período, fica claro que esses assuntos não eram de exclusividade dos médicos e cirurgiões.

Mas o que gostaria de destacar é que, apesar dos indígenas serem retratados na maioria das fontes como inferiores, a denúncia apresentada por ofício, nos mostra a agência dos povos nativos nas artes de curar. Os conhecimentos sobre remédios caseiros poderiam ser mais úteis do que o procedimento oferecido pelo cirurgião. De acordo com Tânia Pimenta, a sangria era um ofício bastante importante e uma prática bastante utilizada desde o século XVI no Brasil, geralmente era realizada por pessoas pertencentes às camadas mais baixas da sociedade, como os africanos e seus descendentes. A finalidade da sangria estava na purificação do corpo, já que retirava o sangue correspondente a área na qual a doença estava estabelecida, retirando os humores malignos do corpo (PIMENTA, 1998).

No hospital militar do Piauí, as sangrias eram realizadas nos doentes, quando o cirurgião do hospital atestava a necessidade, e então, solicitava os serviços do sangrador. As sangrias poderiam ser aplicadas uma ou mais vezes a depender da doença e do estado de saúde. O sangrador para receber o pagamento dos seus serviços, deveria levar para o provedor da fazenda as receitas de solicitação assinadas pelo cirurgião, porém a administração local partindo da possibilidade que o sangrador fosse um “sem escrúpulo”, o enfermeiro, devia colocar uma observação nas ditas receitas “se as sangrias determinadas se efetuaram, porque muitas vezes se suspende a ordem do cirurgião determinando que se não deem ou que sejam menos.”¹⁴⁵

As “caseiras medicinas” também eram utilizadas nos hospitais. Em 1777, o governador Joaquim de Melo e Póvoas escreveu um ofício para ser encaminhado para os hospitais do Maranhão e Piauí, o motivo foi uma carta de recomendação que recebeu da corte, no qual explicava os melhores produtos a serem usados nos hospitais. O objetivo aparentemente era padronizar a forma de atendimento, pois o governador informava que buscaria seguir as recomendações estabelecidas na conferência realizada pelos médicos e cirurgiões da corte.

O governador solicitou que “abolisse inteiramente o uso da galinha”, conforme estava na recomendação decidida na conferência dos médicos em Lisboa. Entretanto ressalta que alguns produtos nos quais foram definidos para uso, não tinham como serem adotados nos hospitais do Maranhão e Piauí. Por exemplo, a “vitela, carneiro, frutas secas, ervas, cevada

¹⁴⁵ AHU-Piauí, cx. 8, doc. 15 AHU_CU_016, Cx. 13, D. 741.

pilada e grãos” não era possível inserir na dieta dos doentes, mas havia “caldos de tapiocas, de carimã e da farinha ordinária, que são excelentes e também a carne seca e o peixe de que neste país costumam se usar os doentes”.¹⁴⁶

O motivo pelo qual foi proibido o uso da galinha, nos é desconhecido, já que era um animal bastante utilizado na dieta em outras regiões. O cirurgião Luíz Gomes Ferreira orientava que “um bom caldo de galinha com água cozida e uma gema de ovo bem batido era remédio milagroso”.¹⁴⁷ O historiador Benedito Barbosa destaca que no Hospital Militar de Barcelos, no Pará, também faziam uso de uma dieta a base de galinhas, vitelas, mingau, farinha e caldos. E que as galinhas, em especial, eram fortemente recomendadas pelos cirurgiões para auxiliar no tratamento dos doentes (BARBOSA, 2019: 156). Para Alida Metcalf os “frangos parecem ter sido alguns dos primeiros animais domésticos europeus introduzidos no Brasil. Considerados como alimentos especialmente benéficos para os doentes, além de ser costume levar alguns nas embarcações” (METCALF, 2019: 183).

Em relação a estrutura do hospital militar do Piauí era na verdade “umas casas particulares que nesta cidade servia de hospital, para curar os enfermos tanto do Batalhão da Tropa de primeira linha, como da numerosa escravatura das Fazendas do Fisco que foram dos extintos jesuítas”.¹⁴⁸ Desde o final do século XVIII a situação do hospital era denunciada pelas autoridades locais, o espaço não estava sendo adequado para a demanda e faltava “comodidades”, já que todas se achavam arruinadas.¹⁴⁹ Em passagem pela capitania do Piauí, os viajantes Spix e Martius, ficaram surpresos quando souberam que o hospital militar tinha apenas 40 leitos. A partir do levantamento do número de pessoas pertencentes ao Regimento de Cavalaria, realizado em 1772, a capitania do Piauí tinha um total de 1.602 militares, os quais poderiam ter acesso ao Hospital.¹⁵⁰

A Junta Governativa do Piauí informava que as despesas para a melhoria do hospital não seriam tão grandes, já que contariam com a mão de obra escrava que era suficiente para o

¹⁴⁶ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado dos Negócios do Reino, marquês de Pombal. 1777, março, 3, Maranhão. Anexo: 1 cópia. AHU_CU_009, Cx. 51, D. 4919

¹⁴⁷ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Op. cit. In: FERREIRA, Luíz Gomes. *Erário mineral*. v. I, p.520.

¹⁴⁸ OFÍCIO do Junta Governativa do Piauí, ao secretário do estado da Marinha e Ultramar, [Inácio da Costa Quintela], sobre a necessidade se edificarem novas casas para o Hospital Militar e para o Fisco, pois as existentes são impróprias, devido à falta de comodidade, insuficiências e por se encontrarem arruinadas. AHU-Piauí, cx. 24, doc. 12. AHU_CU_016, Cx. 31, D. 1624, 4 de março 1822.

¹⁴⁹ ¹⁴⁹ SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, Volume II, 2017. p.338. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/573991>

¹⁵⁰ Arquivo Histórico Ultramarino. Concelho Ultramarino, Série 016 Brasil – Piauí, Caixa 12, Documento 694. Apesar dos viajantes terem mencionado a pouca quantidade de leitos, não era comum hospitais grandiosos na América Portuguesa. Na pesquisa realizada por Leandro Damacena Neto, o Real Hospital Militar de Vila Boa nos Guayases, era um hospital com aproximadamente oito leitos (DAMACENA NETO, 69-110).

trabalho e para “aprontar pedra e madeira precisa para a construção”. As casas que serviam de hospitais eram alugadas, portanto a construção de novo local além de ser uma economia para a Fazenda Real, era a oportunidade de ter “um prédio próprio da nação”. A melhoria do hospital era de extrema necessidade “para poderem os doentes ser tratados conveniente e decentemente, não como até agora, que além de estarem acanhados e oprimidos por causa da falta de comodidades das casas que ora serve de hospitais”.¹⁵¹

3.2 Agentes da cura

O tráfico de escravos seja por mar ou por terra, foi uma prática de comércio de seres humanos que perpetuou durante séculos. Recebiam um tratamento atroz e desumano e após chegarem a terras brasílicas, eram vendidos pelos traficantes e comprados por senhores de escravos. Apesar de o objetivo deste comércio ser a utilização da mão de obra, depois de adquirida a posse, os senhores não deveriam destiná-los imediatamente para o trabalho braçal.

Em primeiro lugar era obrigação cuidar da alma daquele escravo, dando a ele o sacramento do batismo. Nas palavras do historiador Rafael de Bivar Marquese: “Nos primeiros dias o escravo necessitava de cuidados, logo se encontrava debilitado após a travessia do atlântico. Além disso, gerava no cativo, sentimentos de afeição para com o senhor” (MARQUESE, 2004: 79).

Na obra *Cultura e Opulência do Brasil* escrita em 1711 por André João Antonil é possível perceber como o tratamento destinado aos escravizados era um fator passível de discussões e regras que deveriam ser seguidas pelos senhores de escravos. Era necessário viabilizar tanto o remédio da alma como do corpo “dando-lhes alimentos, mezinhas nas doenças, e modo, com que decentemente se cubra.”¹⁵²

O acesso a médicos no Brasil colonial era artigo caro e raro (SAMPAIO, 2001), portanto mesmo sendo uma obrigação expressa dos senhores de escravos fornecerem assistência aos cativos, em inúmeras situações os povos indígenas, africanos e descendentes protagonizaram e assumiram os cuidados dos doentes.

Em 1792, em Oeiras do Piauí, duas escravizadas são designadas como enfermeiras para atuar juntamente com o cirurgião anatômico, Francisco José da Costa Alvarenga, que “esteve

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*, 1711. p.34

sete anos na arte de sua profissão” e era encarregado “do curativo dos escravos”.¹⁵³ O cirurgião escreveu um requerimento ao governo interino da capitania do Maranhão pedindo que se estabelecesse uma quantia certa “para a sua subsistência e para o provimento dos remédios necessários, pedindo-lhe a pequena porção de quatro centos mil reis”. Para mostrar que merecia o que estava solicitando, Francisco Alvarenga explica a necessidade de ter um cirurgião nas fazendas.

Os escravizados que adoeciam ficavam aguardando muito tempo por uma inspeção e enquanto não tinham acesso a um cirurgião restavam-lhes ir “paliando com alguns remédios caseiros”. As raras vezes que eram mandados para o hospital, já estavam numa situação “incurável” e morriam por falta de curativos que poderiam ser supridos na presença de um cirurgião.

Alvarenga continua argumentando ao explicar que a perda de um escravo era algo muito significativo em termos econômicos, desse modo, além de serem caros, eram sujeitos habituados aos trabalhos específicos de cada fazenda, portanto “um escravo com duzentos mil reis não se compraria outro de igual habilidade para o serviço daquelas fazendas”. Essa situação poderia ser poupada, evitando a desordem nas fazendas caso fosse contratado os serviços do cirurgião.

Dois anos depois, temos notícias de outro requerimento do cirurgião Alvarenga, desta vez solicitando o pagamento do seu soldo, do tempo que serviu no Hospital Militar do Piauí.¹⁵⁴ O cirurgião explica que apesar de trabalhar no “curativo dos escravos do Real Fisco em Oeiras”, dedicou seus serviços também aos soldados doentes do destacamento no ano de 1794, “por causa de moléstia do cirurgião meu antecessor”. O serviço foi realizado por ordem do Governo Interino que agora lhe devia os gastos que teve com os “remédios e visitas a quantia de cento e setenta e quatro mil setecentos e noventa reis”.

No século XVII inicia a implantação dos primeiros hospitais militares, mas somente no século XVIII que há a criação desses hospitais em diferentes territórios da América portuguesa e tinham como principal objetivo prestar assistência aos soldados. Eram mantidos a partir de contribuições estatais, diferente das Casas de Misericórdias que recebiam esmolas particulares, entretanto havia pouco investimento nos hospitais militares o que refletia na estrutura e funcionamento daquelas instituições (RIBEIRO, 1997).

¹⁵³ Arquivo Público do Piauí – APEPI Capitania Registo de correspondência para a metrópole SPE COD. 011 / ESTN. 01 PRAT. 01 Governo Interino do Maranhão e Piauí, 15 de junho de 1793.

¹⁵⁴ AHU-Maranhão. AHU_CU_016, Cx. 19, D. 981, 3 de abril de 1794.

De acordo com Renato Franco, a expansão rápida e abrangente dos hospitais militares em Portugal só seria perceptível no século XIX, diferente do que ocorreu na América portuguesa. Como a Coroa “não poderia se valer do aparato das Misericórdias tratou de atender a milícia diretamente” (FRANCO, 2011: 385). Entretanto a atuação dessas instituições ia para além do tratamento dos militares, no hospital militar de Oeiras do Piauí atendiam ainda pessoas pobres e escravos. Devido a pouca quantidade de leitos disponível do hospital militar de Oeiras, em comparação ao número de habitantes da capitania do Piauí, sugerimos que muitos fazendeiros recorriam ao tratamento particular, ou seja, na própria casa.

O documento escrito por Alvarenga é extenso e com muitos argumentos de que merecia a quantia exigida. Explica que quando um cirurgião vai visitar um só doente em casa já deve ser pago pelo serviço. No seu caso, compareceu várias vezes ao hospital para visitar vários doentes, portanto o valor solicitado era mais que justo. Além disso, curou certa vez “um preso do dito governo [que estava] no calabouço” e que de acordo com “o documento número quinto o procurador é contra toda a prática de caridade porque os presos dos governos e dos excelentíssimos generais que estão nos calabouços e Corpos de Guardas são curados por conta de Vossa Majestade” que deveria providenciar a assistência através de um médico ou cirurgião.

Os remédios utilizados no tratamento dos soldados pertenciam a Alvarenga. Outro argumento que usava para solicitar o seu pagamento, tendo em vista que os remédios do hospital deveriam ser pagos através de regimento ao boticário da cidade. O cirurgião pedia “trezentos e vinte reis por dia quando for ao hospital quer haja um doente quer muitos sem celebrar que são diferentes as moléstias em cada um doente e por isso são diferentes os remédios e por isso deve ter paga de cada um separadamente”.

O cirurgião Alvarenga lembra ainda que atuou ativamente em 1789 na “grande epidemia de bexigas que grassou esta cidade”. Ele foi responsável pelo “curativo e remédios a todos os doentes atendendo gratuitamente” no qual teve uma grande despesa pessoal. E apesar de toda dedicação em oferecer os seus serviços médicos, teve notícia de um charlatão, chamado José Antônio Ribeiro Coimbra, que estava curando os soldados doentes e recebeu seu pagamento no qual constava em documento da comarca do governo.

De acordo com Carla Almeida os médicos que atuavam em Minas Gerais nos setecentos tinham uma trajetória marcada por uma intensa mobilidade, atuando em diversos locais e regiões, objetivando construir uma ascensão profissional e social através da sua arte de curar (ALMEIDA, 2008: 28). Podemos perceber essa característica nos cirurgiões que atuavam na capitania do Piauí, como o caso do cirurgião Luís Soares Ferraz Porto que ao solicitar o posto

de cirurgião-mor da praça de Oeiras do Piauí reúne vários documentos de recomendações feitas pelas autoridades locais.

Os documentos que ressaltam a competência de Luíz Porto para assumir o cargo de cirurgião-mor, utilizam como principal argumento a sua vasta experiência em diferentes funções na cidade de Oeiras. Luíz Porto atuou na cura dos “soldados dragões enfermos da guarnição desta cidade o tem praticado até agora com prontidão, zelo e cuidado”, como também trabalhou nas fazendas no “curativo com os escravos doentes da administração real” e atende ainda “gratuitamente em casa para melhor comodidade dos referidos doentes aos índios de nação Gueguê e a Acoroá quando das suas aldeias se vem curar a esta cidade”.¹⁵⁵

Havia poucos médicos e os que existiam, as vezes, acabavam optando por um cargo administrativo como no caso do doutor Villa Lobos no qual afirmava ser o único médico daquele estado e que “muitas pessoas sem terem ciência alguma de medicina estão curando, fazendo e dando remédios em grave prejuízo dos moradores daquelas povoações.”¹⁵⁶ É importante destacar o protagonismo dos povos indígenas e africanos, pois apesar de muitas vezes não serem apresentados nos registros e documentações, eram essenciais às artes de cura. Não era incomum encontrar negros atuando, por exemplo, em hospitais.

Em 1761, o Governador Joaquim de Melo e Póvoas, reclama para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a necessidade da construção de um novo hospital e armazém militar e queixa-se do atual responsável, o capitão Manoel José de Ascensão, que não está cumprindo com suas obrigações de médico, nem está administrando o hospital como o esperado, pois Manoel de José Ascensão “que deveria tratar os enfermos, está deixando a arbítrio de negros o tratamento [desses enfermos]”.¹⁵⁷

Nesse período, muitas pessoas foram denunciadas sendo acusadas de feitiçaria por fazerem uso de práticas de curas, medicamentos e rituais para obter a cura das doenças (NOGUEIRA, 2016). O fato de o governador escrever informando que o tratamento dos doentes de um hospital, está sob o arbítrio de negros – inclusive utiliza a palavra no plural dando a entender que não era apenas uma única pessoa – pode significar que a falta de médicos, juntamente com o alastramento das doenças, foram motivos fortes o bastante para que esses sujeitos não fossem denunciados ou impedidos de atuarem com as artes de curar.

¹⁵⁵ AHU-Piauí, cx. 11, doc. 16 AHU_CU_016, Cx. 12, D. 718.

¹⁵⁶ REQUERIMENTO do médico Dr. António Carvalho Sardo e Villa-Lobos ao rei D. João V, [ant. 1733, fevereiro, 3] Anexo: 1 certidão. AHU_CU_009, Cx. 20, D. 2066.

¹⁵⁷ OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. (Arquivo Histórico Ultramarino, Maranhão) AHU_CU_009, Cx. 40, D. 3942. 8 out. 1761.

Porém, devemos nos atentar para o fato da autoridade que escreve está fazendo uma reclamação dessa situação, apesar de afirmar o hospital está sob o “arbítrio de negros” o seu objetivo é ter um forte argumento para mostrar a incapacidade do atual administrador do hospital, ou seja, o fato de citá-los não quer dizer que a atuação deles era reconhecida pela sociedade, a intenção do governador é fazer exatamente o contrário.

3.3 Poderes extraordinários

...Remetido pelo ordinário do Pará, consta que, Luís Alberto Ribeiro, homem pardo, das partes do Piauí fora achado com umas migalhas que pareciam ser de hóstia e particular cheiro de trigo, cor branca, dentro de uma bolsa, com várias orações uma delas repulsiva. A hóstia e partículas consagradas de que usava para maliciosas e maléficas intenções, e na verdade o eram porque o delator e testemunhas o dizia. Auto sumário que mandou fazer o Reverendo Padre Mestre Antônio Manuel Furtado de Vasconcelos vigário da Vara desta vila contra o denunciado Luiz Ribeiro, preso a sua ordem na cadeia em 19 de março de 1779.¹⁵⁸

No momento da prisão, a bolsa estava com Luís Ribeiro, denunciado por Gabriel Monteiro de Almeida, morador da vila de Viçosa do Cameté, na capitania do Pará. No processo de inquirição, o reverendo vigário queria “fazer perguntas e inquirir testemunhas”. A primeira foi José Miguel, na qual informou que havia encontrado Luís “indo para o Marajó” e carregava uma “bolsinha de couro que trazia ao pescoço o mesmo material denunciado”. Miguel acrescenta que Luís o havia mostrado “um papelinho com umas migalhas de hóstias ou partículas” e afirmava ser “uma partícula consagrada e que o trazia para ninguém lhe fazer mal”. Tinha ainda dentro da “bolsinha de couro uns papéis escritos que dizia ser suas orações pelas que rezava todos os dias a tarde”.¹⁵⁹

No período colonial, muitas manifestações culturais e religiosas de africanos e seus descendentes eram consideradas heréticas pela Inquisição Portuguesa. Para Pedro Paiva e Giuseppe Marcocci, a inquisição funcionava como um tribunal eclesiástico que junto a outras instituições formavam o complexo ordenamento jurídico português no qual extrapolavam os limites geográficos de Portugal. Vale ressaltar a atuação violenta, tanto física, como simbólica, por exemplo, através do medo (MARCOCCI e PAIVA, 2013).

¹⁵⁸ Processo Inquisitorial de Luís Ribeiro - Crime: acusação e sacrilégio, 19 de março de 1779. Arquivo Nacional da Torre do Tombo Disponível em: <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=2302079>.

¹⁵⁹ Idem, 1779.

O uso de práticas mágico-religiosas, como fazia Luís Alberto, era suficiente para perturbar a ordem estabelecida a partir dos preceitos do catolicismo na sociedade colonial. O crime de sacrilégio, no qual Luís foi acusado, era um pecado grave contra a religião e tudo aquilo que era considerado sagrado. Laura de Mello e Souza foi umas das pioneiras nas pesquisas em torno do uso das bolsas de mandingas que eram amuletos ou talismãs muito comum nas populações africanas, principalmente na África ocidental e na África Central de onde foram traficados a maioria das pessoas escravizadas destinadas ao Brasil.

As bolsas de mandiga foram forjadas na colônia a partir de uma diversidade de significações simbólicas, inclusive com a recriação do catolicismo e das concepções religiosas e culturais africanas e ameríndias (SOUZA, 2002). Já o historiador norte-americano James Sweet, relaciona os amuletos a elementos eminentemente africanos, principalmente da África Central e que foram muito populares na diáspora africana e utilizados em todo o império português (SWEET, 2011).

Vanicléia Silva Santos, ao pesquisar as bolsas de mandinga no espaço Atlântico, argumenta que eram basicamente “amuletos em formato de bolsinha contendo ingredientes que protegiam contra armas, feitiços e doenças” (SANTOS, 2008 :21). Os amuletos de proteção mesclavam significados e símbolos tanto africanos, quanto católicos e havia um uso generalizado dos amuletos por todas as camadas sociais, mas principalmente pelos negros. Essa prática foi classificada pelos inquisidores como feitiçaria e os amuletos ou talismãs denominados de bolsa de mandinga (SOUZA, 2002).

Marc Bloch explora no livro *Os reis Taumaturgos* que o poder de cura atribuído aos reis estava inserido num contexto histórico onde muitos produtos da farmacopeia traziam riscos à saúde, já o toque dos taumaturgos nas escrófulas não era nocivo, além disso havia a crença de que o toque Real era milagroso (BLOCH, 2018). A crença, aliado a fatores como, medo, população com baixa condição sociocultural e influência de religiões e culturas distintas, foram fatores essenciais que explica o porquê de sujeitos das mais diversas condições sociais utilizarem práticas condenadas pela Inquisição, como as bolsas de mandinga.

O conteúdo das bolsas de mandinga variava a depender das necessidades de quem iria utilizar, eram feitas geralmente de pano ou de couro e os elementos poderiam

ser pedras, lascas de madeiras, raízes, ossos, cabelos, pelos de animais, penas, pós, pedaços de papel dobrados com escritos em geral religiosos, hóstias consagradas, pedaços de altar onde se celebra a missa, pedaços da pedra d'ara¹⁶⁰, desenhos rústicos,

¹⁶⁰ Pedaço de mármore sobre o qual os sacerdotes durante as missas consagravam a hóstia e o vinho.

tecidos usados no ritual da missa, sobretudo o sanguíneo, pano que em geral era usado pelo Papa para limpar o cálice na hora da missa.¹⁶¹

Na “bolsinha de couro” de Luís Ribeiro foi encontrada migalhas de hóstia consagrada e papéis com orações, elementos que eram comumente utilizados nas bolsas de mandinga. Laura de Mello e Souza constata a partir da documentação da III Visitação do Santo Ofício (1763-1769) que as bolsas de mandinga no Estado do Maranhão e Grão-Pará no século XVIII tinham a predominância de elementos católicos.

Tanto que o Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal, escreveu um tópico dedicado a essa questão. Qualquer pessoa que cometesse “desprezo do Santíssimo Sacramento do altar, quebrar, derrubar, tomar, ou fazer algum desacato a hóstia consagrada ou ao cálice Consagrado” deveria ser processado e punido como um herege.¹⁶² A hóstia representava o corpo de Cristo na eucaristia e para os mandingueiros tinha a função de fechar o corpo do usuário, como uma espécie de armadura (JESUS, 2015: 44).

As bolsas eram utilizadas ainda como proteção para as doenças, devido às propriedades terapêuticas mesclando elementos cristãos, ameríndios e africanos. Mas as possibilidades que justificavam seus usos não se esgotavam, podiam ser por exemplo para proporcionar sucesso em lutas, brigas e fugas, dar coragem ao portador da bolsa, trazer sorte, proteger dos castigos infligidos pelos senhores aos escravos, curar doenças, facilitar propósitos amorosos etc. Poderia ser utilizada pendurada no pescoço, atada no braço direito ou esquerdo, na cintura ou cruzado no peito.¹⁶³

O historiador Jhon Ferreira analisa a trajetória de três homens negros que foram presos por utilizarem bolsas de mandiga, em 1745, na vila da Jacobina, na Bahia. O autor explica que o preto Mateus, de nove anos de idade, foi encontrado com duas bolsinhas na qual continha orações, hóstia consagrada e pedra d’ara (FERREIRA, 2020: 230). Esse fato é interessante porque nos revela como os africanos e os nascidos no Brasil recriaram ou continuaram suas tradições culturais e religiosas ancestrais. Assim como Luís Alberto Ribeiro, homem parto que estava inserido no âmbito das práticas mágicas africanas ao utilizar um amuleto “para ninguém lhe fazer mal”.¹⁶⁴

¹⁶¹ NAP Brasil África – Bolsas de mandinga: história e historiografia, por Prof^a Laura de Mello e Sousa. *Youtube* Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cBDjL_Yy3S8&t=865s>. Acesso em: 04/01/2022.

¹⁶² Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal. 1640. Arquivo Nacional da Torre do Tombo Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2302079>.

¹⁶³ NAP Brasil África – Bolsas de mandinga: história e historiografia, por Prof^a Laura de Mello e Sousa. *Youtube* Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cBDjL_Yy3S8&t=865s>. Acesso em: 04/01/2022.

¹⁶⁴ Idem.

É interessante trazer como referência a história narrada por James Sweet sobre o curandeiro Domingos Álvares, que foi perseguido pela inquisição por suas habilidades mágico-religiosas que ajudavam as pessoas a lidarem com as adversidades, sejam elas relacionadas a questões físicas ou emocionais. Domingos Álvares teve que se reinventar a cada novo espaço em que era obrigado a se inserir, seja devido a escravidão ou pela inquisição. Passou por Daomé, Pernambuco, Rio de Janeiro e Lisboa sempre em busca da sua sobrevivência (SWEET, 2011). Luís Alberto também passou por diferentes regiões, era das “partes do Piauí”, foi para Vila de Viçosa do Cameté e depois para Marajó, provavelmente tenha ainda circulado para outros locais além desses que foram citados no seu processo inquisitorial.

Não tivemos como acessar o desfecho do processo inquisitorial de Luís Alberto Ribeiro, mas a fonte data de 1779 a 1782 sugerindo que Luís esteve preso por pelo menos três anos. Entretanto, não temos como afirmar se ele foi enviado para Lisboa para ser julgado pelo Tribunal do Santo Ofício ou se ficou preso na cadeia da capitania do Pará.

Luís não foi o único homem que foi preso por perturbar as ordens designadas a partir das normas da Coroa portuguesa. Em 1781, foi escrita uma ordem pelo general de Estado da Junta do Governo do Piauí informando que um homem chamado João estava andando em várias vilas da capitania afirmando ter poderes extraordinários.

Para essa vila se encaminha um sujeito intitulado-se grande homem com poderes extraordinários, e de que nada obrara por julgar meramente uma soltura de língua o qual já vem das partes de Campo Maior aonde deu o nome de João Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, sobrinho do Dez.os Miguel Carllos, e chegando ao lugar de S. Gonçalo de Amarante deu outros nome de João Cezar de Menezes, neto do Conde de Sabugoza, aonde disse trazia ordem de Sua Majestade para executar com poderes ilimitados, e daí se passa a vila de Jerumenha com o título de sindicante, aonde consta fora preso por Md do Ajudante Antônio do Rego a ordem deste governo o qual por pouca segurança em que puseram se ausentou da prisão¹⁶⁵

O documento não nos oferece detalhes da vida do homem que se intitulava como “grande homem de poderes extraordinários”. Seu nome talvez fosse uma forma de estratégia, uma vez que variava de acordo com o seu deslocamento na capitania do Piauí, ora João Carlos, ora João Cezar. Aparentemente não tinha moradia fixa e por onde passava inventava uma nova identidade. Na transcrição do documento acima, temos informação da sua passagem por três localidades no Piauí, a saber: Campo Maior, S. Gonçalo de Amarante e Jerumenha, sempre arregimentando sobrenomes de pessoas importantes para conseguir sobreviver e escapar à perseguição que sofria das autoridades locais.

¹⁶⁵ Arquivo Público do Piauí – APEPI. Manuscrito – Cód. 151 16 de maio de 1781 p. 127/129 (MIRANDA, 2004: 76)

A junta de Governo do Piauí o descredibilizava afirmando que o sujeito “de nada obrara por julgar meramente uma soltura de língua”. De acordo com o dicionário de Rafael Bluteau, “soltura” era uma palavra que possuía múltiplos significados e alguns verbetes se aproximam do contexto da fonte analisada. A primeira definição é “descomedimento” que era basicamente o “excesso em trapacear”, aquele que não cumpria os deveres e agia com falta de respeito nos atos ou nas palavras.¹⁶⁶ A segunda é a “licenciosidade” usada para caracterizar quem agia “contra as regras da honestidade e do decoro”, aquele que “solta desenfreadamente”.¹⁶⁷

Ainda com base no dicionário, outra forma de usar a palavra “soltura” era como “explicação, interpretação, solução... dizer o sonho, tudo que vem a boca, sem comedimento e sem modéstia”.¹⁶⁸ Apesar dessas definições, não conseguimos saber o que significava exatamente a expressão “soltura de língua” como está escrito no documento. Sugerimos que esteja relacionado a acusação de que João era um trapaceador e nas suas andanças se autodenominava com “poderes extraordinários” para perturbar a ordem. Embora não possamos saber quais eram de fato e se existiam tais poderes.

3.4 Quina do Piauí

O naturalista Vicente Jorge Dias Cabral, no final do século XVIII, esteve na capitania do Piauí com o intuito de conhecer a natureza e todas as potencialidades e riquezas que poderiam ser exploradas daquele território.¹⁶⁹ No ensaio botânico que escreveu sobre as plantas do Maranhão e do Piauí ressalta questões diversas sobre seu “interesse medicinal, como matérias-primas para papel e fibras, tinturaria, ceras, pasto para animais, plantas suporte de bichos-da-seda, saboaria e curtimento de peles, madeiras para construção e madeiras finas para mobílias” (FERRÃO et al., 2002: 9).

Vicente Dias Cabral, tinha como um dos objetivos da sua expedição no Piauí, analisar a Quina, uma planta utilizada para fins medicinais com propriedades antifebris. A Quina do Piauí era diferente das espécies de outras regiões, para além de ser usado contra febres era um

¹⁶⁶ BLUTEAU, Rafael. *Dicionário Língua Portuguesa*. Século XVIII, p. 416.

¹⁶⁷ Idem, século XVIII, p.22; Rafael Bluteau utiliza alguns *Verbi Gratia* v.g, ou seja, abreviatura do latim que significa “por exemplo”, para aplicar a palavra “soltura” em algumas frases, como: “soltura de palavras que se não houverão de dizer”.

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ O historiador e diplomata Francisco Adolfo Varnhagen, escreveu “que o bacharel Vicente Jorge Dias Cabral se dedicava nesta capitania [Piauí] às ciências naturais”. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1959, p. 39.

excelente antisséptico.¹⁷⁰ Um dos primeiros documentos mencionando a Quina do Piauí é escrito pelo governador João Pereira Caldas no qual informa que enviará uma “remessa de quina, pedra hume e capa-rosa encontradas na vila de São João da Parnaíba” para que fosse examinado os efeitos de cada uma das amostras no intuito de “ter conhecimento das suas boas ou más qualidades”.¹⁷¹

Nos sertões da “capitania do Piauí produz a natureza a mesma casca que na Europa conhece pelo nome de casca Peruviana”.¹⁷² A Quina do Peru era muito famosa e se assemelhava bastante a quina piauiense, para mostrar a semelhança o governador enviou algumas amostras, mas pedia desculpas por estarem mal acondicionadas, pois “a pessoa que foi buscar como ignorante a não soube bem tirar a casca da árvore”.¹⁷³ Entretanto afirmava, a partir das experiências, a casca da quina do Piauí “produzia melhor efeito que a [Quina] do Peru e com melhor sucesso”, portanto não terá mais “Portugal a necessidade de tirar da Espanha, tendo bastante quantidade dela nas suas conquistas”, pois se descobriu grande abundância da quina na capitania do Piauí.¹⁷⁴

A Quina do Piauí poderia ser enviada para o reino tanto a partir do Porto de Parnaíba como de Pernambuco “porque parte destas matas então já no distrito daquela capitania”.¹⁷⁵ Com o objetivo de traçar um plano a respeito desta descoberta, o governador mandou um sujeito para a capitania do Piauí que tinha sido seu contemporâneo na época da universidade no qual fazia bons progressos na História Natural e seria útil para apresentar todas as noções a respeito da Quina piauiense. Pereira Caldas afirmava o seu interesse em “trabalhar para aumentar esta pequena parte dos vastos domínios”, procurando sempre “novos meios de riquezas e utilidades”.¹⁷⁶

De acordo com o vigário Joaquim Pereira, que acompanhou de perto o trabalho de Vicente Dias Cabral, foi encontrada “muitas plantas medicinais”¹⁷⁷, na qual destaca a “Quina

¹⁷⁰ “Quina-de-piauí, árvore das matas do rio Itaim, do gênero *Exostema*, *E. souzanum*, é fácil de distinguir da chamada quina-do-rio-de-janeiro, fornecida por *Buena hexandra Pohl*”. Ver citação em: ¹⁷⁰ SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, Volume II, 2017. p.340. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/573991>

¹⁷¹ OFÍCIO do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 15 de fevereiro 1763, Oeiras do Piauí AHU-Piauí, cx. 8, doc. 4 AHU_CU_016, Cx. 9, D. 519.

¹⁷² OFÍCIO do [governador e capitão-general do Maranhão e Piauí], José Teles da Silva, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro. 30 de junho 1787, Maranhão-Anexo: amostra de sementes de quina AHU-Maranhão, cx. nv 883- AHU_CU_016, Cx. 17, D. 850.

¹⁷³ AHU-Maranhão, cx. nv 883- AHU_CU_016, Cx. 17, D. 850.

¹⁷⁴ AHU-Maranhão, cx. nv 883- AHU_CU_016, Cx. 17, D. 850.

¹⁷⁵ Idem.

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ O Vigário Joaquim Ferreira ressalta ainda que foi encontrado por Dias Cabral um arbusto denominado Manacá que era eficaz contra a sífilis.

Piauiense, milagroso vegetal descoberto nessa conquista... “presentemente não deve ter a quina do Peru maior merecimento que a nossa quina piauiense”.¹⁷⁸ A importância dada a essa planta reflete no Aviso de 19 de setembro de 1799, no qual proibia o corte, queima ou desbaste das matas onde houvesse quina. O naturalista descrevia que a diferença observada na Quina do Piauí eram as “folhas maiores e mais longas e as flores cor de rosa arrochado e outras que tinha a flor branca de todo”.¹⁷⁹

¹⁷⁸ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior, 21 maio 1803, São Luís do Maranhão, Anexo: 2ª via e respectivos docs. AHU_CU_009, Cx. 128, D. 9595.

¹⁷⁹ Idem.

Figura 4 - Quina do Piauí



QUINA DO PIAUYG.

Fonte: VELOSO, José Mariano da Conceição. Quinografia portuguesa ou coleção de várias memorias sobre vinte e duas espécies de quinas Lisboa. Biblioteca Brasiliana, 1799. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/42621799>

Não demorou muito para que a Quina começasse a ser um remédio indispensável nos Hospitais de Lisboa. O negociante, José Antônio Pereira Vila, da praça de Lisboa solicitou ao governador do Piauí que fosse enviado à Casa das Índias “17 surroins de quina piauiense para uso dos hospitais da Marinha e do Exército”, devido às numerosas propriedades medicinais que

havia na referida planta.¹⁸⁰ Em 1795, Manuel Pinheiro Osório, Governador do Maranhão e Piauí enviava várias remessas para a corte conforme solicitado, desta vez as amostras eram de três espécies de Quina: a branca, a preta e a Quina Quina, encontradas em abundância em diversas vilas do Piauí, como Marvão, Valença, São João da Parnaíba e Oeiras.¹⁸¹

A Quina também era conhecida pelo nome “pau para tudo”¹⁸² devido a sua serventia para inúmeras moléstias. O cirurgião Alvarenga da Capitania do Piauí afirmou ter “curado inúmeras pessoas de sezões e outras febres fazendo uso da dilatada casca de quina”¹⁸³ Na relação de remédios naturais enviados do Piauí para Lisboa é descrito as propriedades do “pau chamado para tudo”.

A serventia deste pau é para toda a febre maligna e dores de preolis, ou pontada. Pegando uma 8^o da dita casca, moendo-se, e dando-se em água morna a beber, para qualquer dor anterior a faz logo parar, para uma maligna que já sendo possa acudir com sangria cozinhando se uma porção para beber, ou sem christel não precisa mais coisa nenhuma é uma casca tão virtuosa, que por sua virtude lhe puseram o nome para tudo¹⁸⁴

Algo que nos chama a atenção é a oposição de interesses entre colonos locais e viajantes ao descrever as riquezas e/ou as desgraças dos sertões. Os colonos muitas vezes descreviam os sertões como indômitos, inóspitos, doentio, seco, bárbaro, já para os viajantes a situação parecia mais amena, sobretudo quando tinham o interesse de apresentar produtos e riquezas em potencial para a Coroa Portuguesa, logo passava a ser os sertões da Quina, do gado, do salitre e das muitas plantas medicinais.

Contudo, nos últimos anos do século XVIII, Cabral Dias interessado em expandir e facilitar o envio dos “gêneros naturais”, argumentava sobre a necessidade de investir em estruturas que melhorassem as vias de transporte das capitanias. Depois do armazenamento dos produtos nas caixas, deveriam chegar em tempo hábil no destino para evitar o risco de perder as amostras, entretanto alguns obstáculos nos trajetos terrestres como, muitos matos, falta de

¹⁸⁰ REQUERIMENTO de José António Pereira Vilela, negociante da praça de Lisboa, ao príncipe regente [D. João]. [post. 1792, Lisboa] Anexo: 1 doc. AHU-Piauí, cx. 25, doc. 68 AHU_CU_016, Cx. 19, D. 961.

¹⁸¹ OFÍCIO de Manuel Pinheiro Osório, ao [governador e capitão-general do Maranhão e Piauí], D. Fernando António de Noronha. 12 de abril 1795, Oeiras do Piauí - AHU-Maranhão, cx. nv 982 - AHU_CU_016, Cx. 19, D. 993.

¹⁸² AHU_ACL_RJ_CU_017, Cx. 165, D. 12275.

¹⁸³ OFÍCIO (1^a via) do governador e capitão-general, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo amostra de quina, de folha de tabaco, de salitre e de casulos de seda silvestre. Maranhão. 23/08/1798. AHU-MA, cx. 100 D. 8078.

¹⁸⁴ Relação dos remédios simples e compostos que devem guarnecer a botica pertencentes ao Hospital Real da Capitania de São José do Piauí – 1801 Arquivo Público do Piauí – Códice 402, Manuscrito do livro de registros de Cartas da Companhia Geral do Estado do Grão Pará e Maranhão principiado no tempo do governo do senhor Gonçalo Lourenço Botelho de Castro Governador desta Capitania de São José do Piauí (1769-1802).

pontes, árvores caídas poderiam inviabilizar a viagem, pois certamente as amostras “não vingariam”.¹⁸⁵

As cargas com as plantas, flores, cascas, sementes eram extremamente frágeis, os responsáveis pelo envio deveriam defendê-las das chuvas, pois poderiam acabar com “a pouca terra” que havia dentro dos caixotes. Proteger do calor intenso e do movimento da viagem que “despegariam as tenras raízes quando principiavam a vigorar”. Os referidos inconvenientes eram minimizados quando “cobriam as plantas com couros de boi de maneira que nunca se ofendam as suas extremidades.” As caixas deveriam ser colocadas ao sol e recolhidas ao meio-dia. A noite eram deixadas ao sereno, exceto em dias de chuva. A terra não poderia ficar seca, nem muito molhada e os cavalos deveriam ser conduzidos a mão e nunca soltos para evitar movimentos bruscos.

3.5 Relações afro-indígenas

Se voltarmos às fontes produzidas no período colonial, percebemos uma quantidade expressiva de autoridades coloniais, como: governadores, médicos, cirurgiões, capitães, secretários, generais, procuradores, sargentos, ouvidores, comandantes entre tantos outros ofícios ligados à Coroa portuguesa. Mas a sociedade escravista colonial era composta majoritariamente de negros e indígenas, principalmente em sociedades rurais.

Temos um número expressivo de trabalhos que mostram as relações entre europeus e escravizados. Mas apesar de africanos, indígenas e seus descendentes terem sido a maioria da sociedade, poucos são os trabalhos que discutem as interações afro-indígenas. Nas palavras de Russell-Wood, “um aspecto notável da historiografia brasileira é o desequilíbrio entre a extensa literatura aos contatos luso-africanos e a escassa oferta no campo dos contatos índio-portugueses ou índio-africanos” (RUSSELL-WOOD, 2021: 283).

Ainda há um grande desafio para a historiografia conseguir conectar as histórias de povos indígenas e africanos (WADE, 2018). Ambos compartilhavam os mesmos espaços de sociabilidades, realizavam planos de fuga e de assassinato a senhores de escravos, se casavam, eram padrinhos de batismo, tinham filhos, mesclavam conhecimentos nas práticas de cura, trabalhavam juntos etc. Logo, é impossível discutir escravidão no século XVIII e não falar sobre os povos indígenas.

¹⁸⁵ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de um canudo de latão com desenhos, ramos ressecados e descrições botânicas. São Luís, Maranhão. 25/09/1800. AHU-MA, cx. 112, d. 8759.

Em meio à escravidão, africanos e indígenas construiriam interações sociais, resultando daí a incorporação e trocas culturais entre as várias Áfricas e os nativos das Américas.

Este riachinho é o primeiro que dá parte do sul entra no Canindé junto com sua cabeceira tem uma só fazenda de éguas, está nela um negro escravo do campo de Afonso sertão senhor da fazenda *esse negro se chama Francisco é casado com uma Índia de quem tem 5 filhas* é um negro de conta e sem branco na fazenda. A fazenda sítio da cobra, estão nela *dois negros, sem brancos*. A fazenda grande, está nela Antônio Gomes Pereira com *um negro e uma índia*. A Alagoa do Itariz, está nela Manoel da Silva Soares com *dois negros e três índias*.¹⁸⁶

Desde o século XVI no Maranhão há relatos do convívio entre negros e indígenas. Podemos citar como exemplo o relato dos índios Charúna, concedido ao viajante João Velho do Vale, sobre as relações de proximidades com “negros africanos” e indígenas convivendo às margens do Rio Parnaíba, assim como também eram parceiros de fugas quando alguma ameaça surgia.¹⁸⁷

Vale ressaltar que a transição da mão de obra escrava indígena pela africana ocorreu de forma lenta e gradual. Durante algum tempo vigorou a ideia de que, com a intensificação do comércio de escravizados africanos com o interesse da Coroa Portuguesa em catequizar os indígenas, houve imediatamente uma substituição do trabalho indígena para africano. Mas não foi bem assim, essa substituição envolveu um forte interesse da Coroa em controlar a atividade econômica advinda do tráfico de escravizados africanos e muitos portugueses relutaram em abandonar a mão de obra indígena, de modo que esse conflito se estendeu do século XVI até o século XVIII. No Estado do Maranhão e Piauí a mão de obra escrava indígena vigorou até meados do século XVIII (ALMEIDA, 2010).

Foram escravizados tanto negros africanos que atravessaram o atlântico numa longa e dolorosa viagem, como também diversos povos indígenas utilizados como mão de obra e obrigados a subordinarem-se às vontades daqueles que invadiam suas terras.¹⁸⁸ A explicação desse contexto histórico não acontece de forma simplificada, foi um processo longo e que exige uma análise profunda para compreender como ocorreram essas relações ora de conflitos, ora de alianças.

Tanto os africanos trazidos de forma forçada para o Brasil, como os seus descendentes e povos indígenas não ficaram passivos à condição de escravos. Apesar do sofrimento

¹⁸⁶ “Padre Miguel de Carvalho. Descrição do Sertão do Piauí, 2 de maio de 1697 .p. 223

¹⁸⁷ CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Jornada de João Velho do Vale (1685-1687) – Teresina: EDUFPI, 2015. pp 26

¹⁸⁸ WEB TV UFBA. 721. CONECTA - A escravidão no Brasil e seus reflexos, por João José Reis. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uj-3TC0Xwhc>>. Acesso em: 01/10/2015.

vivenciado pela escravidão, os cativos se utilizaram de diversas formas de resistência na medida de suas possibilidades, seja lutando contra o sistema ou negociando condições de vida dentro ou fora do cativeiro.

Cuidam muitos habitantes deste país em fugir da sociedade vivendo nos matos e brenhas, onde se figuram mais livres e donde vem a falta de instrução que padecem, e o respirar tudo a bárbaro e feroz. Verdade esta bem indicada pelos muitos e graves crimes que cometem principalmente de mortes e resistências.¹⁸⁹

Na capitania do Piauí, em 1733, o escravo Ignácio assassinou o seu senhor, sargento-mor da Conquista, a mando da sua concubina Custódia de Almeida “de quem o dito defunto tinha cinco filhos”. Pouco tempo depois, outro assassinado. Dessa vez, a vítima foi o Capitão mor Mauricio Gomes que enquanto dormia, três escravos de sua propriedade o atacaram com um machado na cabeça e em seguida o enterraram. Entre os três escravos acusados, um era “índio da terra”, que “faleceu de doença” antes de receber a sua pena. Ambos os casos foram relatados pelo ex-ouvidor Geral da capitania do Piauí, José de Barros e enviado ao Conselho Ultramarino de Lisboa.

O Juiz ordinário de Oeiras, em 1773, relatou uma denúncia feita por um indígena Acoroá, de acordo com o qual estava sendo gerado um sentimento de indignação da população indígena diante de “tantos castigos, tanta carnicaria, tanta crueldade, tanta vexação” como arrancar a orelha de índios desertores e pendurar em locais visíveis para amedrontar e servir de exemplo.

O principal da Aldeia dos Acoroás, cacique Bruenque do Maranhão, partiu de São Luís até a cidade de Oeiras, pedindo uma satisfação ao governador do Piauí pelas atrocidades que tinham acontecido aos seus parentes. Além de apresentar um ato de resistência do Cacique Bruenque e dos outros que o acompanharam nesta jornada, podemos perceber mais um exemplo de deslocamento mobilizado por povos indígenas.

Em Oeiras “na mesma noite em que chega, com todos os principais parentes, que se achavam na missão, deixa com eles o rancho, e marchando em muitos e espalhados magotes¹⁹⁰ para o mato, demandam a antiga morada” (ALENCASTRE, 1981:60). O objetivo de Bruenque era resgatar os seus parentes do aldeamento no qual sofriam tantas torturas. Infelizmente o desfecho dessa história, assim como inúmeras outras relacionadas aos povos indígenas, teve um final terrível. O historiador Odilon Nunes, apresenta um documento que se refere à prisão na

¹⁸⁹ OFÍCIO do ouvidor do Piauí, António José Morais Durão, 15 de junho de 1772. AHU-Piauí, cx. 10, doc. 17 AHU_CU_016, Cx. 12, D. 684, p. 555.

¹⁹⁰ Magotes, f.m bando, rancho, um número de pessoas juntas. BLUTEAU, Rafael. *Dicionário Língua Portuguesa*. Século XVIII, p. 43.

cidade de Oeiras, ainda no mesmo ano, do cacique Bruenque “e outros acoróas... mantidos em troncos ou em pesados ferros” (NUNES, 1972: 125).

Negros e indígenas estavam inseridos numa lógica similar de dominação e construíram sua agência na mesma proporção, as interações entre esses sujeitos remontam antes mesmo da ação colonizadora e se intensificam após a colonização.¹⁹¹ Reginaldo Miranda ao realizar uma pesquisa sobre o aldeamento de índios em S. Gonçalo na capitania do Piauí, relata que pelo menos desde o ano de 1794 há registros de “reuniões festivas mescladas de elementos indígenas e africanos, regadas a aguardente (MIRANDA, 2004: 106).

E constando-nos que nesse lugar se fazem vários batuques em que se gastam seus frascos de aguardente, com o que por ele passeiam vários escravos das fazendas vizinhas, somos a ordenar a VM.ce que semelhantes batuques, entradas de frascos de aguardente e passeios de escravos vizinhos não consinta nesse lugar pois que tudo se faz a ele é prejudicial e se conduz a desordem.¹⁹²

A cultura de cantar e dançar estava intrínseca à vida daqueles sujeitos como um forte ato de resistência. Apesar de serem perseguidos pelas autoridades coloniais com o argumento de que os batuques resultavam em desordens, houve a permanência dessas tradições culturais.

Desse modo, apesar dos horrores da escravidão e da longa e dolorosa travessia pelo Atlântico através do tráfico negreiro, não foram um impedimento para que a cultura africana se disseminasse no Brasil, ocorrendo uma circularidade de culturas africanas nas zonas rurais e urbanas (FARIA, 1998). Para Paul Gilroy, o “Atlântico negro” seria não só palco das circulações de mercadorias, de um lado a outro dos três continentes, mas também um agente demarcador de uma nova identidade cultural, inscritas por escravos que preservariam e, em alguns casos, remodelariam tradições culturais do sujeito moderno (GILROY, 2001). Porém essas culturas e costumes africanos poderiam não serem trazidos intactos para o novo mundo.

Para Sidney W. Mintz e Richard Price, não há como afirmar a existência de uma transposição da cultura africana para as Américas sem que a mesma fosse afetada por outras culturas.

Nenhum grupo, por mais bem equipado que esteja, ou por maior que seja sua liberdade de escolha, é capaz de transmitir de um local para outro, intactos, o seu estilo de vida e as crenças e valores que lhe são concomitantes. As condições dessa transposição, bem como as características do meio humano e material que a acolhe, restringem, inevitavelmente, a variedade e a força das transposições eficazes (MINTZ e PRICE 1992: 19).

¹⁹¹ A historiadora Maria Helena Machado produz um artigo em 1988 onde faz uma análise sobre as novas perspectivas da historiografia da escravidão, ver: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 143-160, 1988.

¹⁹² Arquivo Público do Piauí – APEPI – Manuscrito Carta ao governador do Piauí. 3 de agosto de 1799 Cód 157 p. 82 (MIRANDA, 2004: 106).

É nessa capacidade de circulação de tradições culturais e estratégias que podemos compreender os fenômenos históricos para além das tradicionais fronteiras do pensamento, percebendo as conexões entre variados espaços e populações, fornecendo novas possibilidades de estudos que não ignoram os fatos históricos considerados dominantes e, ao mesmo tempo, permite incorporar as multiplicidades dos sujeitos e suas agências.

Nos documentos analisados, podemos perceber que indígenas e negros compartilhavam experiências tanto para fugirem de um sistema que aprisionava seus corpos, como para constituírem e ressignificarem suas (re)existências no Novo Mundo. O projeto colonial português de exploração de pessoas e de novas terras, encontrava obstáculos que limitavam as suas ações. A existência dos quilombos e mocambos são exemplos disso. É importante olharmos para as fontes com um olhar “des-eurocentrizado”, buscando compreender as inúmeras contribuições dos povos indígenas e africanos, tanto a partir da mão de obra, mas sobretudo com os seus conhecimentos que possibilitaram a sobrevivência, seja através dos conflitos ou das negociações (XAVIER e ZUPANOV, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de compreender as múltiplas dinâmicas relacionadas ao comércio, doenças e práticas de cura na capitania do Piauí no século XVIII, analisamos o quanto a escravidão vigorou em diferentes partes do Império ultramarino português, mas com particularidades definidas por questões como economia, clima, localização geográfica, escravizados, povos indígenas e colonos da região. Esses fatores, quando analisados historicamente, nos possibilita perceber como os próprios projetos das autoridades coloniais foram criados, remodelados ou até mesmo prejudicados, por exemplo, pelo infortúnio das doenças e pela resistência escrava e indígena.

No livro *Mundo em movimento*, Russell-Wood conclui que foram os movimentos que possibilitaram aos povos da América, Ásia e África perceberem a existência uns dos outros, fato que alterou hábitos e costumes de ver a si e aos outros (RUSSELL-WOOD, 2021). Essa visão pode ser estendida para a discussão que propomos nesta pesquisa de que os contatos com múltiplos sujeitos influenciaram na própria percepção e significados em torno das atividades comerciais, doenças e das práticas de cura.

Vimos ao longo do texto que para compreender as narrativas coloniais é necessário evitar generalizações ou modelos explicativos. O contexto, o local e o período analisado devem ser sempre considerados, pois é possível identificar mudanças, rupturas, permanências ou até algumas diferenças quando comparamos as discussões sobre escravidão, saúde e doenças na zona rural e zona urbana, no século XVIII e no século XIX, no sertão e no litoral. Não podemos, portanto, unificar e padronizar experiências que foram particulares a realidades muito específicas.

A capitania do Piauí nos setecentos foi um espaço integrador, atravessado por diferentes processos, fossem eles econômicos, comerciais, políticos, sociais e culturais, fato estes que possibilitaram a interligação entre as regiões, facilitando assim deslocamentos dos fluxos humanos, dos microrganismos, das espécies, vegetais e animais, além das circulações das práticas e saberes. Nesta dissertação, conhecemos o sertão para além de “um local distante do mar”, e o tentamos descrever como um espaço de agenciamentos e de relações entre inúmeros povos indígenas com sujeitos de diferentes regiões de Áfricas e Europa.

Nas descrições das autoridades coloniais o termo “sertões indômitos” surge ainda no século XVII e representava a dificuldade que os colonos portugueses encontravam ao tentarem colonizar aqueles territórios. Os obstáculos para efetivar a ação colonizadora foram inúmeras, como as resistências indígenas, de africanos e nascidos no Brasil, os conflitos, as negociações,

as doenças, os impasses da natureza, as crenças e uso de práticas afro-indígenas que iam na contramão do cristianismo, o não conhecimento da flora, fauna e dos caminhos, entre inúmeras outras dificuldades que tornava ao mesmo tempo a capitania do Piauí um local desejado devido suas riquezas naturais e por ter um papel fundamental na economia, mas difícil de ser conquistado.

Essas questões perpassam todo o século XVIII, tendo em vista que em 1777, o Piauí ainda era definido como “um país, quase todo bárbaro e pouco cristianizado, que não podia servir de exemplo”.¹⁹³ Entretanto, essa era a visão daqueles que tinham que empreender várias tentativas para conseguir alcançar as riquezas daqueles sertões. Essas narrativas não definem o local, contudo nos ajudam a identificar que por trás da visão das autoridades coloniais que pontuavam inúmeras dificuldades, para os nativos elas não existiam.

O que agentes coloniais percebiam aos olhos e descreviam no papel como bárbaro e não cristianizado, aos nativos e menos afortunados, sobretudo indígenas e africanos eram seus modos de modo de viver, suas práticas culturais. Os “caminhos impraticáveis...incertos e perigosos”¹⁹⁴ eram somente para aqueles que nunca haviam andado naqueles sertões e as “terras devolutas”¹⁹⁵ não passavam de espaços cujos agentes coloniais, nas certezas dos seus fracassos, informavam aos superiores que não conseguiram as graças das conquistas em razão das terras estarem “infestada de gentis bravos”.¹⁹⁶

Portanto, um local constituído por múltiplas histórias que conhecemos através das narrativas daqueles que habitavam ou passavam pelos sertões indômitos. Conhecemos que o cativeiro dos escravizados, negros e indígenas, poderia muitas vezes ser sinônimo de falta de liberdade, entretanto suas mentes eram livres para preservar e transmitir seus conhecimentos, como as práticas de cura empreendidas, repassadas e ressignificadas de geração em geração.

Apesar da repressão que existia em torno das práticas curativas utilizadas por negros e indígenas, elas foram durante muito tempo a principal forma de tratamento usada pela

¹⁹³ Ofício do bispo do Pará, D. Fr. João Evangelista Pereira da Silva, para o secretário de Estado dos Negócios do Reino, visconde de vila Nova de Cerveira, D. Tomás Xavier de Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles de Silva. 15 de setembro de 1777. AHU-Pará -ACL-CU_013,Cx.77, D. 6449.

¹⁹⁴ CARTA do governador do Maranhão, Gomes Freire de Andrade. 15 de outubro de 1685, São Luís do Maranhão, AHU_CU_009, Cx. 6, D. 727; CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a carta do ex ouvidor-geral do Piauí, José de Barros Coelho 1733, novembro, 16, Lisboa - AHU-Piauí, cx. 2, doc. 55 AHU_CU_016, Cx. 2, D. 100.

¹⁹⁵ REQUERIMENTO de Bernardo Pires da Costa ao rei D. João V, em que solicita uma sesmaria nas terras devolutas que se encontram no caminho, que vai para a capitania do Piauí. [ant. 1730, abril, 26] Anexo: bilhete e confirmação de sesmaria. AHU_CU_009, Cx. 17, D. 1816

¹⁹⁶ OFÍCIO do [engenheiro] Henrique António Gallucio, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Anexo: 7 docs, 30 de junho de 1762, AHU-Piauí ACL CU_016, Cx.7, D. 437.

população. Essa era uma realidade não apenas das áreas rurais, mas de todo o Brasil colonial que sofria com a “raridade de médicos, cirurgiões e produtos farmacêuticos” na mesma medida em que concorria uma “medicina multifacetada” com povos “afeitos a magia”, principalmente pela experiência da época em mostrar que as artes de cura mestiças apresentavam bons resultados (RIBEIRO, 1997:16).

Analisamos a capitania do Piauí, com foco nas vilas de Parnaíba (litoral) e Oeiras (sertão), como palco para observamos os problemas em torno dos movimentos ocasionados principalmente pelo comércio, mas também pelos deslocamentos de indígenas, contrabandistas, tangedores e condutores de gados, escravizados, colonos, naturalistas, missionários etc. Discutimos sobre as doenças que afligiam os sujeitos, como lidavam com as enfermidades e sobre os perigos dos sertões. Para além disso, buscamos identificar a quem os enfermos recorriam para remediar os males causados pelas moléstias.

Dessa forma, a presente dissertação visa contribuir para a discussão historiográfica da escravidão em diálogo com a história das doenças e da saúde, apresentando novas perspectivas de análises em relação à capitania do Piauí ao longo do século XVIII. Buscamos, portanto, interpretar as fontes resgatando as possibilidades que existem ao estudar eventos do passado, sobretudo permitindo que as narrativas silenciadas falem.

Desenterrar silêncios, e a subsequente ênfase do historiador sobre o significado retroativo de eventos até então negligenciados, consiste em algo que exige não apenas trabalho adicional com os arquivos – sejam fontes primárias ou não o material que se use –, mas também um projeto vinculado a uma interpretação (TROUILLOT, 2016: 104).

Para o antropólogo Michel-Rolph Trouillot, toda narrativa histórica abriga um conjunto de silêncios, mas um passo possível para resolução desse problema seria analisar um evento histórico a partir de 3 pilares, aos quais destaco: a criação, a recuperação e a significância retroativa dos fatos. Ou seja, os historiadores devem analisar o passado buscando identificar e recuperar fatos que não ganharam visibilidade ou que foram tratados como secundários quando eram, na verdade, primordiais. Afinal, a ausência de uma narrativa histórica sobre determinado tema não significa sua inexistência, apenas que está lá, silenciado (TROUILLOT, 2016).

Nesse sentido buscamos na presente dissertação proporcionar uma narrativa que privilegie a criação, a recuperação e significação dos fatos. Claro, quem escreve tem seus próprios interesses e fugir disso é uma tarefa inexecutável até mesmo porque nos ajudam a delimitar o tema. Além disso, as lacunas da História e as inquietações que elas suscitam fazem parte do ofício do(a) historiador(a), possibilitando instigar outros pesquisadores a se

enveredaram nas ausências que essa temática ainda apresenta, tendo em vista que esta dissertação, não esgotou as possibilidades.

Contudo, o objetivo principal da pesquisa foi proporcionar ao leitor uma história que apresentasse múltiplas vozes que ecoavam nas fontes, essenciais para compreender a história do Brasil colonial setecentista. Boa parte dos estudos historiográficos se concentram nas análises das sociedades escravistas urbanas com foco nos modelos econômicos baseados na *plantation*, portanto a discussão que realizamos nesta dissertação visa contribuir com os estudos das sociedades escravistas rurais, trazendo novos elementos a respeito da relação entre escravidão, doenças e práticas de cura nos sertões com o intuito de compreender não apenas a capitania do Piauí, mas a complexidade que foi o Brasil colonial do século XVIII.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

ARQUIVO PÚBLICO DO PIAUÍ – (APEPI)

APEPI. Resumo de todas as pessoas, livres cativas, fogos e fazendas da cidade, vilas e sertões da capitania de S. José do Piauí. Capitania do Piauí. Livro II – 1764-1770. SPE// COD. 147. ESTN. 02 PRAT. 01.

Arquivo Público do Piauí – APEPI – Correspondências a Juízes Ordinários, capitães de campo, empregados públicos e civis 1773- 1778, Cod. 150. p.4.

Arquivo Público do Piauí – APEPI – Correspondências a Juízes Ordinários, capitães de campo, empregados públicos e civis 1773- 1778, Cod. 150. p.11v/12.

Arquivo Público do Piauí – APEPI Carta ao Tenente Coronel João do Rego Castelo Branco, Oeiras do Piauí - 27 de outubro de 1792 Cod 153 p. 101 a 103.

Arquivo Público do Piauí (APEPI) – Códice 149, Seção de Manuscritos – Correspondências ao General do Estado (1770-1781). Pág. 2; Pág 4; Pág. 16; Pág. 17; Pág. 42.

Arquivo Público do Piauí (APEPI) – Códice 149, Seção de Manuscritos – Correspondências ao General do Estado (1770-1781). 3 de janeiro de 1772.

Auto de devassa que mandou fazer o juiz ordinário Marcos Francisco de Araújo Costa sobre as mortes feitas aos índios Gueguês no dia 8 de janeiro do presente ano, junto ao riacho do bacuri entre a fazenda do Jacaré e a esta da Chapada e mais sucessos aí acontecidos. Oeiras do Piauí, 2 de agosto de 1780. Arquivo Público do Piauí, Códices: 146, 149, 162 e 274. Disponível em: MIRANDA, Reginaldo. Autos de devassa da morte dos índios Guegues. Academia Piauiense de Letra: Teresina: 2011.

Carta a Joaquim Barroso de Veras escrita por Dom João de Amorim Pereira em 18 de setembro 1798. Arquivo Público do Piauí – APEPI – Códice 156, fl. 164 Manuscrito do livro de registros de Cartas.

Carta para todos os moradores que ficam na estrada desta capitania para a da Bahia escrita por Dom João de Amorim Pereira em 11 de outubro de 1798. Arquivo Público do Piauí – APEPI – Códice 156, fl. 197, Manuscrito do livro de registros de Cartas.

Relação dos remédios que vão da capitania do Piauí, para a corte e cidade de Lisboa por ofício de 23 de junho, e de 19 de novembro de 1800. SPE COD. 011 / ESTN. 01 PRAT. 01 (Arquivo Público do Piauí - APEPI)

Relação dos remédios simples e compostos que devem guarnecer a botica pertencentes ao Hospital Real da Capitania de São José do Piauí – 1801 Arquivo Público do Piauí – APEPI – Códice 402, Manuscrito do livro de registros de Cartas da Companhia Geral do Estado do Grão Pará e Maranhão (1769-1802).

Termo de eleição que fizeram os moradores do sertão do Piauí, do lugar para se fazer a igreja de Nossa Senhora da Vitória. Pe. Miguel de Carvalho, Doc 62 1697.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU)

CARTA RÉGIA (cópia) do rei D. José, ao governador do Piauí, [João Pereira Caldas], ordenando a publicação da lei que determina sobre o excesso de escravos transportados de África, América e Ásia para o Reino. Anexo: 1 doc. 12 de outubro de 1761 AHU-Piauí, cx. 7, doc. 14 AHU CU_016, Cx. 8, D. 496.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a carta do ex ouvidor-geral do Piauí, José de Barros Coelho, acerca dos assassinatos de senhores praticados por escravos, no Piauí, advertindo o ouvidor-geral do Piauí, [Francisco Xavier Morato Boroa], para cumprir o Regimento dos ouvidores do Maranhão; informa que, por terem sido retidas pelo clero do Piauí, envia de novo as cartas dirigidas à Bahia. Anexo: 3 docs. 1733, novembro, 16, Lisboa AHU-Piauí, cx. 2, doc. 55 AHU_CU_016, Cx. 2, D. 100.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V, sobre a carta do ex-ouvidor-geral do Piauí, José de Barros Coelho, acerca dos assassinatos de senhores praticado por escravos, no Piauí. AHU-Piauí, cx. 2, Doc. 55.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre o novo caminho que se descobriu para o Maranhão e cartas do governador geral do Brasil e do padre Jacobo Cocleo. Anexo: vários docs. 23 de janeiro de 1698, AHU_CU_009, Cx. 9, D. 957.

DECRETO do rei D. José nomeando o capitão-tenente das Naus da Armada Real e ajudante de Ordens, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, governador da capitania do Piauí. AHU-Piauí, cx. 9, doc. 17, 18; Maranhão, cx. nv 858 AHU_CU_016, Cx. 10, D. 601.

MAPA das sesmarias que a Casa da Torre e seus sócios pretendem no sertão do Piauí, 13 de outubro de 1684 AHU – Piauí -CU-016, Cx. 1, D. 1.

OFÍCIO (cópia) do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a regulamentação das despesas da Companhia dos Dragões e do pagamento do salário ao cirurgião dos soldados da capitania do Piauí. Anexo: 12 docs. [post. 1768, julho, 14, Oeiras do Piauí] - AHU-Pará, cx. nv 741, 745 AHU_CU_016, Cx. 10, D. 596.

OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a necessidade da construção de um novo hospital e armazém militar, e queixando-se do capitão Manuel José de Ascensão, que serve como médico dos militares enfermos (Arquivo Histórico Ultramarino, Maranhão) AHU_CU_009, Cx. 40, D. 3942. 8 out. 1761.

OFÍCIO da Junta Governativa do Piauí, ao secretário do estado da Marinha e Ultramar, [Inácio da Costa Quintela], sobre a necessidade se edificarem novas casas para o Hospital Militar e para o Fisco, pois as existentes são impróprias, devido à falta de comodidade, insuficiências e por se encontrarem arruinadas. Oeiras do Piauí AHU-Piauí, cx. 24, doc. 12. AHU_CU_016, Cx. 31, D. 1624, 4 de março 1822.

OFÍCIO de Alexandre Rodrigues Ferreira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo o ofício do médico do Hospital São José de Lisboa, António Mendes Franco, em que pede gomos de caninana, oriundos do Piauí, para verificar o seu efeito no veio canceroso de um paciente; solicita permissão para enviar a última porção do bálsamo de caninana ao referido médico. 1799, outubro, 15, [Lisboa] Anexo: 2 docs. AHU-Piauí, cx. 17, doc.53 AHU_CU_016, Cx. 23, D. 1178.

OFÍCIO do [engenheiro] Henrique António Gallucio, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as configurações geométricas que

efectuou de toda a costa marítima, desde o Pará ao Maranhão e capitania do Piauí, para elaboração de cartas geográficas da capitania, enviando um requerimento a solicitar a sua nomeação para o cargo de sargento-mor engenheiro, com soldo dobrado. Anexo: 7 docs, 30 de junho de 1762, AHU-Piauí ACL CU_016, Cx.7, D. 437

OFÍCIO do [governador do Piauí], Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o grave estado de saúde do sargento-mor, Joaquim António, a quem foi incumbido a disciplina do Regimento de Cavalaria Auxiliar do Piauí, e solicitando que este possa deslocar-se para outro local, onde se possa curar. Oeiras do Piauí, 25 de junho de 1770. AHU-Piauí, cx. 9, doc. 35 AHU_CU_016, Cx. 11, D. 635.

OFÍCIO do [governador interino do Piauí], Francisco Diogo de Moraes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a recepção do ofício que manda remeter a goma caninana e informa que irá remetê-la na primeira ocasião. 1800, Julho, 19, Oeiras do Piauí Anexo: 3 docs. AHU-Piauí, cx. 18, doc. 38 AHU_CU_016, Cx. 23, D. 1216.

OFÍCIO do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre a guerra que se deve fazer ao gentio, em virtude das queixas dos habitantes de Parnágua; solicita um cirurgião e um capelão. Vila da Moucha, 26 de janeiro de 1760. AHU-Piauí, cx. 6, doc. 7; cx. 7 doc. 20/ AHU_CU_016, Cx. 6, D. 386.

OFÍCIO do [governador e capitão-general do Maranhão e Piauí], D. António de Sales e Noronha, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o pedido de Domingos Dias da Silva para que lhe fosse concedido passaporte para se deslocar da vila de São João da Parnaíba a Lisboa; os direitos que este foi obrigado a pagar no seu regresso, por não o ter feito antes devido à inexistência de uma alfândega; solicitando, por este motivo, a criação dessa instituição e acerca do grande movimento do porto dessa vila. 1781, novembro, 14, Maranhão - Anexo: 1 doc. AHU-Maranhão, cx. nv 873 AHU_CU_016, Cx. 13, D. 787.

OFÍCIO do [governador e capitão-general do Maranhão e Piauí], Fernando Pereira Leite de Fóios, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a morte de D. Francisco de Eça e Castro, governador nomeado para o Piauí; as diligências efetuadas para a recolha dos seus bens e ordens que levava consigo; o ter prevenido D. Francisco para fazer a viagem com uma tropa, cuidando-se da cozinha, por cautela; o perigo de uma guerra civil no Piauí; propondo nomes para governador do Piauí, e solicitando a nomeação de um seu sucessor no Maranhão. 1789, outubro, 3, São Luís do Maranhão - Anexo: 2 docs. AHU-Maranhão, cx. nv 863 AHU_CU_016, Cx. 18, D. 910.

OFÍCIO do governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário dos Negócios do Reino, conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, dando conta de vários assuntos: saída da capitania do bispo, D. António de São José; epidemia de bexigas e prosperidade do comércio. 1767, junho, 20, Maranhão AHU_CU_009, Cx. 42, D. 4178.

OFÍCIO do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o envio dos requerimentos do cirurgião Luís Soares Ferraz Porto, solicitando o posto de cirurgião-mor da praça de Oeiras do Piauí, com o soldo correspondente ao alferes de Dragões. 1774, julho, 23, Oeiras do Piauí, Anexo: 5 docs. AHU-Piauí, cx. 11, doc. 16 AHU_CU_016, Cx. 12, D. 718.

OFÍCIO de Manuel Pinheiro Osório, ao [governador e capitão-general do Maranhão e Piauí], D. Fernando António de Noronha, sobre a remessa de quina branca, preta e quina quina solicitada, produtos que existem com maior abundância nas vilas de Marvão, Valença, São João da Parnaíba e Oeiras do Piauí. 1795, abril, 12, Oeiras do Piauí - AHU-Maranhão, cx. nv 982 - AHU_CU_016, Cx. 19, D. 993.

OFÍCIO do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o seu débil estado de saúde, pelo que solicita a nomeação de um seu sucessor para o governo do Piauí. 1772, agosto, 15, Oeiras do Piauí. AHU-Piauí, cx. 10, doc. 26 AHU_CU_016, Cx. 12, D. 695.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando sobre o mau procedimento do cirurgião mor, António José Alvares, para com os índios. (Arquivo Histórico Ultramarino, Maranhão) AHU_CU_009, Cx. 41, D. 4067. 9 ago. 1764.

OFÍCIO do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o envio do plano militar da capitania do Piauí. Anexo: 1 doc. 1772, agosto, 15, Oeiras do Piauí- AHU-Piauí, cx. 10, doc. 26 AHU_CU_016, Cx. 12, D. 694

OFÍCIO do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o falecimento do sargento-mor do Regimento de Cavalaria Auxiliar, Joaquim António de Barros e Vasconcelos, e solicitando que se nomeie alguém da Corte para a ocupação deste posto. Oeiras do Piauí, 5 de março de 1771- AHU-Piauí, cx. 10, doc. 4, 15 AHU_CU_016, Cx. 11, D. 654.

OFÍCIO do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo cópia do contrato de arrematação da abertura de uma estrada entre a cidade de Belém do Pará e a vila de Ourém, facilitando a comunicação por terra com as capitanias do Maranhão e Piauí, sobretudo na introdução de gado vacum naqueles sertões e na prestação de socorros às populações. 1775, janeiro, 18, Pará. Anexo: contrato de arrematação (cópia). AHU_CU_013, Cx. 73, D. 6186.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, José Teles da Silva, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre uma descrição do comércio de carnes e peles praticado na vila de São João da Parnaíba e sua extensão a Lisboa; a necessidade de uma alfândega no porto da Parnaíba; e as epidemias que fustigam a população, em virtude da secagem das carnes. (Arquivo Histórico Ultramarino, Piauí) ACL_CU_016 cx. 13, doc 34. 13 fev. 1786.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior, a remeter cópia de uma carta do bacharel Vicente Jorge Dias Cabral informando a existência, achamento e classificação de plantas medicinais, na capitania do Piauí. Faz ainda referências ao aviso de 19 de setembro de 1799, que proíbe o corte, queima ou desbaste das matas onde houvesse quina e sobre o envio do arbusto denominado manacá, eficaz contra a sífilis. 1803, maio, 21, São Luís do Maranhão, Anexo: 2ª via e respectivos docs. AHU_CU_009, Cx. 128, D. 9595.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando sobre o mau procedimento do cirurgião mor, António José Alvares, para com os índios. (Arquivo Histórico Ultramarino, Maranhão) AHU_CU_009, Cx. 41, D. 4067. 9 ago. 1764.

REQUERIMENTO do médico Dr. António Carvalho Sardo e Villa-Lobos ao rei D. João V, solicitando que lhe seja passado alvará com a prerrogativa de físico-mor, por não haver médicos na capitania do Maranhão. [ant. 1733, fevereiro, 3] Anexo: 1 certidão. AHU_CU_009, Cx. 20, D. 2066.

OFÍCIO do [governador e capitão-general do Maranhão e Piauí], José Teles da Silva, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a descoberta de quina nos sertões do Piauí, cuja casca é semelhante à casca peruviana, existente na Europa, e remetendo amostra de sementes de quina. 1787, junho, 30, Maranhão-Anexo: amostra de sementes de quina AHU-Maranhão, cx. nv 883- AHU_CU_016, Cx. 17, D. 850.

OFÍCIO do governo interino Piauí, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a doença do [ouvidor-geral do Piauí], Cristóvão José de Frias Soares Sarmiento, e o envio de um ofício relativos à aplicação da ordem régia relativa ao comércio a praticar no Piauí. 1794, outubro, 10, Oeiras do Piauí - Anexo: 2 docs. AHU-Piauí, cx. 15, doc. 10 AHU_CU_016, Cx. 19, D. 992.

OFÍCIO do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a remessa de amostras de quina, pedra hume e capa-rosa, encontradas na vila de São João da Parnaíba. 1763, fevereiro, 15, Oeiras do Piauí AHU-Piauí, cx. 8, doc. 4 AHU_CU_016, Cx. 9, D. 519.

OFÍCIO do ouvidor do Piauí, António José Morais Durão, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre o envio de uma relação dos moradores, fazendas e sítios do Piauí, com as qualidades, sexos e idades. Oeiras do Piauí, 15 de junho de 1772. AHU-Piauí, cx. 10, doc. 17 AHU_CU_016, Cx. 12, D. 684.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado dos Negócios do Reino, marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, referente à administração dos doentes do Hospital Militar de São Luís do Maranhão. 1777, março, 3, Maranhão. Anexo: 1 cópia. AHU_CU_009, Cx. 51, D. 4919

REQUERIMENTO do Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo, ajudante António do Rego Castelo Branco, à rainha [D. Maria I], solicitando que se passe ordem ao governador do Estado do Maranhão, para que o autorize a voltar para sua casa em Oeiras do Piauí, por se encontrar doente, e se nele acharem alguma culpa, que seja remetido ao Bispo do Maranhão, que é o juiz dos cavaleiros, para lhe dar livramento. 14 de março de 1789. AHU-Piauí, cx. 14, doc. 7 AHU_CU_016, Cx. 17, D. 886.

REQUERIMENTO (cópia) do cirurgião, Francisco José da Costa Alvarenga, à rainha [D. Maria I], solicitando o pagamento do seu soldo, do tempo que serviu no hospital Militar, do Piauí. AHU-Maranhão. AHU_CU_016, Cx. 19, D. 981, 3 de abril de 1794.

REQUERIMENTO de José António Pereira Vilela, negociante da praça de Lisboa, ao príncipe regente [D. João], solicitando que seja enviado à Casa das Índias, o aviso que determina que lhe sejam entregues os 17 surroins de quina, que lhe foram consignados pelo governador do Piauí. [post. 1792, Lisboa] Anexo: 1 doc. AHU-Piauí, cx. 25, doc. 68 AHU_CU_016, Cx. 19, D. 961.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT)

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ministério do Reino. Consultas do Conselho Ultramarino. Maço 314, cx.420.

Processo Inquisitorial de Luís Ribeiro - Crime: acusação e sacrilégio, 19 de março de 1779. Arquivo Nacional da Torre do Tombo Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2302079>.

BIBLIOTECA NACIONAL (BN)

Relação dos escravos das fazendas da Inspeção de Nossa Senhora de Nazaré no Piauí, de todos quantos nelas se acham também os da Residência com as suas idades pouco mais ou menos. [S.l.: s.n], Manuscrito. Manuel Antunes de ASSUNCAO, 1778. Disponível em: <<https://bit.ly/2TG6F4c>>. Acesso em: 6 jun. 2020.

Fontes impressas

_____. *A companhia geral do Grão-Pará e Maranhão: o comércio intercontinental PortugalÁfrica- Brasil na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988. 2 v.

“RELATÓRIO do bacharel João Antônio da Cruz Diniz Pinheiro, ouvidor que foi do Maranhão, composto em 1751.”.IN_ AZEVEDO, João Lúcio de. Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização. Belém: SECULT, 1999.p. 344. – Fala sobre as reconfigurações territoriais do Estado do Maranhão.

“ROTEIRO do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piahui”. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo LXII. Vol. 99. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900. p. 60 – 161.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Os índios na história do Brasil*. Editora FGV, 2010.

ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas: com várias notícias curiosas do modo de fazer o açúcar, plantar e beneficiar o tabaco, tirar ouro das minas, e descobrir as da prata, e dos grandes emolumentos que esta conquista da América Meridional da ao reino de Portugal com estes, e outros gêneros e contratos reais. *Senado Federal - Arquivo online*. 1711. pp 198. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222266>

AZEVEDO, João Lúcio de. História de Antônio Vieira, com factos e documentos novos. Lisboa, A. M. Teixeira, 1918-1921. 2 vol. in-º8 , 1 portr. Bibliothèque nationale de France, département Philosophie, histoire, sciences de l'homme, 8-OZ-506 (1) 1918-1921 (Pág. 326) Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k934840h>

BLUTEAU, Rafael. *Dicionário Língua Portuguesa*. Reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Lisboa, na Oficina de Simão Thaddeo Ferreira. Ano M. DC C. LXXXIX.

CARREIRA, António. *As Companhias pombalinas de Grão-Pará, Maranhão, Pernambuco e Paraíba*. 2 ed. Lisboa, Ed. Presença, 1983.

CARVALHO, Joao Renor Ferreira de. Jornada de Joao Velho do Valle em Reconhecimento dos Rios Itapecuru, Monim, Mearim e Paraguassu (1685-1687): fazendo acordos de paz com as nações: Caicai, Guareti, Guanare e Charuna. Teresina: Editora UFPI, 2015.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasília ou Relação Histórica e Geográfica do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1817.

CHERNOVIZ, Napoleão. Dicionário de medicina popular. [s.l.]: Brasiliana, 1890.

CRISTOBAL DE ACUNA, “Novo descobrimento do grande rio do Amazonas”, Brasiliana, vol.203, 1641.

DESCRIÇÃO do Sertão do Piauí remetida ao IHm^o e Rm^o Senhor Frei Francisco de Lima, bispo de Pernambuco, Piauí, feito pelo Padre Miguel de Carvalho. 2 de maio de 1697”.IN_ ENNES. Ernesto. As guerras dos Palmares (Subsídios para sua história): Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Doc. 64. pp. 368-389.

FERREIRA, Pedro. “Dicionário Histórico e Geográfico da Ibiapaba” Fortaleza, 1935.

GAIOSO, Raimundo. “Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão e suas produções” Pariz: P.N. Rougeron, Impressor, 1818.

PINTO, Pe. José Xavier de Moraes da Fonseca. *Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão* cujo território compreende hoje as províncias do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Amazonas, Senado Federal, 1860. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182849L>).

SOBRINHO, Barbosa Lima. O devassamento do Piauí. Brasiliana V. 255 Companhia Editora Nacional, 1946.

VELOSO, José Mariano da Conceição. Quinografia portuguesa ou coleção de várias memórias sobre vinte e duas espécies de quinas Lisboa: Na Offic. de João Procópio Correa da Silva. Abaixo do título: tendências ao seu descobrimento nos vastos domínios do Brasil, copiada de vários autores, enriquecida por cinco Estampas de Quinas verdadeiras, quatro falsas e cinco de Balsameiras; e coligidas de ordem de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor por Fr. José Marianno Velloso Menor Reformado da Província do Rio de Janeiro, Biblioteca Brasileira, 1799. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/42621799>

Bibliografia

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500 – 1800*. 7 ed. São Paulo, Publifolha, 2000.

ABREU, Capistrano. *Caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro, Livraria Briguiet, 1930.

ABREU, Jean Luiz Neves. José Pinto de Azeredo e as enfermidades de Angola: saber médico e experiências coloniais nas últimas décadas do século XVIII. *Revista de História*, São Paulo, n.166, p. 163-183, jan./jun.2012.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*. 2^a edição. Teresina: COMEPI, 1981.

ALMEIDA, Carla B. Starling. *Medicina mestiça*. Saberes e práticas curativas nas minas setecentistas. São Paulo: Annablume, 2010.

AMANTINO, Márcia. As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no Jornal do Commercio (RJ) em 1850. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1377-1399, out.-dez. 2007.

ARINOS, Afonso. *Síntese da história econômica do Brasil*. Salvador, UFBA, 1958.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. Caminhos do gado: paisagem cultural e urbanização de cidades do sertão nordestino dos séculos XVII e XVIII. *1º Colóquio Ibero-Americano: Paisagem cultural, Patrimônio e Projeto* 2012.

- ARRAES, Damião Esdras Araújo. *Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2012.
- BARBOSA, Benedito Carlos Costa. *No tempo das bexigas: rastros de uma epidêmica moléstia no Grão-Pará colonial (1755-1819)*. 251 f. Tese (Doutorado em História). Casa de Oswaldo Cruz-COC/FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2019.
- BARBOSA, Keith de Oliveira; GOMES, Flávio. Doenças, morte e escravidão africana: perspectivas historiográficas. In: PIMENTA, Tânia Salgado & GOMES, Flávio (orgs). *Escravidão, Doenças e Práticas de Cura no Brasil*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016. p. 273-308.
- BARBOSA, Keith. Saúde e escravidão: aspectos da experiência negra entre Brasil e Angola na primeira metade dos dezenove. *Identidades: XIII Encontro de História Anpuh-Rio*, 2008.
- BLOCH, Marc. *Reis Taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio França e Inglaterra*. Prefácio de Jacques Le Goff; tradução: Júlia Mainardi. São Paulo, Companhia das Letras. 2ª edição, 2018.
- BOXER, Charles. *A Idade do Ouro do Brasil: Dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1969.
- BUCHILLET, Dominique. Colonization and Epidemic Diseases in the Upper Rio Negro Region, Brazilian Amazon (Eighteenth-Nineteenth Centuries). *Boletín de Antropología Universidad de Antioquia* [en línea]. 2018, 33(55), 102-122.
- CAETANO, Rodrigo. Uma economia em outono: trabalhadores escravos ligados ao labor. *Almanack*, Guarulhos, n. 24, ea03318, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/zjcQrqXkvhzpdTtt9DXL9gL/?format=pdf&lang=pt> Acesso: 03 de setembro de 2021.
- CALAINHO, Daniela Buono. Metrôpole das mandingas: religiosidade negra e Inquisição portuguesa no Antigo Regime. 2000. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, 2000. p. 163.
- CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). *Revista Brasileira de História*, v. 31, n. 61, p. 317-338, 2011.
- CHALHOUB, Sidney, et al (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas, Ed. Unicamp, 2003.
- CHAMBOULEYRON, Rafael, IBÁÑEZ-BONILLO, Pablo e MELO, Vanice Siqueira de “vastidão dos gentios bárbaros”: caminhos e fronteiras entre o maranhão e o brasil (1680-1700). *Almanack* [online]. 2021, n. 27 [Acessado 5 outubro 2021], ed00221. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-463327ed00221>>.
- CHAVES, J. Monsenhor, 1998. *A escravidão no Piauí*. Obra completa. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.
- COSTA, F. A. Pereira. *Cronologia histórica do estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a Proclamação da República*. v.2. Teresina: Artenova, 1974.
- COUTO, Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.
- CROSBY, A. W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. Trad. José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CURTIN, Philip D. *The Trans-Atlantic Slave Trade: a Census*. Madison: University.

- DAMACENA NETO, Leandro Carvalho. *As 'Artes de curar' nos Guayazes: o Real Hospital Militar de Vila Boa (c. 1770 – c. 1827)*. 2019. 330 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.
- DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- DIAS, Claudete Maria Miranda. Povoamento e despovoamento: da pré-história à sociedade escravista colonial. In: *FUMDHAMENTOS VII*, 2008 p. 417-429. Disponível em: http://fumdham.org.br/wp-content/uploads/2018/08/fumdham-fumdhamentos-vii-2008-_058474.pdf. Acesso em: 12 jun. 2020.
- FALCI, Miridan Brito Knox. *Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Editora Nova Fronteira, 1998.
- FERRÃO, José Eduardo Mendes; LIBERATO, Maria Cândida; CATARINO, Fernando Mangas; ABRANTES, Maria Luísa. *Plantas do Brasil: flora econômica do Brasil no século XVIII: plantas do Maranhão-Piauí*. Lisboa: IICT, 2002.
- FERREIRA, Jhon Lenon. Bolsa de mandinga, proteção e perigo em jacobina: três homens negros nas garras da inquisição portuguesa (1745-1756). *Revista Eletrônica Discente do Curso de História – UFAM*, volume 4, número 1, ano 4, 2020.
- FREITAS, Ricardo Cabral de. Ardentes trópicos: febres e saúde pública no Brasil joanino. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.27, n.3, jul.-set. 2020, p.723-740.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 14. ed. 2º Tomo. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1970.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. Modernidade e dupla consciência, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Flávio dos Santos. “Descobertas & experiências” in: Gomes, Flávio dos Santos(org.): *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira, séculos XVIII/XIX*”. Belém: Editora Universitária/UFPA,1999, pp.11-17.
- GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII-XIX)*. 1997. 773f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 1997.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e Quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil -1 ed, - São Paulo: Claro Enigma, 2015 (Coleção Agenda Brasileira)*.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1798.
- GUIDON, Niéde. As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônia). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992. p. 41.
- HENRIQUE, Juliana da Silva. *A feira de Capuame: Pecuária, Territorialização e Abastecimento (Bahia, século XVIII)*, Dissertação de Mestrado, PPGHE/USP, São Paulo, 2014.

HESPANHA, António Manuel. “Antigo Regime nos Trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português”. In FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010. p. 45-93.

HESPANHA, António Manuel; SANTOS, Maria Catarina. *Os poderes num império oceânico*. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1998.

JESUS, Priscila Natividade de. *Escravidão, Feitiçaria e Inquisição Portuguesa na Bahia Colonial (1730-1756)*. Dissertação de Mestrado. Santo Antônio de Jesus/BA – 2015, p. 44.

KARASCH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro, 1808- 1850*, São Paulo, Companhia das Letras 2000.

LARA, Silvia Hunold. Sedas, panos e balangandãs: o traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador (século XVIII). In. SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Brasil – colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2000, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977, p.177-191.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; SCHEER, Micaele Irene. *Enfermidade e morte: os escravos na cidade de Pelotas, 1870-1880*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.133-152.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia, 1975.

MARCOCCI, Giuseppe. PAIVA, José Pedro. *História da Inquisição portuguesa (1536-1821)*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013.

MARQUES, Alexandre Bittencourt Leite. *A travessia de escravos dos sertões de Angola para os sertões de Pernambuco (1750-1810)*. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - (Recife. Online)*, ISSN: 2525-5649, vol. 37, Jul-Dez, 2019.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *A história global da escravidão atlântica: balanço e perspectivas*. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 41, p. 14-41, jan./abr., 2019.

METCALF, Alida C. *Os papéis dos intermediários na colonização do Brasil 1500-1600*. tradutor: Pablo Lima, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

MILLER, Joseph. “Mortality in the Atlantic slave trade: statistical evidence on causality”. *Journal of Interdisciplinary History*, v. 11, n. 3, 1981.

MINTZ, Sidney Wilfred; PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afroamericana: uma perspectiva antropológica*. Pallas Editora, 2003.

MIRANDA, Reginaldo. *São Gonçalo da Regeneração, Marchas e Contramarchas de uma comunidade sertaneja: Da aldeia indígena aos tempos atuais*. Teresina, Ed. Gráfica Expansão, 2004.

MOTT, Luiz. Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial. *Revista De Antropologia*, 22, 61-78, 1979. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1979.110804> Acesso em 24 de maio de 2021

MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade*. 2a Ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2010.

NETO, Leandro Carvalho Damacena. *As ‘artes de curar’ nos Guayazes: o Real Hospital Militar de Vila Boa (c. 1770 - c. 1827)*. 334f. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, 2019.

- NOGUEIRA, André Luís Lima. Dos tambores, cânticos, ervas... Calundus como prática terapêutica nas Minas setecentistas. IN: PIMENTA, Tânia e GOMES, Flávio (org). *Escravidão, Doenças e Práticas de Cura no Brasil*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016.
- NUNES, Odilon. *Os primeiros Currais* (geografia e história do Piauí seis seiscentista), Teresina: Monografias do Piauí, 1972.
- NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. v. 1. Teresina: FUNDAPI, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007, p. 155, 1972.
- PAULA, Antônio Neto de. *A carreira marítima Parnaíba-Lisboa: finais do século XVIII: 1779-1793*. Teresina. EDUFPI, 2000.
- PIMENTA, Tânia Salgado. Barbeiros-sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28). *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*. vol.5, n.2, p.349-374, 1998.
- PIMENTA, Tânia Salgado; KODAMA, Kaori; GOMES, Flávio. “Das enfermidades cativas: para uma história da saúde e das doenças do Brasil escravista”. In: TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto (Org.). *História da saúde no Brasil: uma breve história*. São Paulo: Hucitec. 2018. Pp 67-100.
- POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, tupi e "tapuia" no Brasil colonial*. Bauru-SP, EDUSC, 2003.
- PORTO, Ângela de Araújo (org.). *Doenças e escravidão: sistema de saúde e práticas terapêuticas*. CD-ROM, Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, 1997.
- PORTO, Ângela Porto (org.). *Enfermidades endêmicas na capitania de Mato Grosso: a memória de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008: 115.
- PORTO, Ângela. “Fontes e debates em torno da saúde do escravo no Brasil do século XIX”. *Revista Latinoamericana Psicopatologia Fundamental*. v.11, n. 4, p.726-734, dez. 2008.
- PORTO, Carlos Eugênio. *Roteiro do Piauí*. Rio de Janeiro, Artenova, 1974.
- PRADO JR. Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.
- RAJ, Kapil. Conexões, cruzamentos, circulações: A passagem da cartografia britânica pela Índia, séculos XVII-XIX. *Cultura Revista de História e teoria das ideias*. V. 24 2007.
- RAPOSO, Pedro M.P; SIMÕES, Ana; PATINIOTIS, Manolis; BERTOMEU-SÁNCHEZ, José. *Moving Localities and Creative Circulation: Travels as Knowledge Production in 18th-Century Europe*, CENTAURUS, vol. 56, 2014.
- RÊGO, André Heráclio do. O sertão e a geografia. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* [online]. 2016, v. 00, n. 63 [Acessado 1 outubro 2021], pp. 42-66. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i63p42-66>
- REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do. Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerci-antes de Parnaíba (1700-1950). 2010. 291 f. Tese. Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2010.
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org). *Revoltas escravas no Brasil*. Companhia das Letras, 2021.
- RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos Trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

RICCI, Magda; SOUZA, Sueny Diana Oliveira. Distantes de todos, vivendo por si: uma história das estradas, das viagens e dos moradores na fronteira sul da Amazônia entre 1750 e 1850. *Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, v. 18, n. 3, p. 1213-1233, 2014.

RODRIGUES, Dean Soares Rodrigues. A capitania de São José do Piauí na segunda metade do século XVIII: o regimento de cavalaria de auxiliares durante os governos de João Pereira Caldas e Gonçalo Lourenço Botelho de Castro (1759-1775). *ANPUH-Brasil – 30º Simpósio Nacional de História – Recife*, 2019.

ROLAND, Samir Lola. “Historiografia e a colonização do Vale do Parnaíba: o processo de consolidação da ocupação e do povoamento (1720-1759)” In: *Caderno de Resumos VI EHC – Encontro Internacional de História Colonial*, (pp. 284-285). 2016 Salvador, BA, Brasil, 6.

ROSENBERG, Charles E. e GOLDEM, Janet. *Framing disease: studies in Cultural History*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1997.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. Sulcando os mares: um historiador do império português enfrenta a "Atlantic History". *História*, São Paulo [online]. 2009, v. 28, n. 1 [Acessado 15 dezembro 2021, pp. 17-70.

RUSSELL-WOOD, AJR. Fronteiras no Brasil colonial. *Oceanos*, Lisboa, n.40, p.9, 1999.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. *Histórias do Atlântico português*. Ângela Domingues, Denise A. Soares de Moura. (Orgs.) 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

SALVADO, João Paulo. The Rise and Fall of a Lisbon Family Business, 1710–1773: The Case of the House of Torres. *Itinerario*, v. 43, n. 1, p. 146-172, 2019.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas, Editora da Unicamp, Cecult, IFCH, 2001.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Escravidão e Liberdade na Amazônia: notas de pesquisa sobre o mundo do trabalho indígena e africano. *3º Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis, 2007. Disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos3/patricia%20melo%20sampaio.pdf>. Acesso em 05 março de 2021.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Uma vida dedicada ao Real Serviço: João Pereira Caldas, dos sertões do Rio Negro à nomeação para o Conselho Ultramarino (1753-1790). *Varia História* [online]. 2010, v. 26, n. 44 [Acessado 18 setembro 2021], pp. 499-521. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-87752010000200009>>

SANTOS, Gutiele Gonçalves dos. “Um só povo de nações tão diversas”: escravidão e mestiçagens no Estado do Maranhão e Piauí, 1751 – 1800. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) Universidade Federal do Piauí, Campus-Picos, 2019.

SANTOS, Gutiele Gonçalves. A constituição da família escrava no Piauí colonial: escravidão na cidade de Oeiras do Piauí no século XVIII. *Revista Piauiense de História Social e do Trabalho*, v. 05, p.16, 2018.

SANTOS, Vanicléia Silva. As bolsas de Mandinga no espaço Atlântico Século XVIII. Tese de doutoramento, USP, 2008.

SAVITT, Todd L. *Medicine and Slavery. The diseases and health care of blacks in antebellum Virginia*. Urbana, Univ. of Illinois Press, 1978.

- SCHIEBINGER, Londa. *Secret Cures of Slaves: People, Plants, and Medicine in the Eighteenth-Century Atlantic World*. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 2017
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SCOTT, Rebecca; HÉBRARD, Jean. *Freedom Papers: an Atlantic Odissey in the Age of Emancipation*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.
- SILVA, Mairton Celestino da. *Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1821*. 2016. 310f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.
- SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Editora Nova Fronteira, 1999.
- SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos*. Belém: Editora da UFPA, 2012.
- SOUZA JÚNIOR, José Alves. Índios: mãos e pés dos senhores da Amazônia colonial. *Fronteras de la Historia*, Bogotá, vol. 16-2, p. 365-391, 2011.
- SOUZA, Laura de Mello, *O diabo e a terra de Santa Cruz: Feitiçaria e Religiosidade no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- SWEET, James H. *Domingos Álvares, African healing, and the intellectual history of the Atlantic World*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2011.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: huya, 2016.
- VILAÇA, Fabiano. *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*, São Paulo, Annablume, 2011.
- VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. Da obrigação de alimentar os escravos no Brasil. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro) [online]. 2019, v. 32, n. 66 [Acessado 11 dezembro 2021], pp. 5-32.
- WADE, Peter. “Interações, relações e comparações afro-indígenas”. In ANDREWS, George Reid; FUENTE, Alejandro, de la (Org.). *Estudos afro-latinos-americanos: uma introdução*. Buenos Aires: Afro - Latin American Research Institute da Harvard University at the Hutchinss Center - CLACSO, 2018. pp. 119-161.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Cirurgiões do Atlântico Sul conhecimento médico e terapêutica nos circuitos do tráfico e da escravidão (séculos XVII- XIX). Texto integrante dos *Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História*. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004.
- XAVIER, Ângela Barreto e ZUPANOV, Ines G. - Catholic orientalism. Portuguese empire, Indian knowledge (16th-18th centuries). Deli: Oxford University Press, 2015.

ANEXOS

Quadro 5 - Remédios que vão do Piauí para corte de Lisboa

Remédios	Serventia	Modo de preparo
Raiz de pau chamado orelha de onça	Serve esta raiz para a mulher que não lhe veem os costumes cozida e bebida faz logo vir violentamente; Para febres malignas; Para inchaço de obstrução	febres malignadas, ralada esta raiz uma oitava do pau dando a beber em água morna passa logo a febre. E para pontada anteriormente no corpo tão bem uma oitava do pau bebida em água morna, ou em aguardente de cana passa logo a pontada para sangue que dá em fazer manchas pretas pelo corpo bebendo cozida a dita raiz desmancha, para inchaço de opilação, ou obstrução, nove oitavas repartindo em nove papeis dando um em cada dia a beber em vinho desincha e a obstrução desmancha, e fica corada a pessoa, é até agora a virtude desta raiz que se tem descoberto
Casca de mutamba	A serventia desta casca é para quem bota sangue pela boca, e quem tem pustema anterior.	Cozida a dita casca bebida, ou em chisteis cessa a moléstia.
Mel de mutamba	Este mel serve para inchaço e pancadas	Tirada uma porção pequena posto em qualquer inchaço que vem apuro a faz resolver e levando qualquer queda que seja preciso sangrar, só basta tirar uma colher do dito mel, e desfazê-lo em agua morna e bebê-lo que desmanchará todo o sangue que estiver arruinado, e não terá o doente risco nenhum, e levando qualquer queda e

		arrebetando peito, ou virilhas, botando um emplasto do dito mel fica bom mais remédio algum.
Pau chamado para tudo	A serventia deste pau é para toda a febre maligna, e dores de preolis, ou pontada	Pegando em uma 8° da dita casca, moendo-se, e dando-se em água morna a beber, para qualquer dor anterior a faz logo parar, para uma maligna que já sendo possa acudir com sangria cozinhando se uma porção para beber, ou sem christel não precisa mais coisa nenhuma é uma casca tão virtuosa, que por sua virtude lhe puseram o nome para tudo.
Raiz de carrapicho da chapada	A serventia desta raiz estando um doente com diarreia de sangue	Cozida a raiz, e aplicada em christel infalivelmente fica bom sem mais risco, para a soltura de ventre causada de calor, ou almorreas, cozida uma porção da raiz, e aplicada em christel e infalível sara, para gonorreia cozida uma porção, e bebê-la instantaneamente sara que pelas experiências que se tem feito com a dita raiz é o último remédio.
Raiz de Angelica do Mato	Sarna, lepra, de fluxo, sezões malignas	Esta raiz serve cozida, e dada a beber a quem tem de fluxo infalivelmente fica bom tendo qualquer pessoa sarna, ou lepra, fazendo uso de beber uma porção do cozimento desta raiz sara; para quem tem sezões

		<p>malignas com febres tirando o entre casco da dita raiz, pisada uma pequena porção em uma colher de vinho, botar os ditos pós, obra muito, e faz suar muito, e poucos chegam a tomar o dito remédio duas vezes, porque a maior parte deles tomando uma vez fica bom</p>
Entre casca de Caroba	<p>Esta casca a serventia é pega curar toda a qualidade de feridas, sendo a ferida grande como for</p>	<p>cozida esta casca, e lavada a ferida, e pisando outra porção dela botando por cima da ferida como quanta carne pobre tem, e cura a ferida, tendo alguma por gálica, e maligna cozida e picada a casca e amassada em aguardente do reino posta a mesma da dor, infalivelmente sara.</p>
Casca de Marfim	<p>A serventia desta casca é para curar gálico, e corpos incuráveis de feridas</p>	<p>cozida esta casca porção muito pequena beberá três dias com resguardo, e com este remédio há de obrar muito, há de aliviar das dores que tiver pelo corpo, e sarará as feridas que as tiver pelo corpo, e se tiver gomas que fora por causa do gálico pisará esta casca bem pisada, e misturará com vinagre, e se porá em cima da goma, logo a desmancha, tendo inchaços pelo corpo beberá esta casca cozida nove dias, e tomará outros nove dias em chisteis com muito resguardo fazendo isto infalivelmente fica bom.</p>

<p>Raiz de pau chamado quatro atacas da verdadeira folha carmesim ou Remédio dos pobres</p>	<p>Esta raiz tem muita serventia para muito remédios de moléstias graves, estando qualquer doente inchado</p>	<p>Ralando esta raiz quantidade de duas oitavas de pó dado a beber em agua morna faz obrar que é preciso passar aos menos quatro dias para poder tentar outra, e tem um grande resguardo, e faz botar todas as porquidades do corpo para fora é o último remédio; para quem tem sezoens amalgadas cozida uma porção desta raiz, e tomada em christel faz obrar muito, e suar pelo corpo todo, algumas pessoas basta tomar uma só vez havendo algum que tenha dor debaixo das costelas, ou umbigo, relando da raiz a quantidade de duas oitavas, e dando a beber em aguardente obra em vômitos, soar muito, e se tomará com cautela de vento, alivia a doe em qualquer parte que a tiver, para mordedura de cobra ou de outro qualquer bixo que faça anciã, cozida esta raiz dada a beber o doente não tem risco nenhum. Para outra mais alguma moléstia como seja estoporadas nos queixos apertados, rapando esta raiz dando-lhe de fuma dor dela faz dar de di os queixos, e dizem vários que sendo a primeira vez que tenha dado esta moléstia, fazendo se isto dizem não dá mais, estas são as virtudes que se tem</p>
---	---	---

		descoberto deste pau, e pelos grandes milagres que tem feito costumam chamar este pau de remédio dos pobres.
--	--	--

Fonte: Relação dos remédios que vão da capitania do Piauí para a corte de Lisboa - Palácio de Oeiras, Francisco Diogo de Moraes - Arquivo Público do Piauí-APEPI, 31 de janeiro de 1800.

Quadro 6 - Relação dos remédios simples e compostos que devem guarnecer a botica do Hospital da capitania do Piauí

Águas	Balsamos	Cascas	Emplastos	Espíritos
Canela esperianoza	Divino	Simarouba	Meliloto Verde	Especes para Vinho Etflico
De melícia (Melissa) composta	Copaiba	--	Pano com Mercurio	De ventriolo
Da Rainha de Ungria	D'empofar	--	D'sienta	De concharia
Aguardente do reino	Catálico	--	Confortativo	Ponta de veado
--	D'aparicio	--	D'aquilão gomado	--
--	D'ar....	--	Visicatorio	--
--	--	--	Espremacete	--

Farinhas	Flores	Frutos	Gomas	Ervas
Emolientes	Alfazema	Tamarindos	Manna	Marcela galega
Rezolutivas	Cardeais	--	Aleanfor	Losma
--	Rozas	--	Arabia	De abela
--	Sabugo	--	Açafelida	Sete Sangrias
--	De empofar	--	Amoniaco	Salva
--	De arnica	--	--	Sene

Óleos	Pedras	Pirolas	Pos	Raízes
De amêndoas doces	Pedra infernal	Pirolas e mereureaes purgantes	Jalapa	Aleamuns
De mariela	Pedra Ume	De sinagloza	Raiz de Epecaconha	De altea
De linhaça	Lipes	--	Rei Bárbaro	De azedas
De vermentina	--	--	Cantaridas	De grama
	--	--	De vigo	Apredientes
--	--	--	Pedra ume caleinada	Salea parrelhas
--	--	--	De agridio	Almeirão
--	--	--	Mercurio doce	--

--	--	--	Olhos de Caranguejo	--
--	--	--	Vitriolo branca	--
--	---	--	Catto	--
--	--	--	Epiope Mineral	--

Raspas	Saes	Tinturas	Sementes	Unguentos
Ponta de viado	Armoniaco	De Cantaridas	Sevides	D'altea
--	Cartarlico de Glauber	De Azebar	Linhaça	De Azougue
--	Polieresto	De Mirra	Sevado do Reino	Bazalicão amarelo
--	Cremor de Tartaro	Laudeno Líquido de Sendilhão	--	Branes
--	Nitro Puro	--	--	De Vulia
--	Tartaro emetico	--	--	Vermentina Fina
--	Sal de Tartaro	--	--	--
--	De chumbo	--	--	--

Sem Classificação

Confeições Triaga e Magora de Veneza
Extratos saturno
Mel de abelha
De acodio
Rei Barbaro
Atube de Amoras
Mel rozado
Achomel --

RELAÇÃO DOS PERTENCES

1 caixa com balança, marco e grãos
1 seringa de estanho
10 pinos de seringa
1 tocha de latão
2 espátulas de ferro
1 goral de pedra com mão de pau
2 colheres próprias – medidas de uma libra, meia libra, uma e meia
2 peças de fita de linho largas
2 ditas mais estreitas
6 varas de pano de linho
1 almofares de bronze com mão de -
6 ventosas

Fonte: Relação dos remédios simples e compostos que devem guarnecer a botica pertencentes ao Hospital Real da Capitania de São José do Piauí – 1801 Arquivo Público do Piauí – Códice 402, Manuscrito do livro de registros de Cartas da Companhia Geral do Estado do Grão Pará e Maranhão principiado no tempo do governo do senhor Gonçalo Lourenço Botelho de Castro Governador desta Capitania de São José do Piauí (1769-1802).

Quadro 7 - Relação dos escravos das fazendas da Inspeção de Nossa Senhora de Nazaré

Fazenda da Frang ^a de Baixo Total: 15 escravos			
NOME	PROCEDÊNCIA	IDADE	OBSERVAÇÕES
Antônio	Angola	83 anos	Já não serve
Francisco	Angola	57 anos	Casado com Anastácia
Anastácia	Crioula	33 anos	Casada com Francisco
Domingos	Mestiço	15 anos	Solteiro
Manoel	Crioulo	10 anos	
Anacleto	Crioulo	3 anos	
Manuel	Angola	24 anos	
Eleuterio	Crioulo	2 meses	
Joanna	Crioula	13 anos	
Anna	Crioula	8 anos	
Josefa	Mestiça	6 anos	
Brazida	Crioula	73 anos	Já não serve
Leonardo	Crioulo	39 anos	Casado com a Felicia
Felicia	Crioula	31 anos	Casada com o Leonardo
Dimicianna	Crioula	1 ano	

O criador: João Pereira Maciel

Fazenda da Serrinha - Total: 8 escravos			
NOME	PROCEDÊNCIA	IDADE	OBSERVAÇÕES
Mestino	Crioulo	55 anos	Solteiro
André	Crioulo	33 anos	Solteiro
Ignacio	Angola	61 anos	Solteiro
Antônio	Crioulo	16 anos	Solteiro
Francisco	Angola	53 anos	Casado com Victoria
Victória	Crioula	19 anos	Casada com Francisco
Luiza	Mestiça	5 anos	
Maria	Crioula	9 anos	

O criador: Leandro R da Cruz

Fazenda do Oleo d'agua - Total: 7 escravos			
NOME	PROCEDÊNCIA	IDADE	OBSERVAÇÕES
Manoel	Congo	87 anos	De nada serve – Casado com Leomaria
Leomaria	Angola	59 anos	Aleijada – Casada com Manoel
Fellix	Crioulo	31 anos	Solteiro
Antônio	Crioulo	19 anos	Solteiro
João	Mestiço	11 anos	
João	Angola	53 anos	Doente de Lene – Casado com Anna
Anna	Crioula	29 anos	Casada com João Angola

O criador: M L Texeira

Fazenda do Algodões - Total: 18 escravos			
NOME	PROCEDÊNCIA	IDADE	OBSERVAÇÕES
Alexandre	Mina	73 anos	Doente – Casado com Catarina
Catarina	Mina	47 anos	Casada com Alexandre
Francisco	Angola	67 anos	Casado com Maria
Maria	Angola	53 anos	Casada com Francisco
Francisco	Crioulo	42 anos	
Albino	Crioulo	20 anos	Solteiro
Pedro	Angola	11 anos	
Gonçalo	Crioulo	14 anos	
Manoel	Crioulo	13 anos	Aprendendo o ofício de Celeiro
Ignacio	Angola	57 anos	Casado com Esperança
Esperança	Crioula	27 anos	Casada com Ignácio
Domingas	Crioula	37 anos	Viúva
Paula	Crioula	9 anos	
Eugenia	Crioula	5 anos	
Pascoa	Mestiça	2 anos	
Dionísia	Crioula	1 ano	
Maria	Crioula	2 anos	

João	Crioulo	7 anos	
------	---------	--------	--

O criador: Domingos R Pinto

Fazenda dos Catearens - Total: 5 escravos			
NOME	PROCEDÊNCIA	IDADE	OBSERVAÇÕES
Avaristo	Crioulo	47 anos	Casado com Josefa
Josefa	Mestiça	33 anos	Casada com Avaristo
Antônio	Crioulo	61 anos	Solteiro – Quase cego
Pedro	Crioulo	24 anos	Solteiro
Antônio	Crioulo	19 anos	Quase Cego

O criador: João da Costa Fonseca

Fazenda do Genipapo - Total: 8 escravos			
NOME	PROCEDÊNCIA	IDADE	OBSERVAÇÕES
Luiz	Angola	77 anos	Solteira
Francisco	Mina	32 anos	Solteira
Cornélio	Mulato	25 anos	Solteiro
Antônio	Angola	43 anos	Solteiro
Antônio	Mestiço	2 anos	
Xito	Mestiço	8 anos	
Joanna	Crioula	52 anos	Viúva
Francisca	Mestiça	15 anos	

O criador: Ignacio Fra (assinado com dificuldade -info minha)

Fazenda do Mocambo - Total: 4 escravos			
NOME	PROCEDÊNCIA	IDADE	OBSERVAÇÕES
João	Angola	36 anos	Casado com Ignacia
Ignacia	Crioula	Ilegível	Aleijada das pernas – Casada com João
João	Crioulo	19 anos	
Simão	Crioulo	11 anos	

O criador: Manoel da Rocha Bayas

Fazenda da Gameleira do Limbo - Total: 7 escravos			
NOME	PROCEDÊNCIA	IDADE	OBSERVAÇÕES
Ambrozio	Crioulo	42 anos	Casado com Monica
Monica	Crioula	23 anos	Doente sempre – Casada com Ambrozio
João	Mina	47 anos	
Gonçalo	Crioulo	17 anos	
Roberto	Crioulo	13 anos	
Francisco	Angola	18 anos	
Jeronima	Crioula	13 anos	Aleijada das pernas

O criador: Ilegível

Fazenda da Alagoa de São João - Total: 3 escravos			
NOME	PROCEDÊNCIA	IDADE	OBSERVAÇÕES
Raimundo	Mestiço	25 anos	
Rafael	Crioulo	27 anos	
Preocopio	Crioulo	28 anos	

O criador: Domingos S de Correia

Capela Pequena Fazenda das Guaribas - Total: 14 escravos			
NOME	PROCEDÊNCIA	IDADE	OBSERVAÇÕES
Miguel	Mestiço	65 anos	Casado com Domingas
Domingas	Angola	33 anos	Casada com Miguel
Maria	Mestiço	12 anos	
Pascoa	Crioula	11 anos	
Maria	Crioula	5 anos	
João	Crioulo	58 anos	
Gonçalo	Crioulo	8 anos	
Mateus	Angola	32 anos	
João	Angola	33 anos	Convulsivo dos nervos
Mateus	Angola	73 anos	Já não serve
Ignácio	Angola	45 anos	
Miguel	Angola	42 anos	

José	Angola	43 anos	
Francisco	Mestiço	16 anos	Aprendendo o Ofício de Carreyro com Manuel de Sousa morador no Riacho Fundo

O criador: João *

Fazenda do Matto - Total: 4 escravos			
NOME	PROCEDÊNCIA	IDADE	OBSERVAÇÕES
João	Angola	42 anos	
João	Angola	43 anos	
João	Angola	32 anos	
Domingos	Angola	33 anos	

O criador: Antonio Francisco de Amaral

Casa da Residência - Total: 8 escravos			
NOME	PROCEDÊNCIA	IDADE	OBSERVAÇÕES
Miguel	Angola	73 anos	Quebrado das virilhas – Casado com Juliana
Juliana	Angola	55 anos	Já não faz nada – Casada com Miguel
Francisco	Angola	43 anos	
Anna	Crioulo	33 anos	
Lino	Crioulo	42 anos	
Tereza	Angola	67 anos	Já não faz nada
Felippe	Mina	47 anos	
Domingos	Angola	77 anos	Já não faz nada

O inspetor Manuel Antunes de Assunção

Feita em 8 de abril de 1778

Fonte: Relação dos escravos das fazendas da Inspeção de Nossa Senhora de Nazaré, de todos quanto nela se acham e também os da Residência com as suas idades pouco mais ou menos 1778 - ASSUNCAO, Manuel Antunes de. [S.l: s.n], 1778. Manuscrito. Disponível em: <<https://bit.ly/2TG6F4c>>.